OS PRESIDENTES

6º Presidente do Brasil 1906-1909

TRÊS

Edições ISTOÉ

Afonso Pena

Hélio Silva

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Afonso Pena

1906-1909
O Jardim da Infância

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-745-2

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

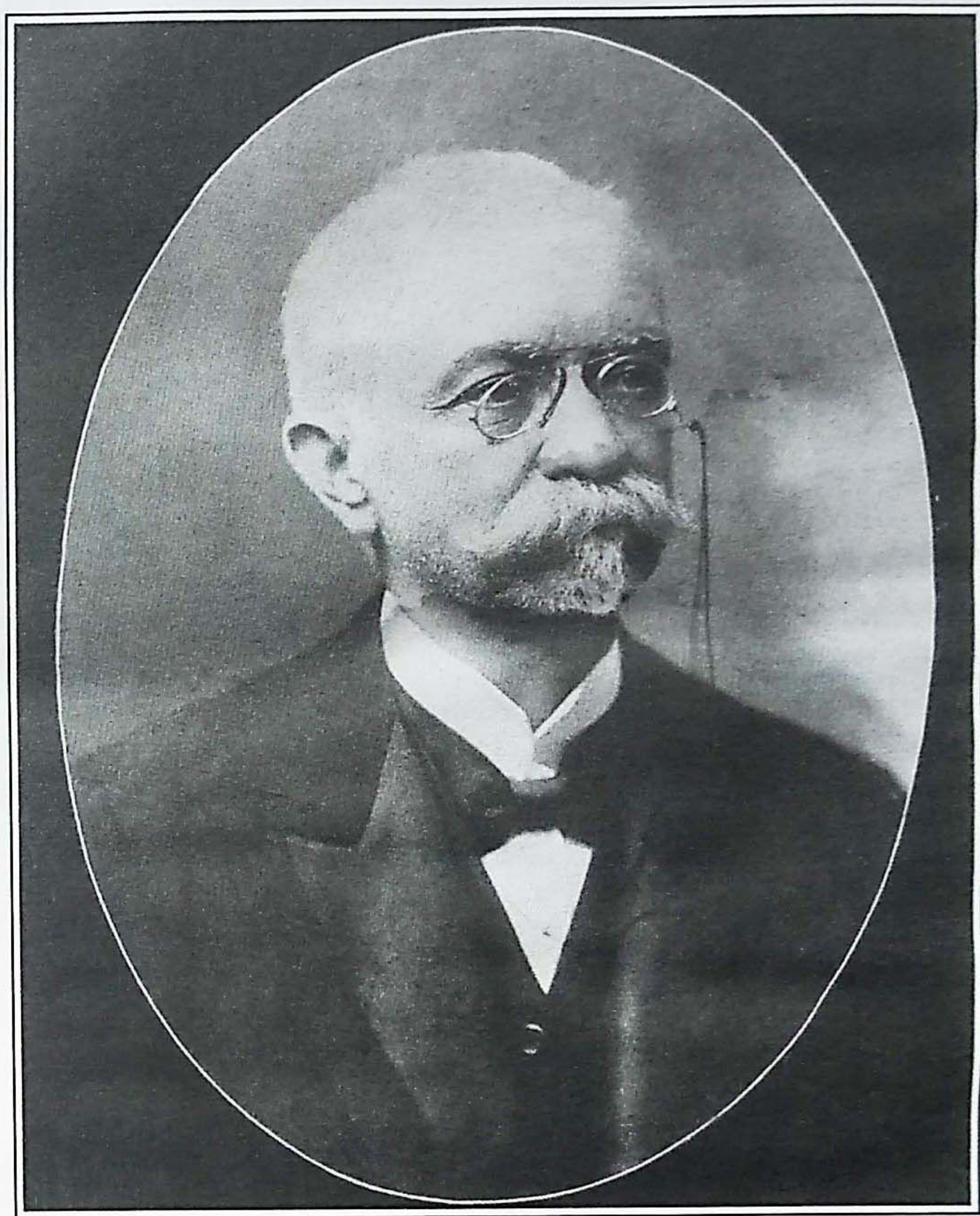
OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

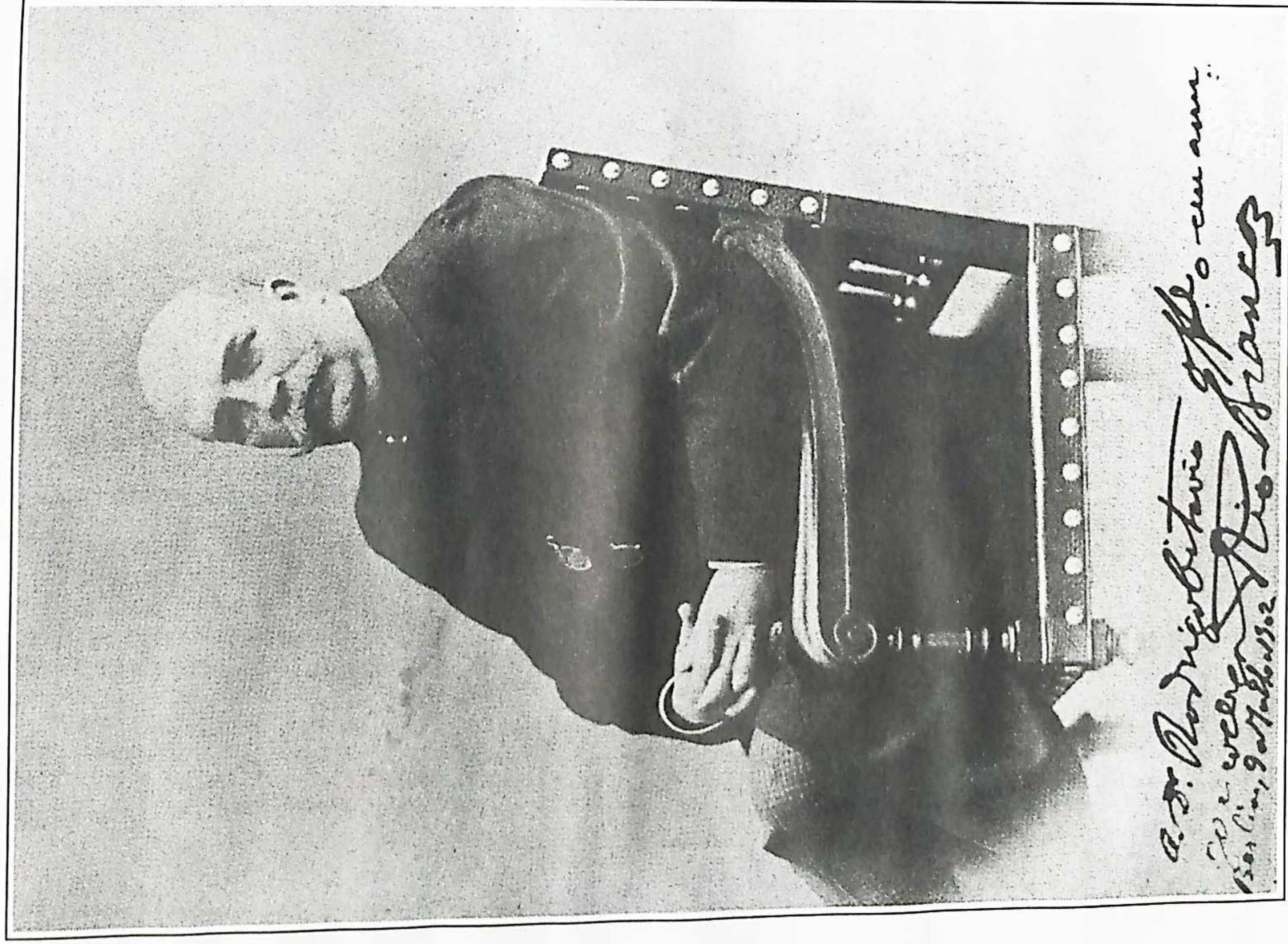
2004

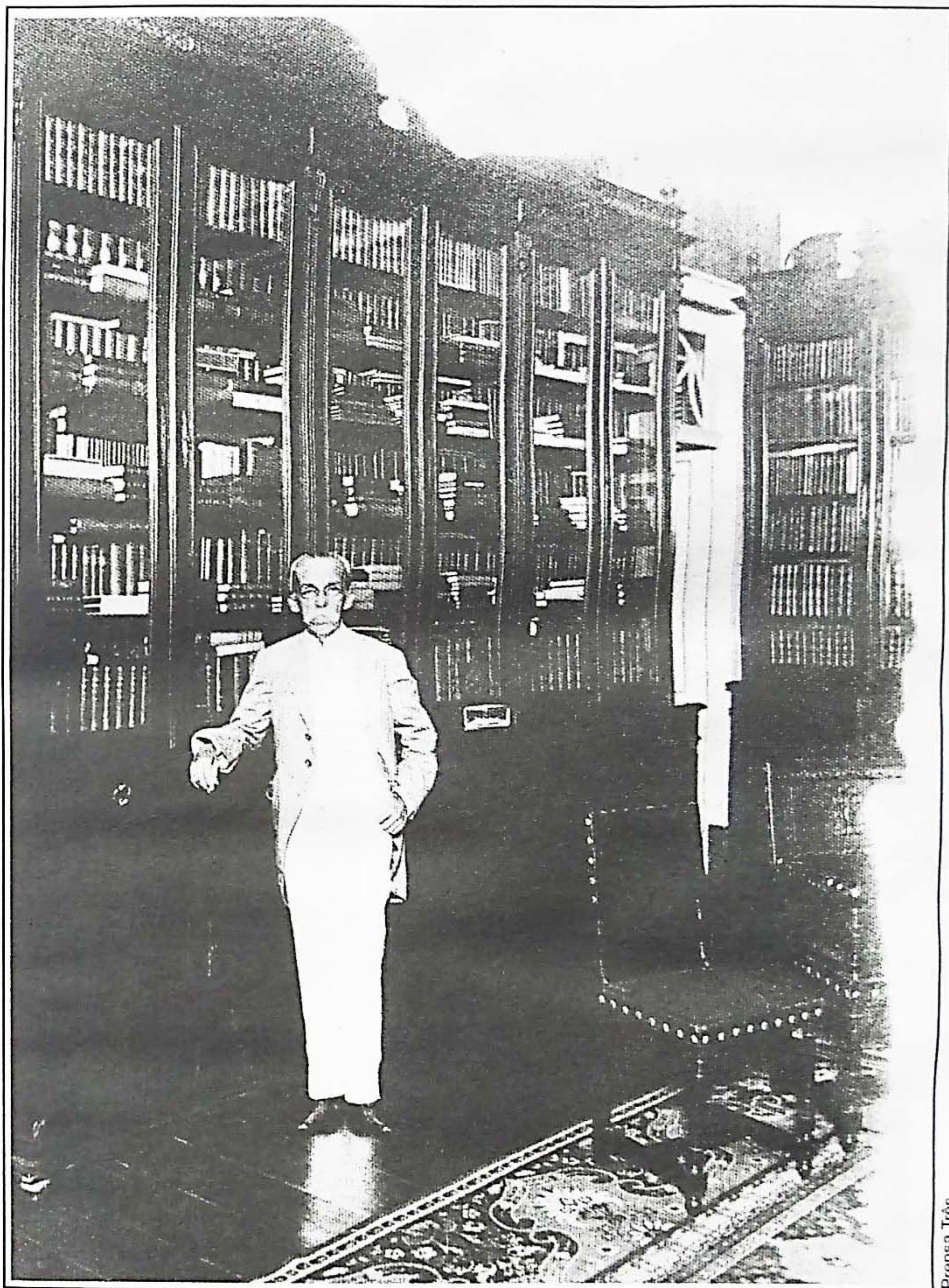
Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

Iconografia Histórica

Prensa Três

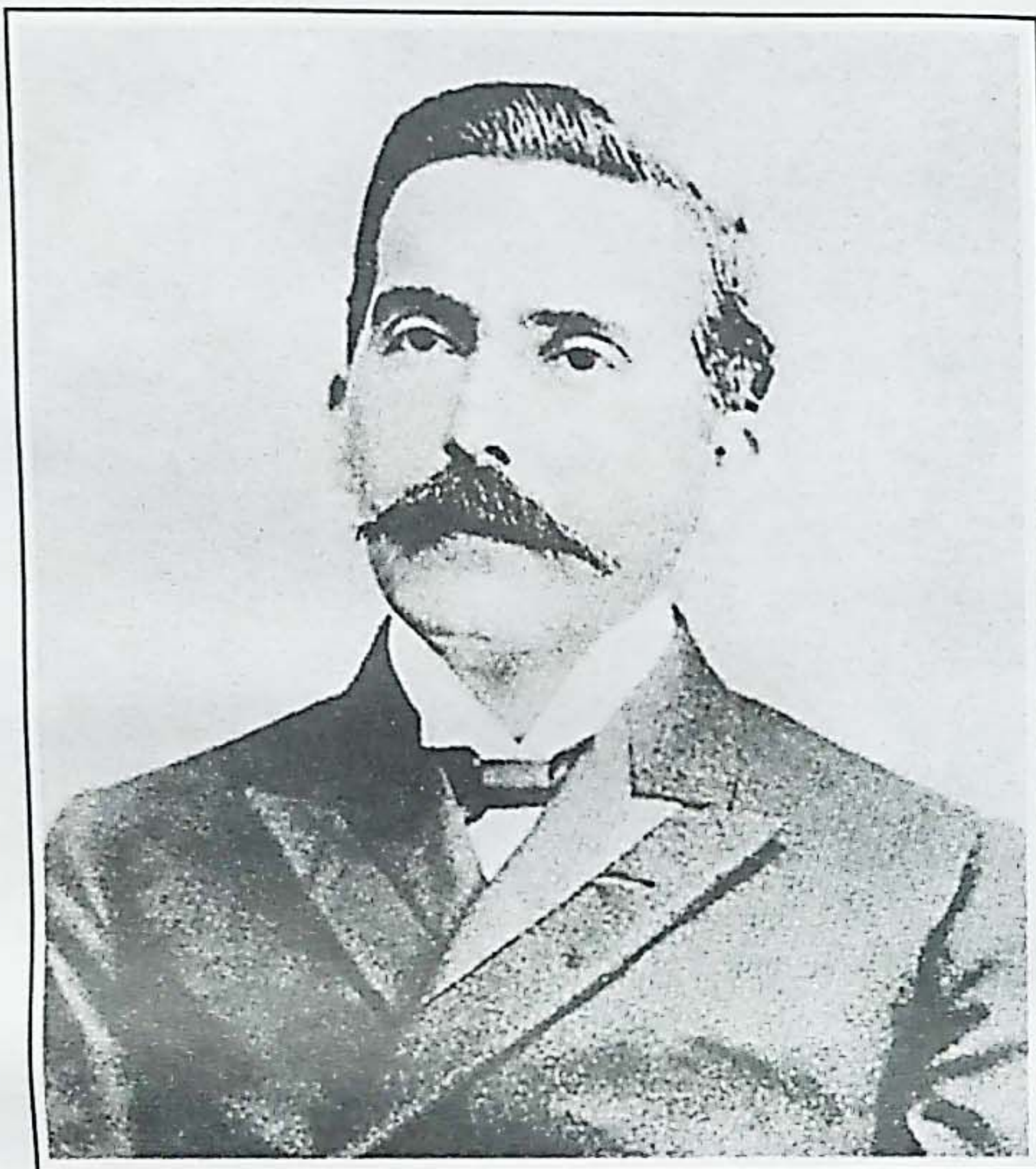
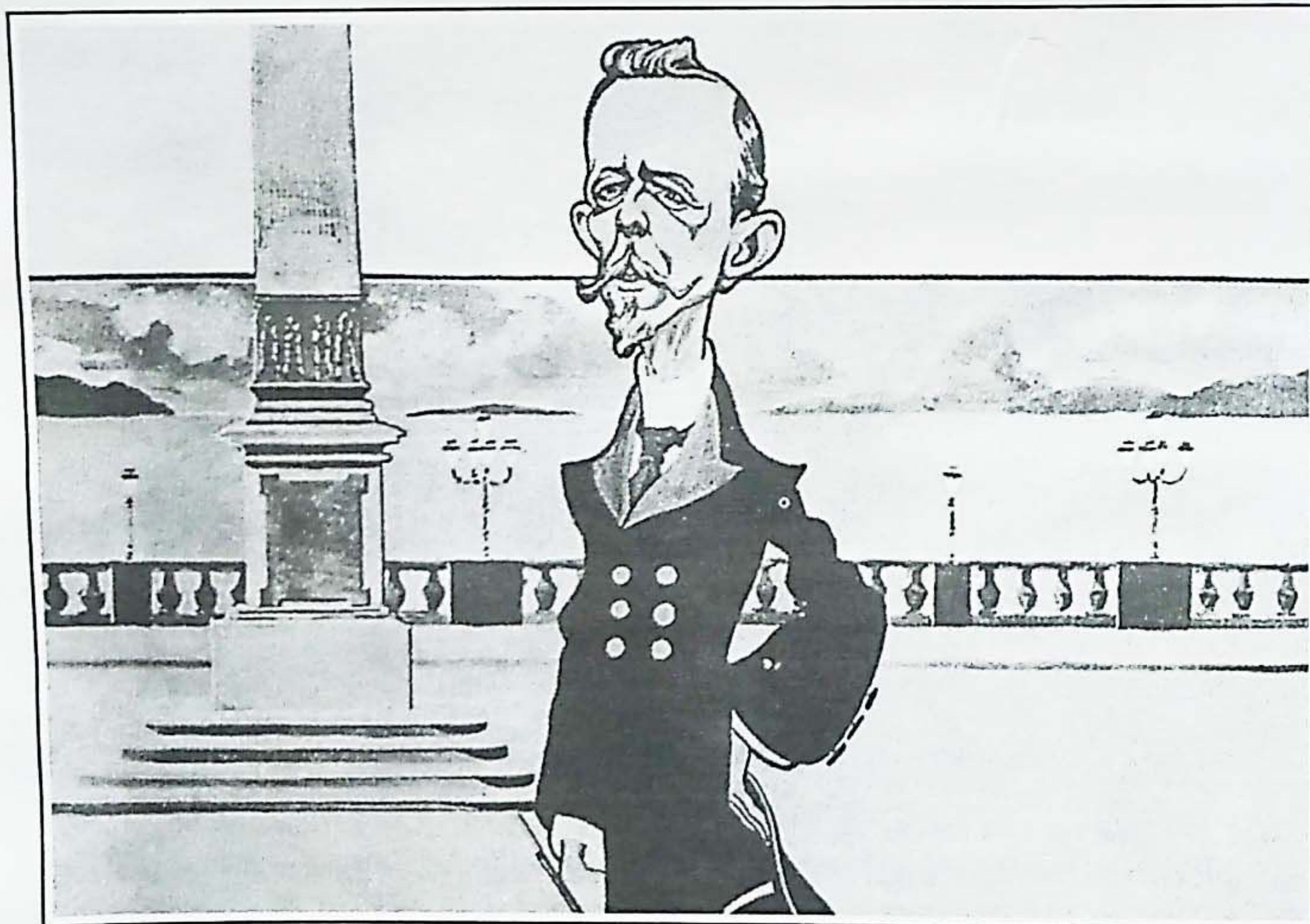
Afonso Augusto Moreira Pena, mineiro nascido em 1847. Estudou Direito em São Paulo e teve participação importante na política do seu Estado e do País. Ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883), da Justiça (1885). Foi eleito para a Presidência em 1906, sucedendo a Rodrigues Alves. Não completou o seu mandato. Faleceu em 1909. Completou o período governamental o vice, Nilo Peçanha.

Prensa Três

José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Entre as suas realizações está a solução da questão do Acre.

Prensa Três

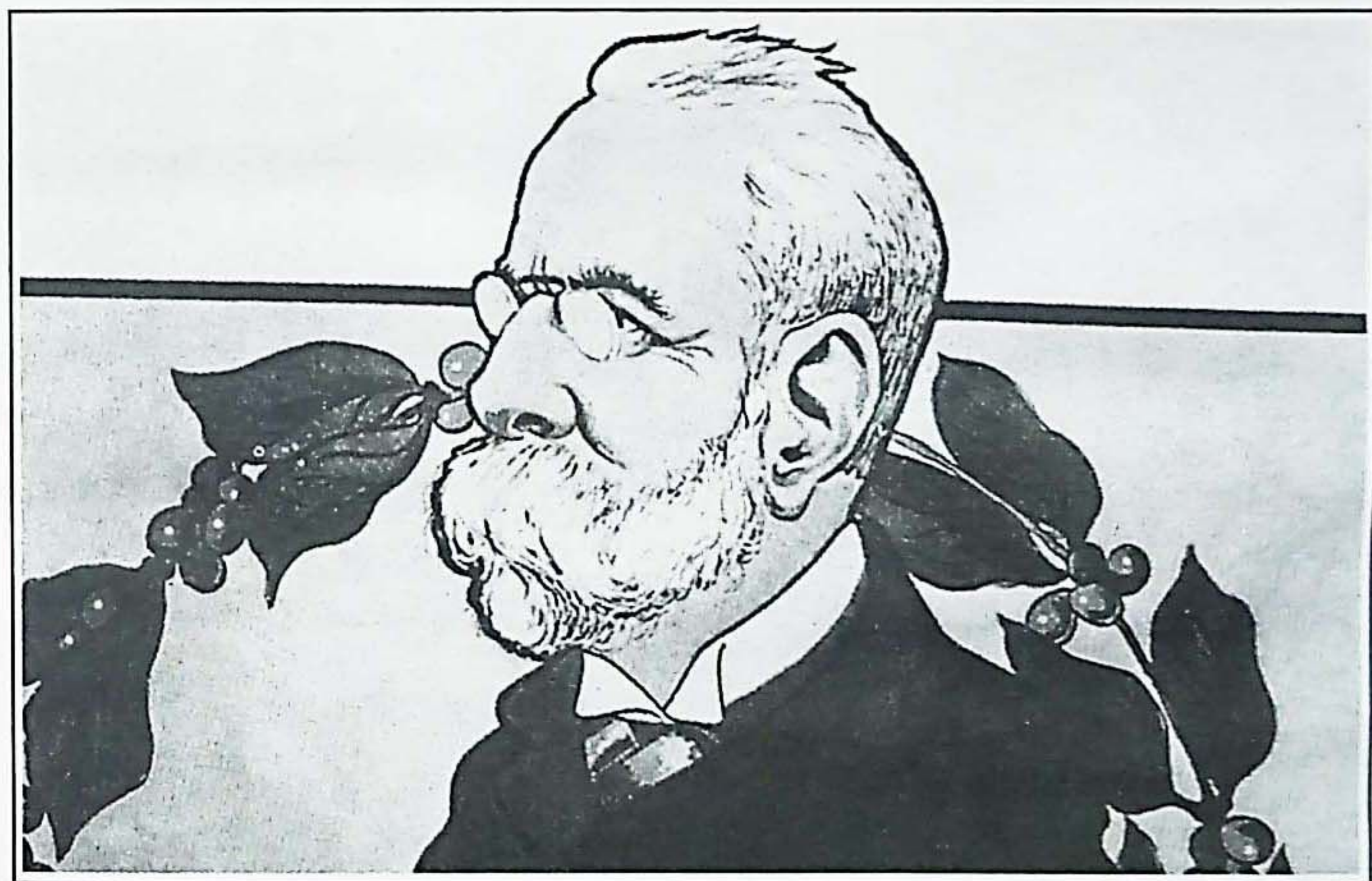
Rui Barbosa em sua biblioteca da casa de São Clemente. Rui, candidato civilista no pleito de 1910, foi espoliado. Não houve eleição, não houve apuração. As práticas criminosas na política brasileira denunciadas por Rui denegriam a imagem do País.

Tavares de Lyra foi o ministro da Justiça e Negócios do Interior no período 1906/1909, durante todo o governo de Afonso Pena.

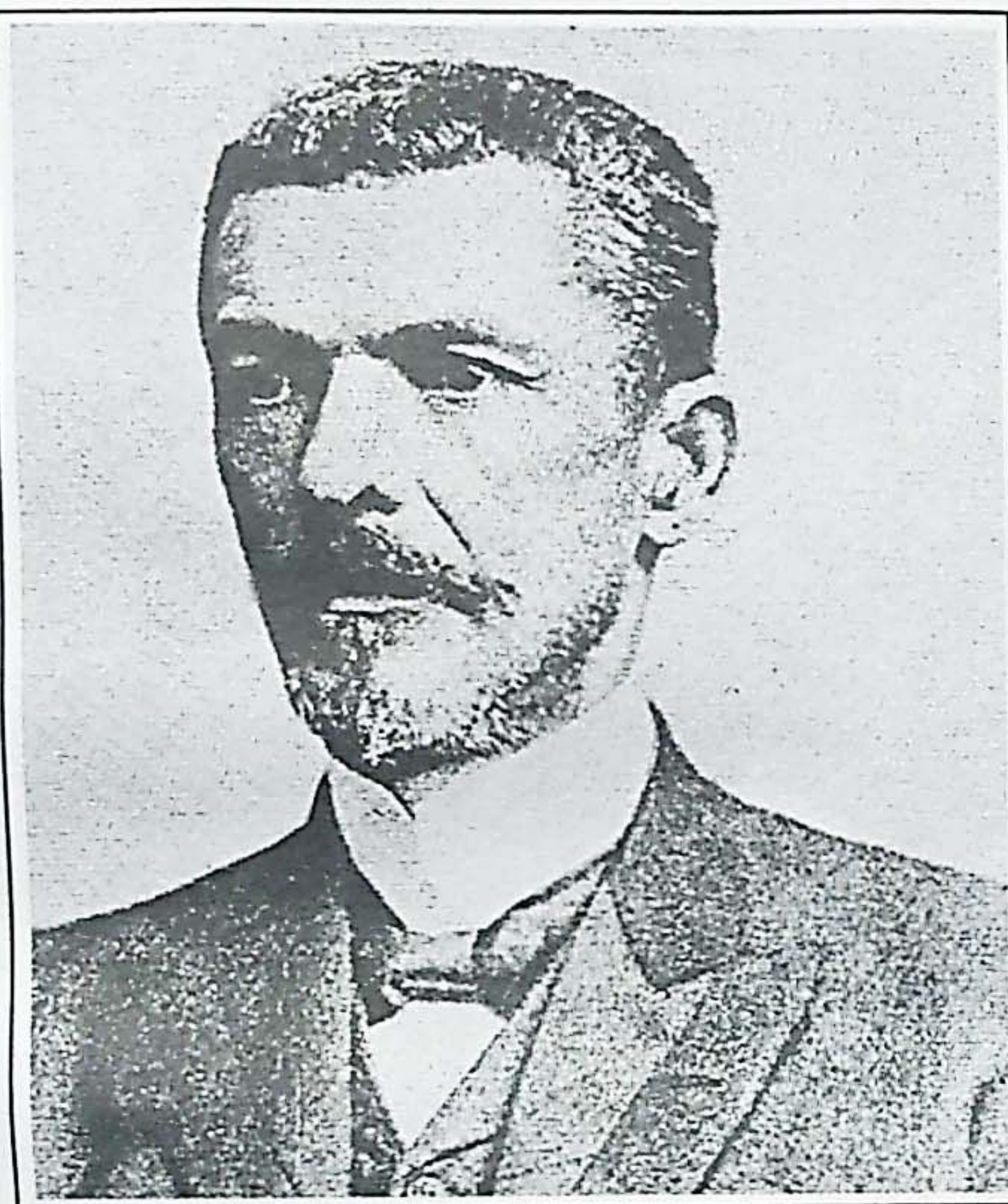
Prensa Três

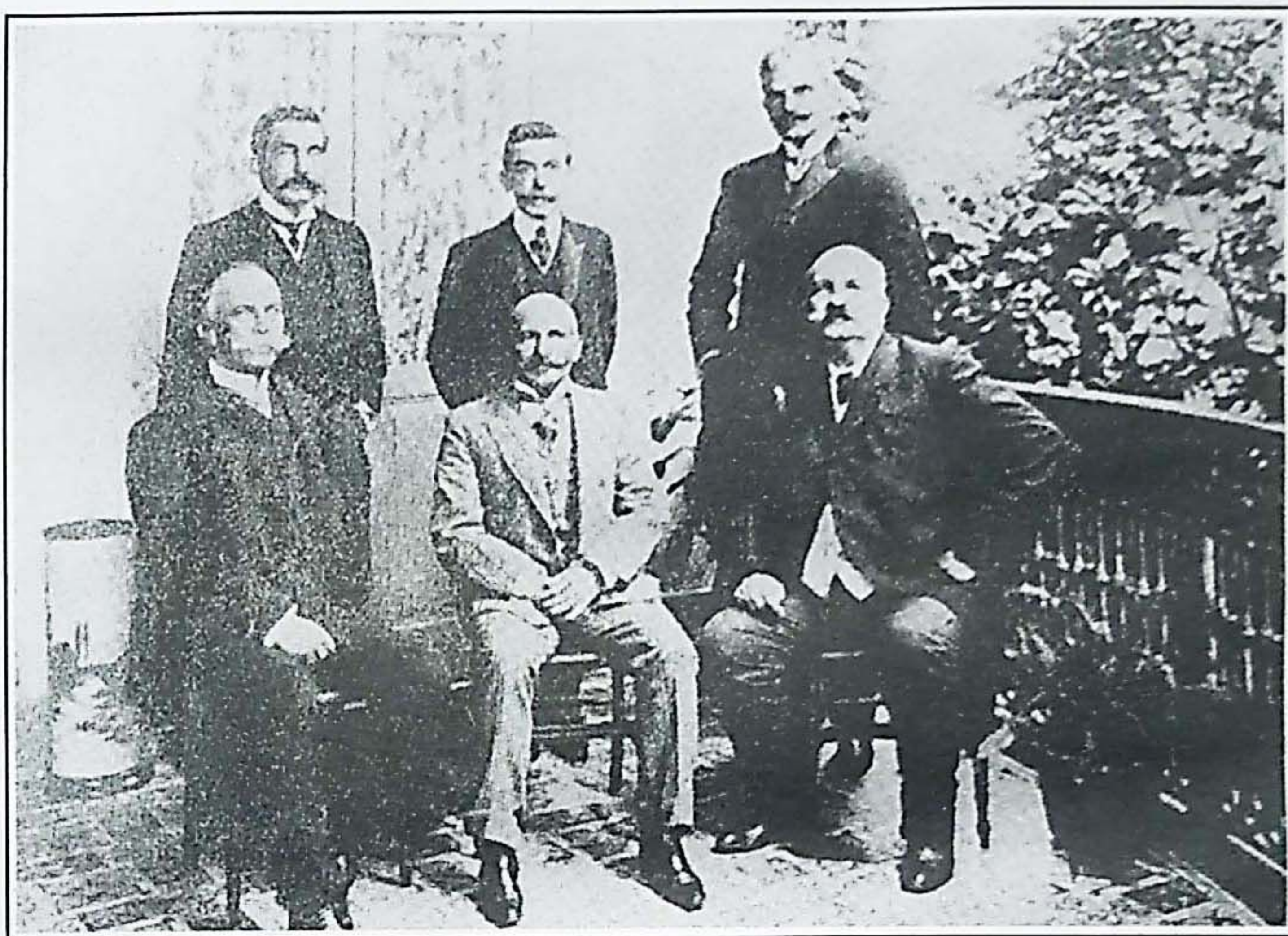
Lauro Severiano Müller, político catarinense de intensa atividade no início da República. Foi o sucessor do barão do Rio Branco no ministério do Exterior (1913), mas abandonou o cargo por não concordar com a entrada do Brasil na I Guerra Mundial.

Prensa Três

Prensa Três

O presidente Afonso Pena inaugura o Tiro Metropolitano (1909). Acompanhavam-no o dr. Miguel Calmon, ministro da Agricultura e o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra.

Prensa Três

Antônio da Silva Prado foi prefeito de São Paulo de 1899 a 1912. É visto como o grande reformador de São Paulo.

João Pinheiro da Silva, governador de Minas, eleito em 1906. Morreu, em 1908, com 48 anos de idade. Ele pretendia se candidatar à Presidência da República.

Prensa Três

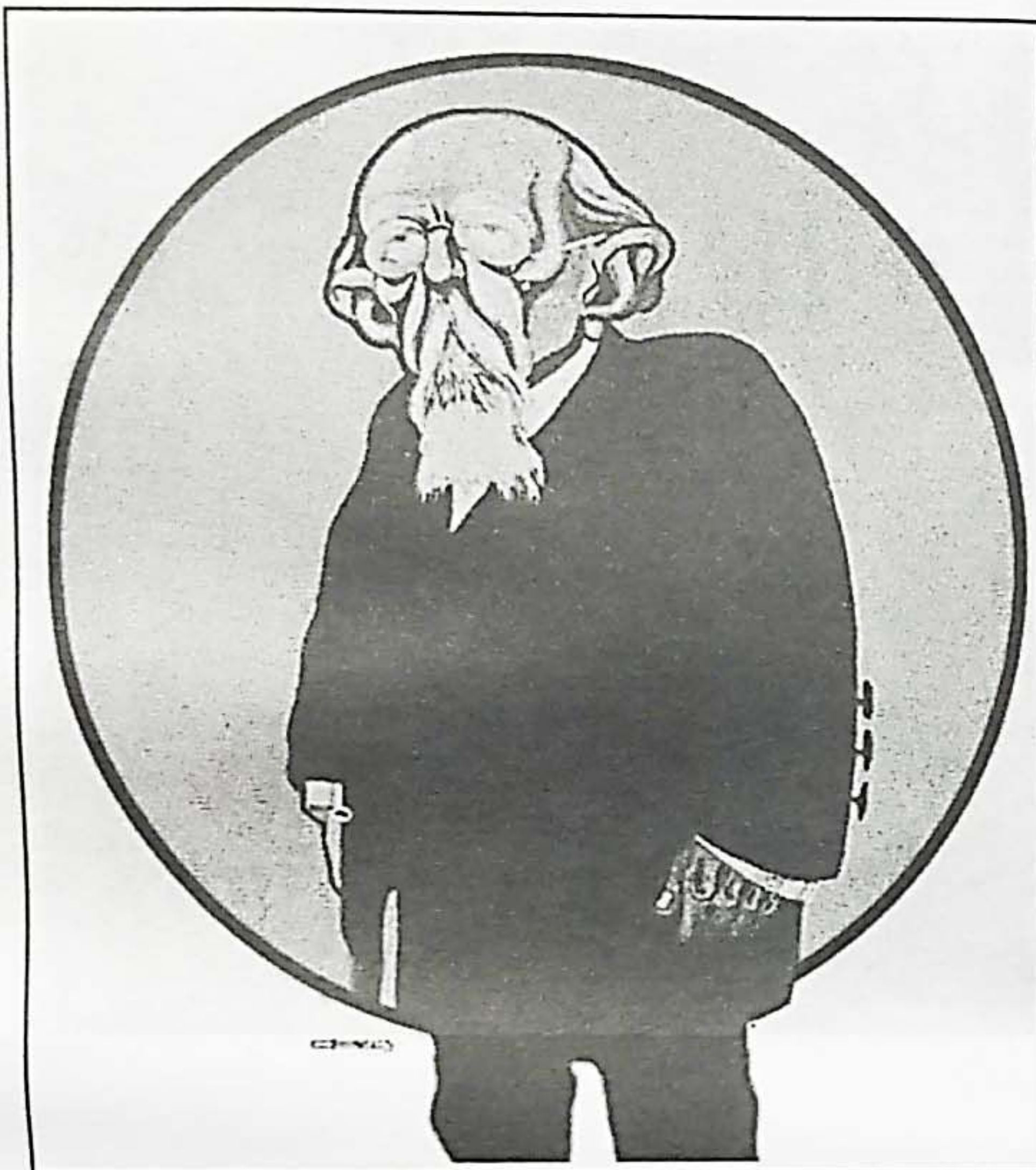
José Leopoldo Bulhões Jardim, político goiano, foi ministro da Fazenda no governo Rodrigues Alves (1902) e no governo Afonso Pena (1908).

Prensa Três

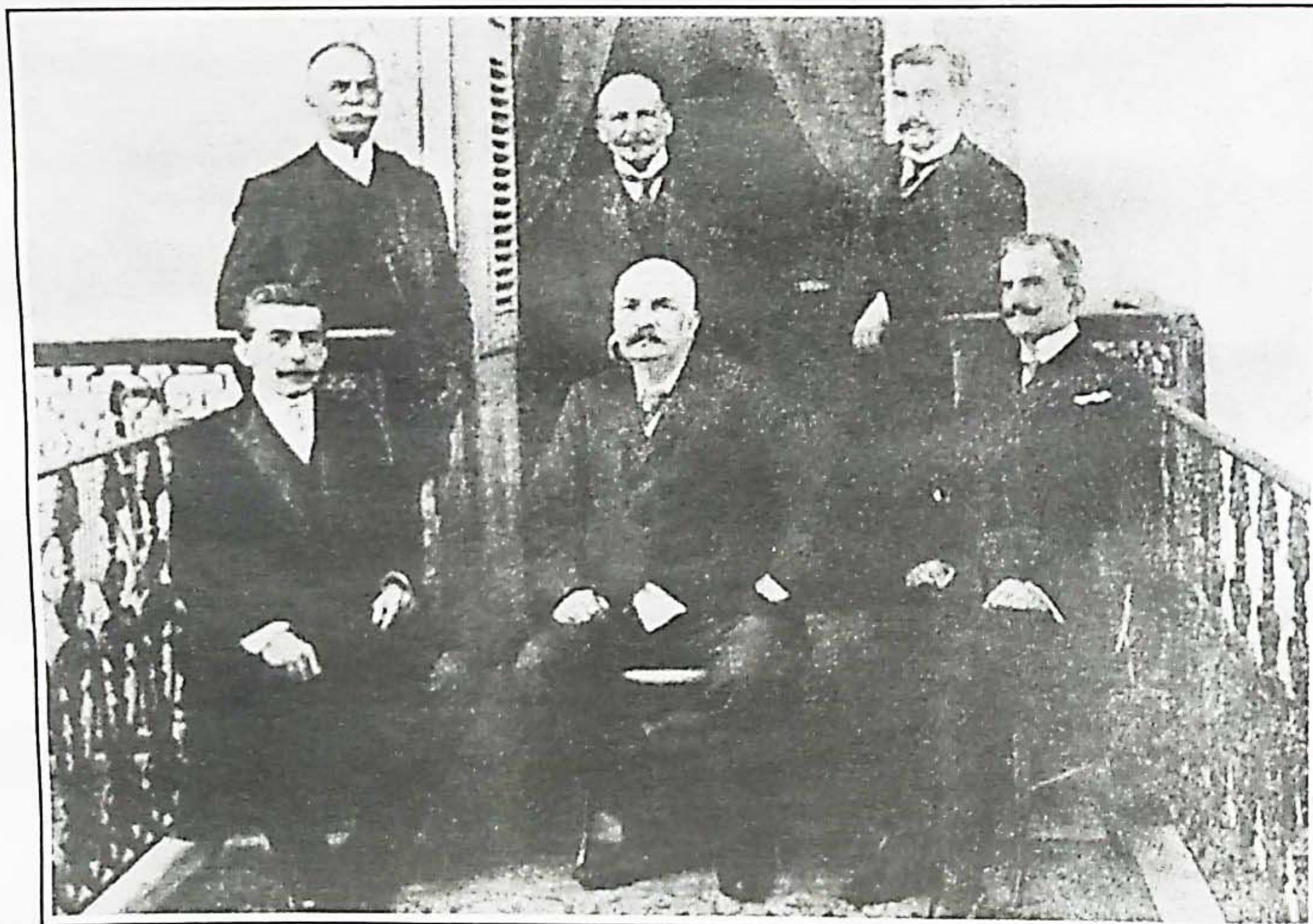
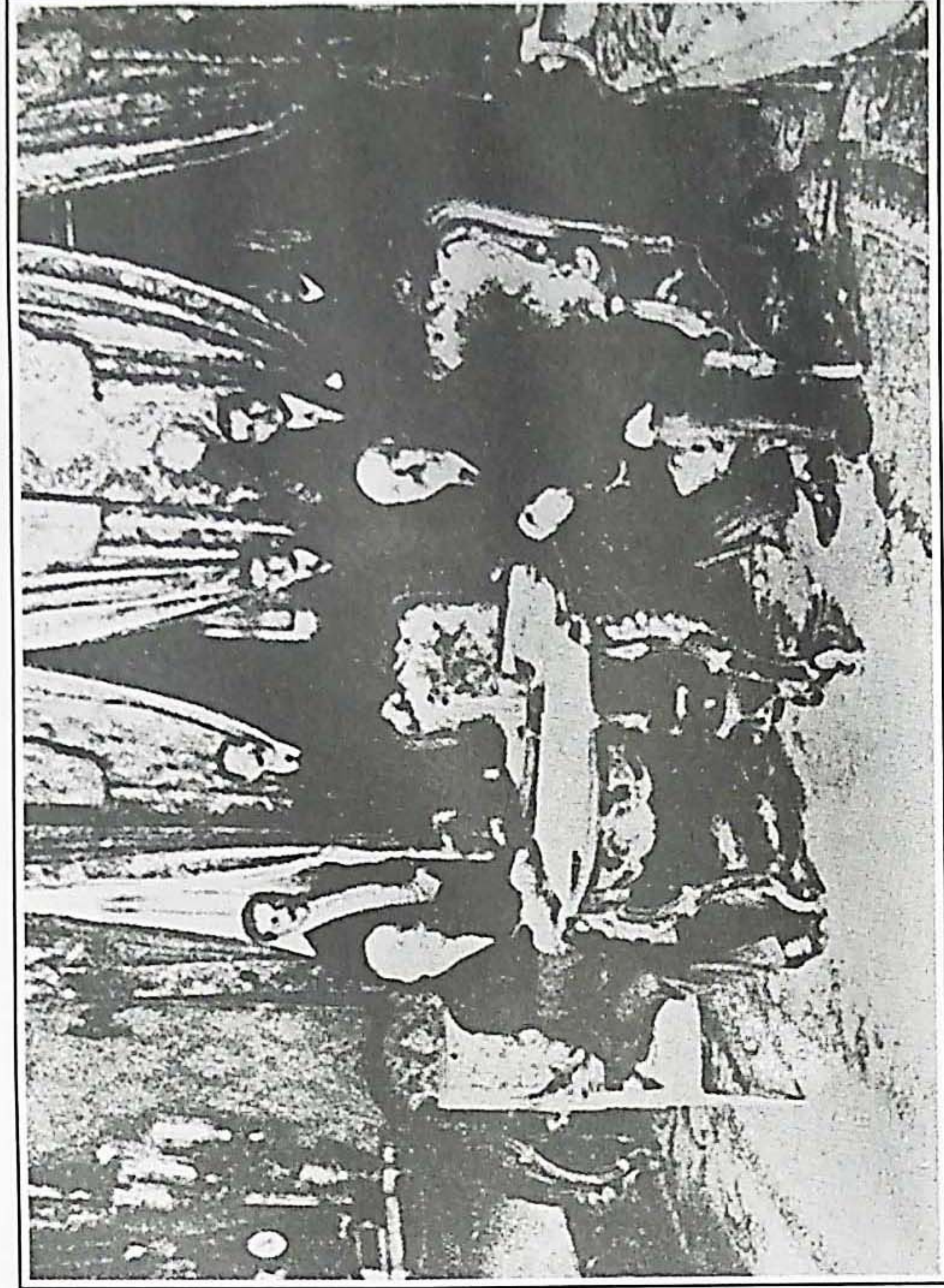
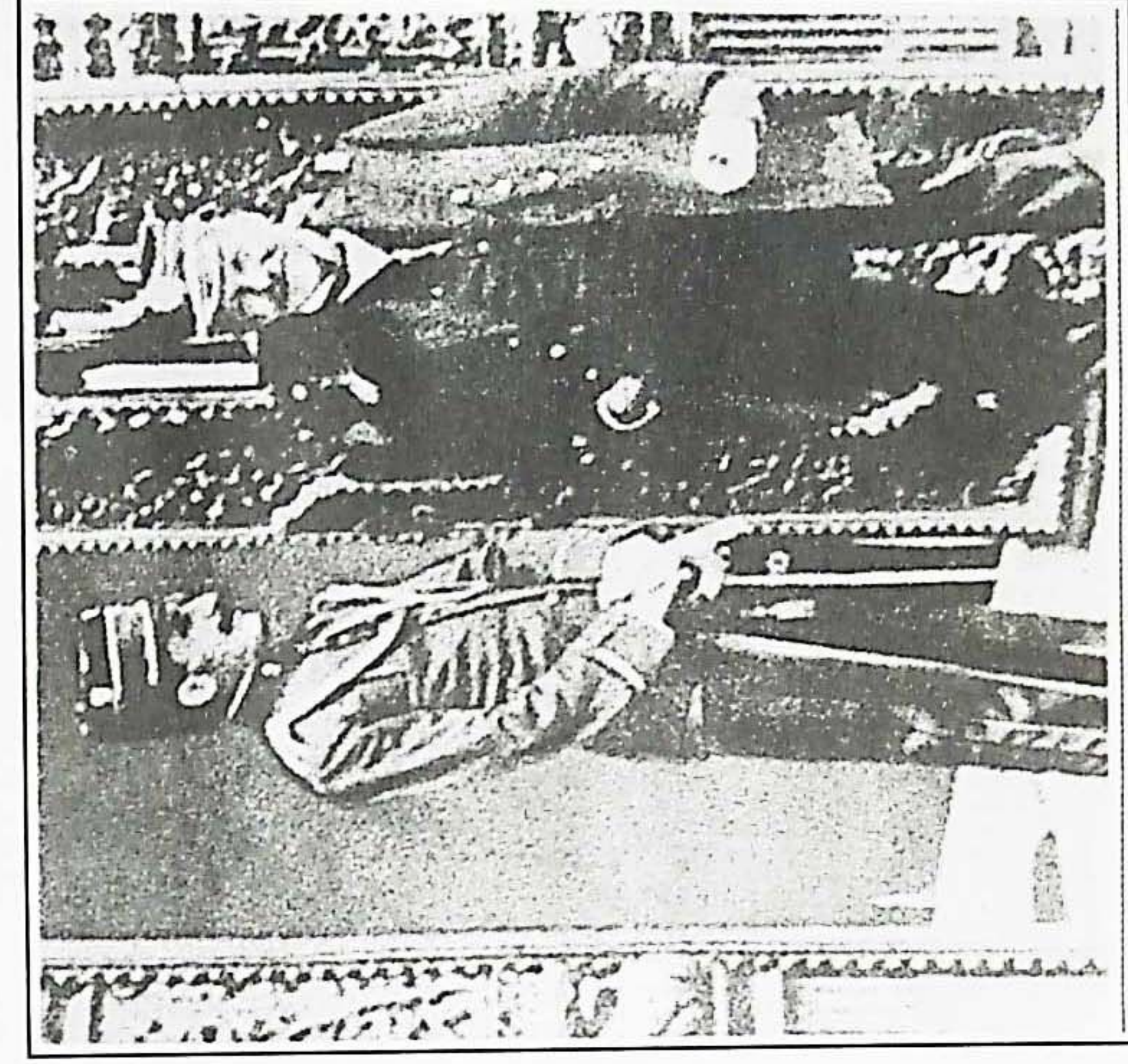
Prensa Três

Ministros do governo Afonso Pena em almoço na residência de Hermes da Fonseca, na comemoração de seu aniversário.

Prensa Três

Carlos Peixoto, deputado federal por Minas Gerais de 1903 a 1911, foi o presidente da Câmara dos Deputados de 1907 a 1909.

Nogueira Accioly, governador do Ceará de 1904 a 1912.

Prensa Três

Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, e assessores após almoço no palácio do Itamaraty.

Prensa Três

Prensa Três

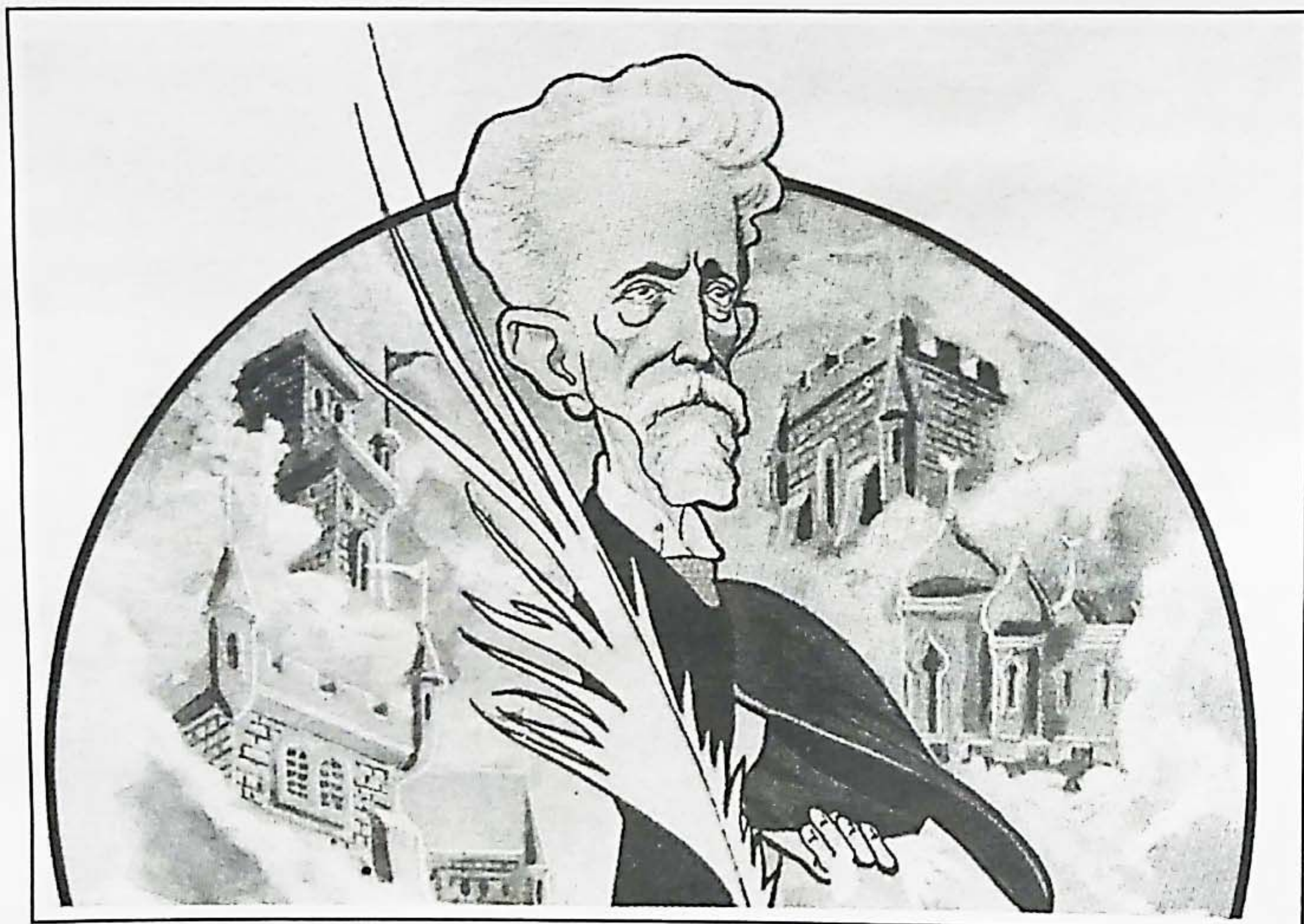
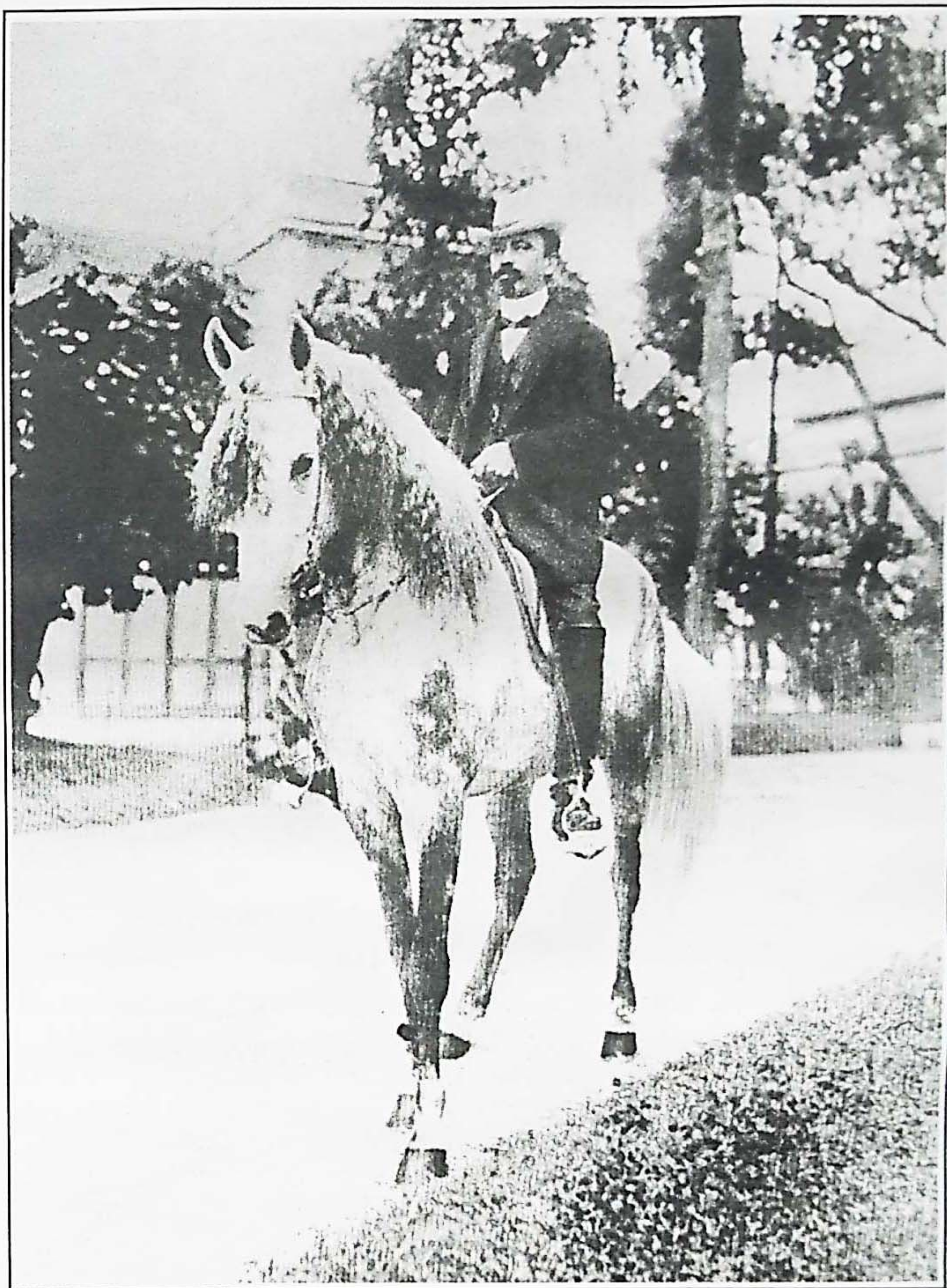
Barão do Rio Branco e Rufino Dominguez no ato de assinatura do tratado de limites Brasil-Uruguai.

Prensa Três

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e o seu ajudante-de-ordens tenente Mário Hermes. O marechal Hermes foi ministro da Guerra e do Supremo Tribunal Militar no governo Afonso Pena.

Barão do Rio Branco nesta charge da revista Careta aparece como professor do ABC (Argentina, Brasil e Chile).

Prensa Três

O combativo Quintino Bocaiúva, escritor, jornalista e político, foi senador, ministro das Relações Exteriores e Governador do Rio de Janeiro. Charge da revista Careta *como o ex-patriarca da República.*

Prensa Três

Prensa Três

Nilo Peçanha, vice-presidente da República (1906/1910), assumiu a Presidência com a morte de Afonso Pena (1909).
Foi presidente até o término do período em 15 de novembro de 1910.

Dr. F. de P. Rodrigues Alves

Barão do Rio Branco

Dr. Joaquim Murtinho

Dr. J. F. de Assis Brasil

Prensa Três

Os estadistas mais cotados na Convenção Nacional de 22 de agosto de 1909: Rodrigues Alves, barão do Rio Branco, Joaquim Murtinho e Assis Brasil.

Prensa Três

Hermes da Fonseca, que governou o País de 15 de novembro de 1910 a 15 de novembro de 1914, recebeu o diploma sob a acusação de Rui Barbosa: era o presidente da fraude.

INTRODUÇÃO

Seria um velho, egresso da monarquia banida, conselheiro de suas cortes, antigo governante de sua província, que traria para a novel República um sopro de renovação.

Afonso Pena vinha da monarquia, como Rodrigues Alves, em cuja Presidência ocupou a vice-presidência. Também ele tinha o título de conselheiro.

Formara o longo tirocínio político e a experiência administrativa no governo de sua província, Minas Gerais. Não fora um adesista vulgar, nem o seu feitio e o respeito que a si próprio tributava sugeriam tal conduta.

Aceitara a República com a naturalidade do homem inteligente que entende as mudanças do mundo e as recebe sem surpresa. Mas a simples aceitação do novo regime ensejou que a República recorresse aos seus serviços, levando-o, primeiro, à vice-presidência e, logo a seguir, à Presidência.

Minas Gerais, murada por suas montanhas e firme no duro chão mineral, não parece fadada a grandes inovações. Contudo, seus homens têm sabido formar nas primeiras fileiras dos movimentos inovadores, quando não se adiantam aos demais na vanguarda das conquistas.

Será no governo de Afonso Pena que se vai apresentar o mais belo e o mais sério movimento de renovação política nacional. Não só pela idade de seus componentes, mas, sobretudo, pelo fato de que eles representavam mudança de idéias, mentalidade e figuras.

O "Jardim da Infância" é uma linda página da política brasileira. A denominação foi aposta, a princípio, em tom pejorativo, porque pretendiam – aqueles velhos políticos que o movimento desejava aposentar – dar aos estreantes uma puerilidade imerecedora de respeito e acatamento. Mas o título ficou, ilustrado pela inteligência e estudo dos que se propunham a rejuvenescer e renovar o regime inaugurado a 15 de novembro.

Porque a República, que não esperou o amanhecer, nasceu prematura, arrancada a golpe de sabre do ventre flácido da propaganda, em uma cesárea singular. Abarcada por um general desajeitado, depois por outro, teve a primeira infância atribulada no ritmo das marchas militares. Prudente não parecia um pai extremoso e emocionado. A tempestade que venceu, em um quadriênio pontuado de tiros e manchado de sangue, não lhe permitiu mais que o interesse distante, cheio de atribulações. Campos Sales era uma figura nobre, mas endividada. A púbere República não podia dar-se ao luxo de larguezas econômicas, antes conhecia as aperturas de um orçamento que era comido pelo pagamento das dívidas. Rodrigues Alves foi a primeira festa. Mas era um avô. Parecia que tudo de bom ia começar, mesmo com os atropelos da revolta contra a vacina obrigatória, a grita das demolições, a poeira que emoldurava, a seu modo, a abertura da nova avenida.

As fotografias do tempo mostram homens sisudos, de longas barbas, cingidos nos redingotes e nos fraques compridos; cartolas e chapéus duros; as mãos, enluvadas, balançando bengalas de castão. Eram solenes e austeros. As mulheres equilibravam, nas cabeças de cabelos longos bem penteados, chapéus fantásticos e continham-se nas cinturas e bustos espartilhados. Sociedade formal, cerimônias solenes, como se a República pretendesse mostrar não menos majestade que o Império e sua corte de duas gerações.

Os propagandistas, os republicanos históricos, pareciam vir do outro século e não, apenas, de outro regime. Haviam herdado o ar solene dos gabinetes da monarquia. Apenas, não usavam uniforme (a partir do Governo Provisório, quando a militarização avassalante pespegou, em cada um, os bordados do general-de-brigada).

A presidência de Rodrigues Alves lembrava, de bom grado, um gabinete monarquista. Afonso Pena, todos esperavam, seria um outro conselheiro presidindo uma reunião ministerial.

Por isso tudo, surpreendeu os meios políticos e interessou ao povo e à imprensa a feição nova do governo, seus homens jovens e arejados, as manobras a céu aberto, a oratória, a audácia. Um vento forte escancarou as janelas, varreu a poeira do chão, arejou os gabinetes ministeriais, os recintos parlamentares, arrancou os chapéus altos, saracoteou os redingotes e os fraques.

Na presidência de Minas, estava um moço de talento, com as melhores

perspectivas no futuro. Seu nome era apontado como um possível candidato à sucessão presidencial. Em João Pinheiro apontava o estadista com que a grande província central pleitearia a segunda presidência mineira, compensando as três presidências paulistas.

Na Pasta da Fazenda, outro moço bastante credenciado nos assuntos administrativos – David Campista – era, porém, o candidato *inpectore* de Afonso Pena. Também mineiro, alegava a mesma reivindicação. Competia-lhe a difícil tarefa financeira de administrar o esquema traçado por Campos Sales e continuar o orçamento realizado por Rodrigues Alves.

Onde, porém, mais se fazia notar a presença do "Jardim da Infância" era na Câmara dos Deputados, cuja presidência era ocupada por Carlos Peixoto Filho e a liderança por James Darcy.

Tudo parecia ir bem. Mas a morte não entrara nos cálculos dos moços, que não contam com a morte. Estaria nos projetos dos velhos, mais habituados àquela visita?

Morreu o presidente de Minas. Morreu o presidente da República. Renunciaram o presidente da Câmara e o líder.

Na cena enlutada reaparecem as figuras dos propagandistas: Pinheiro Machado, Nilo Peçanha... Surge outro general, o terceiro, mas não o último, a figurar na legenda dos presidentes.

CAPÍTULO I

Na chamada República Velha, no regime presidencialista, a sucessão presidencial era a crise periódica, repetida a cada quatro anos. O presidente Rodrigues Alves tinha de enfrentar essa situação inadiável. Por isso mesmo, cada presidente guardava, reservadamente, o seu candidato, com a justificação louvável de assegurar a continuidade do programa que não pudera realizar no seu quadriênio. Nem sempre era fácil e, algumas vezes, foi impossível, porque a escolha do candidato definitivo era a resultante de um sistema de conchavos pessoais e conveniências políticas a fim de assegurar o domínio completo e a exploração do País.

"Dos nossos políticos em evidência", escreve José Maria dos Santos, "a começar pelo presidente Rodrigues Alves, nem um só pode salvar-se na completa deselegância e na absoluta inferioridade daquele arranjo. O que costumamos chamar a política profissional, isto é, a espécie de casta que entre nós desvirtua e explora as funções públicas, ali combinou-se com as pretensões industriais e financeiras mais ruinosas e contrárias à economia geral do País, para garantir e manter intacta a sua rudimentar e grosseira máquina de opressão."

A sucessão de Rodrigues Alves não fugiu à regra. Eleito para o quadriênio 1902-1906, Rodrigues Alves teve, como seu primeiro vice, Francisco Silviano de Almeida Brandão, que faleceu antes de assumir. Foi eleito Afonso Pena, senador por Minas e conselheiro na monarquia, ministro de três Pastas e figura destacada do Partido Liberal. Tendo aderido

à República, foi o segundo presidente constitucional de seu Estado, ligando o nome ao velho problema da mudança da Capital, pois em seu governo tiveram início as obras de construção de Belo Horizonte, na antiga Curral Del-Rei, para onde se mudou o governo deixando Ouro Preto.

O presidente da República não governava, tranqüilamente, o seu quadriênio. Mal decorridos dois anos, se não houvesse vaga, como aconteceu com Deodoro e ia acontecer com o próprio Afonso Pena, os próceres começavam a agitar a questão sucessória, primeiro nos bastidores, depois pela imprensa e, finalmente, nas convenções partidárias.

Havia uma bem-fundada suspeita de que Rodrigues Alves desejava Afonso Pena como seu sucessor. Mas, também, se falava em Bernardino de Campos, aureolado pela propaganda republicana. Outro nome que surgiu foi o de Campos Sales. A candidatura Campos Sales era uma manobra de Pinheiro Machado, destinado a que não se agrupassem em torno de Bernardino de Campos, levantada pelo presidente de seu Estado com a simpatia do presidente da República. Republicano histórico, Bernardino tivera importante atuação no choque entre São Paulo e Floriano. A mesma firmeza, porém, com que se conduzira àquela época e resultara em benefício para o seu Estado iria ser utilizada como argumento contra a sua candidatura. Bernardino de Campos não era um homem de acomodações. Assim, quando foi convidado a anunciar o que seria o seu programa, através de uma entrevista com Alcindo Guanabara, que foi a São Paulo oficialmente para entrevistá-lo para *O País*, falou francamente, criticando os decretos da administração e preconizando uma reorganização que só poderia fazer com uma revisão constitucional.

Imediatamente começou o combate à sua candidatura. Pinheiro Machado denunciou um perigo para a obra constitucional de 24 de fevereiro, enquanto Rodrigues Alves e outros políticos retraíam-se, atingidos pela severidade da entrevista.

A candidatura de Campos Sales atuou neutralizando as possibilidades de Bernardino de Campos. Lançada a 11 de maio de 1905 pelos estudantes paulistas, ela cumpriu a sua missão política.

Estava aberta a oportunidade para Minas Gerais. A 11 de agosto, Minas se manifestou pela candidatura de Afonso Pena. A 13, é Rodrigues Alves quem escreve a Bernardino de Campos, no sentido de que ele próprio se pronunciasse também a favor de Afonso Pena, evitando que a candidatura mineira aparecesse vitoriosa contra a de São Paulo e a do governo federal.

Havia um obstáculo a afastar: a candidatura de Rui Barbosa, lançada na Bahia, em março de 1905, pelo jornal oficioso *A Bahia*, em artigo do governador José Marcelino. Mas, sob os auspícios de Pinheiro Machado, Rui conciliou-se com Afonso Pena.

No dia 8 de outubro, Afonso Pena chegou ao Rio de Janeiro para a leitura de sua plataforma de governo. No dia 12, realizou-se o tradicional banquete do Congresso. Foi orador oficial Joaquim Murtinho. Afonso Pena leu a sua plataforma de governo. Coube a Pinheiro Machado o brinde ao presidente da República.

Um cronista político da época – Sertório de Castro – descreve a passagem de Afonso Pena pelo Senado, na sua presidência, como vice-presidente da República, seus hábitos e o confronto que se estabelece com Pinheiro Machado, detalhe importante pela seqüência que vai ter, primeiro, na candidatura, depois, na Presidência, e, finalmente, na sucessão pela morte do presidente. Afonso Pena cumpre com exatidão seus deveres de presidente constitucional do Senado. Morava na casa tradicional que foi, durante cerca de 30 anos, o quartel-general da política, em cujo salão principal realizou-se o banquete em que Campos Sales procedeu à leitura de sua plataforma de governo – o Grande Hotel do Largo da Lapa – e onde residiam, na época, além de quase todos os membros da representação paulista, João Pinheiro, Carlos Peixoto Filho, João Luiz Alves, Bernardo Monteiro, David Campista, Sabino Barroso e Gastão da Cunha.

Tinham um cozinheiro particular que lhes preparava tutu de feijão com lingüiça e torresmos, autêntica couve à mineira, arroz em panela de pedra e outros pratos que lhes davam, ao menos quanto à cozinha, a impressão de se acharem em sua própria casa.

Não sorria, absolutamente, Pinheiro Machado à idéia de ter de ceder ao presidente a prerrogativa, que então entendia dever caber-lhe de pleno direito, de promover movimentos políticos daquela importância. Talvez já soubesse que houvera, na Inglaterra, um certo conde de Warwick que era, segundo os historiadores, um espírito nascido para aqueles tempos de perturbação – de 1414 - 1471 –, cheio de artifício, como também de altivez e coragem, próprias tanto para uma campanha política como para um dia de batalha, fecundo em recursos, capaz de tudo, feito para dar e tirar o trono aos reis. Com sua espada faiscante, impeliu Ricardo d'York a reivindicar o trono da Inglaterra; ganhou batalhas, destruiu um partido, fez proclamar o rei Eduardo IV, restabeleceu no trono Henrique VI. E, depois, foi assassinado...

A chefia que Pinheiro Machado havia ensaiado nos últimos meses do quadriênio de Prudente de Morais firmou-se durante o período de Campos Sales, que lhe deu autoridade e força, implantando desde então seu domínio soberano no Senado, onde dispunha de aliados das proporções de Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Joaquim Murtinho para lhe designar como uma delegação confiante a cadeira de vice-presidente daquela casa, da qual somente algum tempo depois deveria fazer seu posto de comando na política nacional.

Apoiado no Rio Grande, que consentia em fazê-lo, no Centro, o órgão de sua orientação, de seu pensamento e ação, impugna a candidatura paulista, que já se definia com cores fortes. Sustenta o princípio de que o presidente não pode ter candidato, e lança, para se opor a Bernardino de Campos, o nome de Campos Sales, que carregava o peso de sua grande, posto que injusta, impopularidade, mesmo no retiro voluntário a que se recolhera.

A política paulista, porém, muito longe de apoiar essa iniciativa, e compreendendo que ela não visava senão dividi-la e enfraquecê-la, impugnou com firmeza a candidatura regional que assim lhe vinha de fora, e com a qual se pretendia anular o movimento, já muito adiantado, que anunciava ao grande Estado o propósito de levar ao Catete seu ex-presidente. Insistindo nesse nome o estado-maior do Partido Republicano Paulista, pois que era o de um de seus chefes principais, não quis Campos Sales oferecer-lhe a competição de sua candidatura, e nesse sentido escreveu uma carta formal ao senador rio-grandense. Não mais havia – considerava nesse documento – razão para sustentá-la, sobretudo porque, como paulista, desejava prestigiar o nome de seu velho amigo e companheiro de propaganda. Pinheiro Machado, porém, no empenho de não se desfazer tão depressa da arma poderosa que era, em suas mãos, o nome de Campos Sales, guardou cautelosamente a carta, subtraindo-a à publicidade e mesmo ao conhecimento de seus mais graduados e fiéis amigos.

Funda-se, então – isto em princípios de 1905 –, o Bloco, que era uma aliança contraída entre os chefes republicanos para acabar com o poder, reconhecido até ali, de os presidentes instituírem seus sucessores.

A candidatura Bernardino de Campos recebe, com essa organização, o primeiro golpe. Tão forte se afigurava ela até então, que o candidato já havia chegado a preparar a plataforma política usual, em que se expunha seu programa de governo e solicitava os sufrágios da Nação.

A política de São Paulo – que sempre recusara aceitar, nas fileiras do senador rio-grandense, o lugar para o qual ele não cessara de atraí-la, embora sem êxito – tornara-se o alvo sobre o qual voltava todo o poder ofensivo de sua artilharia pesada. A oposição ao nome de Bernardino de Campos era de uma agressividade brutal, e já havia conseguido torná-lo inteiramente inaceitável, pela hostilidade que lhe movia a opinião pública. E, quando esse formidável trabalho de destruição podia ser considerado concluído, volve o senador rio-grandense o olhar sagaz para as montanhas daquela Minas desambiciosa, pacífica e cordata que era a maior força eleitoral do País.

O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

CAPÍTULO II

Os militares fizeram a República. Mas os republicanos civis (cafeicultores e membros da propaganda) mantêm o caráter conservador: extingue-se a estrutura política imperial e, numa aceitação pacífica e total, mantêm-se as ligações e compromissos com os países imperialistas, acalmando seus temores. Na realidade, houve uma mudança na forma do regime. A superestrutura político-jurídica foi transformada; novo estatuto jurídico, novas leis passam a vigorar. Restava saber que compromissos internos e externos o novo governo iria assumir. Que classe ou fração iria assumir o papel hegemônico no bloco que exercia o poder.

Já no governo de Deodoro a luta pela hegemonia manifestou-se na definição da política econômica e da política constitucional. As diversas correntes de opinião conflitaram-se: de um lado, as oligarquias ligadas às atividades agrícolas; de outro, os setores urbanos ligados à indústria e ao comércio. Os militares e as camadas médias, reivindicando melhores condições de vida e maiores liberdades políticas, sem um programa econômico definido, tornaram-se o fiel da balança: só com seu apoio um dos setores em pugna sairia vencedor.

A primeira grande discussão referia-se ao problema da organização do regime. Os republicanos positivistas viam no modelo de Augusto Comte a perfeita realização da democracia. Os setores modernizantes, ligados às atividades manufatureiras, viam no modelo norte-americano a idealização máxima das aspirações republicanas. Rui Barbosa ia mais adiante:

via na industrialização o caminho a ser seguido pelo Brasil. Esta última corrente consegue imprimir seu ponto de vista, e as conseqüências logo se fazem sentir. Rui Barbosa assume o Ministério da Fazenda do Governo Provisório e inicia uma política econômica coerente com seus objetivos industrializantes: os créditos foram abertos a novos empreendimentos industriais, comerciais e bancários; para suprir a carência de capital, foi permitido a quatro casas bancárias, em quatro regiões distintas, emitirem com cobertura do Tesouro Nacional; além de ter sido instituída uma legislação para as sociedades anônimas.

Para Rui, a esperança era a indústria. Dizia ele: "Nada mais eloqüente do que estes algarismos. No longo curso de mais de 60 anos, decorridos até a Lei 13 de Maio, o movimento industrial desta praça, representado no capital das sociedades anônimas, circunscreve-se à soma de 410879:000$000. Nos 18 meses compreendidos entre 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, as associações do mesmo gênero, constituídas nesta cidade, exprimem um capital de 402000:000$000. De 15 de novembro de 1889 a 20 de outubro de 1890 (11 meses), as sociedades anônimas formadas nesta capital atingem a importância descomunal de 1169386:600$000."

Entre 1880-1884, foram fundadas 150 indústrias com um capital de 58368:338$000; de 1885-1889, formam fundadas 248 indústrias com capital de 203404:512$000; e, em 1889, havia 636 estabelecimentos industriais com um capital de 401630:600$000 e 54.169 operários. Deste capital, 60% estava no setor têxtil; 15% na alimentação; 10% no químico; 4% no madeireiro; 3,5% no vestuário; e 3% na metalurgia. Era um ritmo de crescimento que empolgava o ministro da Fazenda e que este queria ver elevado.

Ao liberalismo político, Rui procurou aliar uma política econômica protecionista. Podendo, inicialmente, parecer contraditória, esta era a alternativa de Rui para o crescimento dos países atrasados: considerava que o governo deveria proteger o País da crescente descapitalização interna, operada pelos grandes grupos internacionais, com medidas de comércio exterior que garantissem não somente mercados para os produtos nacionais, mas também uma margem de rendimento que permitisse reinversões.

A inflação decorrente da necessária emissão para crédito à indústria, comércio e bancos e a conseqüente elevação do custo de vida foram utilizadas pelos cafeicultores, exploradores e oligarcas com o objetivo de destruir as pretensões políticas da nascente burguesia industrial.

Recrudesceram as críticas e pressões dos grandes grupos financeiros internacionais, que, aliados aos exportadores de café, exigiam a revogação imediata das medidas que vinham sendo adotadas pelo governo. De Londres, pelos jornais, quase que diariamente, chegavam notícias do des-

contentamento dos grandes financistas com a situação brasileira e das quedas sucessivas dos títulos brasileiros nas Bolsas de Valores européias. Internamente, a oligarquia se articula contra Rui e, depois, contra Deodoro. A conspiração aderem remanescentes adeptos civis e militares da Coroa. Sem condições, Deodoro renuncia e assume Floriano Peixoto.

O governo de Floriano refletiu a relação de forças no bloco no poder. Os oligarcas foram fortes para derrubar Rui e Deodoro, mas não o suficiente para assumirem, sozinhos, o poder. Derrotado o inimigo principal – os setores industrializantes –, a oligarquia uniu-se aos militares e camadas médias para exercer o poder, na fase em que esses seriam os "inimigos".

Floriano ainda tentou adotar em sua política econômico-financeira algumas posições defendidas por Rui. No entanto, seus resultados foram efêmeros e insignificantes. Para manter a estabilidade do regime, compactuou com as oligarquias regionais e com alguns grupos exportadores. Como não tinha um programa de governo definido, não suportou as pressões. Os cafeicultores e as oligarquias regionais passaram a assumir a hegemonia do bloco no poder e Floriano teve de governar com eles.

Os militares permaneciam no papel de árbitros atuantes e com isto garantiam o controle do aparelho de Estado.

Consolidada sua vitória sobre a nascente burguesia industrial, os cafeicultores se articularam para levar os militares de volta aos quartéis. Junto à opinião pública os industrialistas eram os responsáveis pela inflação e pela crescente alta do custo de vida. Os militares passaram a ser um empecilho ao livre exercício da democracia. Com a eleição de Prudente de Morais, os militares voltam aos quartéis, os industrialistas às fábricas, as camadas médias à sua condição de opinião pública. As oligarquias regionais e os exportadores garantem a hegemonia do bloco dos cafeicultores paulistas.

O novo governo corta os estímulos às atividades manufatureiras. Os negócios caem. As percentagens de aplicação de capital na indústria podem ser observadas pelas estatísticas: até 1884, 9,6; 1885-1889, 11,2; 1890-1894, 11,8; 1895-1899, 5,0 e 1900-1904, 6,0.

O novo bloco no poder, sob a hegemonia dos cafeicultores, organiza o aparelho de Estado e os mecanismos de atuação política; e com Rodrigues Alves consolida-se economicamente, para que Afonso Pena assine o Convênio de Taubaté. Esse convênio instituiu as bases de articulação do Estado com os interesses dos cafeicultores. É o mecanismo econômico que Celso Furtado chama de "socialização das perdas".

No governo de Deodoro, a nascente burguesia industrial sentiu a importância política de ser a fração hegemônica do bloco no poder. Durante a República Velha sentirá que participar do bloco não é o suficiente

e, sim, que, mesmo sob bases instáveis, o importante é ser o centro de decisões, isto é, a fração hegemônica.

Durante a Primeira República, o café garantiu o fortalecimento político e econômico da região Centro-Sul, a maior integração do mercado interno dessa região, a aceleração do processo de urbanização, o crescimento da indústria, as oscilações no balanço de pagamentos, os períodos de crise e de apogeu da sociedade brasileira. No entanto, em alguns momentos, a exportação de outros produtos agrícolas, como a borracha e o cacau, chegou a sobrepujar a exportação do café, mas seus efeitos na economia foram conjunturais, não chegando a provocar qualquer mudança na composição do poder. E nada mais natural que isso acontecesse, pois o Estado tinha sido organizado para servir ao café.

A expressão mais contundente desse fato é a chamada política dos governadores ou transferência da legitimidade do regime para a política de consenso e compromisso das oligarquias regionais. O presidente da República era o responsável pelo encaminhamento da escolha de seu sucessor. O objetivo era o de alcançar a unanimidade em torno do nome do sucessor entre os grandes chefes políticos estaduais, pois só do seio desse grande "conselho" de ex-coronéis da Guarda Nacional poderia surgir qualquer movimento de contestação ao governo. Esses movimentos só teriam força eleitoral se fossem apoiados por Estados fortes como São Paulo, Minas e Rio Grande. No entanto, o funcionamento do sistema foi tão consistente, que em nenhum momento da República Velha foi eleito um presidente que não contasse com o apoio do Poder Executivo.

Na forma de regime instaurado, o poder do Executivo era quase que absoluto. Era o único organismo político nacional organizado. Não havia, formalmente, um partido político nacional. Os partidos republicanos estaduais – sua organização e direção – obedeciam à rigorosa exacerbação dos princípios federalistas da primeira Constituição republicana. Em cada Estado havia um partido com autonomia orgânica, política e ideológica, normalmente dirigido por um grande chefe local, que tratava diretamente com o presidente da República, indicava os nomes do Estado para concorrer às eleições em todos os níveis e exercia de fato o poder em sua região. Estabelecia-se, assim, uma relação de reciprocidade entre os chefes locais, o Executivo estadual e o Executivo nacional: os "coronéis" garantiam os votos em troca de favores, principalmente nas áreas ligadas à polícia civil e ao Poder Judiciário.

Garantindo o poder aos chefes locais em suas regiões, o governador firmava-se no poder e controlava a política estadual, enquanto que o presidente da República garantia seu poder de controle sobre a política nacional.

Por vezes, alguns Estados uniram-se contra a frente Minas-São Paulo, ou seja, ao poder de decisão próprio do presidente da República, sem, no

entanto, conseguirem abalar o regime. Outros partidos políticos começaram a ser organizados sem sucesso. O regime estava montado em bases de sustentação sólida se profundas, indo do plano nacional ao municipal. Era exatamente sobre essa sólida organização que os cafeicultores mantinham a hegemonia do bloco no poder, já que ela lhes garantia a força política suficiente para permitir concessões às outras classes e frações de classes que também participavam do bloco.

A primeira reação às idéias de Bernardino de Campos, que lhe valeram o sacrifício de sua candidatura, foi a elevação da quota-ouro, na cobrança dos impostos de importação, ao limite inesperado e francamente brutal de 35%. Assim, a quota-ouro, sobre a tarifa das alfândegas, podia ser manobrada como uma cravelha distensora. Com isso os banqueiros nacionais e os industriais de manufaturas, presos aos seus negócios por concessões de créditos anteriores, obtinham a primeira vitória. Mas o fruto melhor foi o Convênio de Taubaté, firmado em fevereiro de 1906, pelos presidentes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os três maiores produtores de café. A preferência daquela lavoura – escreve José Maria dos Santos – como única suscetível de lucros realmente apreciáveis, dentro das circunstâncias econômicas determinadas pelo nosso especial sistema tributário, produzia afinal o seu resultado previsto e inevitável. Dada a extensão das nossas terras e a variedade das condições agronômicas que as assinalam, a insistência da nossa maior atividade agrícola naquele gênero de cultura teve a sua conseqüência natural no transbordamento de todas as possíveis necessidades dos mercados consumidores. A proibição de novas plantações, adotada pelo governo paulista em 1902, não chegara a tempo de prevenir eficazmente aquela eventualidade. Tendo as lavouras abertas até então atingido a sua plena produção em 1905, o comércio de café estava a dois passos de tornar-se um privilégio do Brasil. Ante a surpreendente abundância da nossa produção, as velhas culturas estrangeiras iam sendo abandonadas como prejudiciais e insustentáveis. Na Ásia, na África, como nos países das Américas Central e do Sul, os agricultores, nossos concorrentes, viam-se forçados a ir pensando em outros negócios. Em condições econômicas racionais, teríamos atingido o ideal na produção de qualquer indústria. Entretanto, dado o *processus* econômico inferente ao nosso regime político, os nossos fazendeiros, perante a próxima colheita, também viam-se numa imediata e terrível ameaça de esmagamento. A sua riqueza, depois de afogar os concorrentes pelo mundo, refluía como um dilúvio sobre eles próprios. Tratava-se, naquela safra, de nada menos de 23 milhões de sacas, que, somados aos cinco milhões dos estoques existentes e aos quatro milhões que ainda podiam ser oferecidos pelos produtores estrangeiros, determinariam um excedente de 16 milhões sobre toda a capacidade de absorção do consumo mundial. Na exportação da safra anterior, com o

câmbio à taxa de 17 *pence*, o preço pela unidade de dez quilos, nos portos de embarque, havia descido à cifra mínima de 3$600 réis. As liquidações, para a maioria, tinham-se reduzido a simples renovações de crédito, com outorga de numerosas hipotecas. Que seria da nova safra, qual seria o fim imediato dos fazendeiros hipotecados, quando, no mercado interno, continuava o progressivo encarecimento de todo o indispensável?

Obedecendo a essas angustiosas considerações, os políticos paulistas, como representantes da região mais interessada na cultura cafeeira, não se cansavam de fazer sentir ao presidente Rodrigues Alves a urgência de uma ação qualquer sobre o câmbio monetário que viesse neutralizar as constantes chamadas de crédito do Exterior determinadas pelo seu programa de grandes obras e pelos empréstimos regionais. Os agricultores, como já observamos, tinham a elevação da taxa cambial como ruinosa aos interesses da sua indústria. No abaixamento do custo de produção pelo barateamento da vida, por meio de uma redução geral dos impostos, era coisa na qual ninguém pensava, na ilusão de rápido progresso das grandes obras em andamento.

O conflito entre o plano financeiro de Campos Sales, conjugado ao sistema de obras do governo Rodrigues Alves, e o baixismo cambial dos lavradores de café parecia irredutível. Desde, porém, que sobre a contenda alteou-se a voz de Bernardino de Campos, a indicar a justa solução numa reforma geral das condições econômicas e tributárias, que interessava à nossa própria estrutura política e constitucional, o acordo imediatamente operou-se na candidatura Afonso Pena. Houve mesmo quem dissesse – e isto foi publicado no Brasil e no estrangeiro sem merecer maior contestação – que o presidente Rodrigues Alves, resistindo, na questão financeira, aos fazendeiros de São Paulo, no terreno político foi o promotor disfarçado, mas principal, daquela candidatura que viria oferecer, imediatamente, aos mesmos fazendeiros todas as satisfações...

É indispensável fixar bem o caráter de íntima e perfeita conjugação da política com certos interesses privados que a escolha do conselheiro Afonso Pena, para a sucessão de Rodrigues Alves, representou. Os paulistas, desiludidos de mover o presidente aos seus apelos sobre os negócios cambiais e descontentes com as largas idéias de Bernardino de Campos, onde não viam nenhum milagroso pronto alívio às suas inquietações, resolveram simplesmente negociar o valor político do seu Estado, trocando a sua completa desistência na sucessão presidencial pelo predomínio dos seus interesses cafezistas no programa administrativo do novo governo federal. Os políticos mineiros e fluminenses imediatamente concordaram, pois a Presidência e a vice-presidência da República recaíam, respectivamente, em dois dos seus – Afonso Pena e Nilo Peçanha – e o presidente Rodrigues Alves, dada a pessoa daquele que em primeiro lugar o sucederia no Catete, nada mais teve a dizer. Foi assim que a lavoura de

café do Estado de São Paulo, combinando-se com os estreitos interesses dos industriais de manufaturas e as subalternas conveniências pessoais dos políticos de profissão, sacrificou a candidatura Bernardino de Campos e, com ela, a grande expansão agrícola do País ao prato de lentilhas da valorização imediata e artificial do seu único produto.

No Convênio de Taubaté, firmado pelos governos de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1906. estabeleceu-se que os três Estados, pelo tempo que fosse julgado conveniente, se obrigavam a manter um certo preço pela saca de café de 60 quilos nos portos de embarque, mediante retenção de uma parte da nossa produção igual ao excedente da produção geral de todas as procedências sobre o consumo mundial calculado. A retenção se faria por meio de compras no nosso mercado interno, lançando-se uma sobretaxa de três francos-ouro por saca, a ser paga pela parte reservada à exportação, com o fim de prover ao serviço de juros e amortização dos empréstimos externos que aquelas compras exigissem. Ao mesmo tempo, desvendando claramente a conjugação preliminar daquele acordo mercantil com as transações políticas da candidatura Afonso Pena, assentou-se que a nova administração federal criaria uma Caixa de Conversão monetária, na qual o produto das operações de crédito exterior ali previstas fosse recebido e trocado por moeda nacional ao câmbio invariável de 15 *pence* por mil réis, em oposição à taxa média em curso, de 17, ou outra qualquer que pudesse vir a indicar as condições normais do mercado cambial. O mesmo tratamento seria dado a todas e quaisquer somas em moedas estrangeiras que, a partir de então, entrassem no País. Criava-se, assim, uma moeda especial conversível à vista, ao lado da outra, de curso forçado, emitida pelo Tesouro, e, como prevalecesse para esta o processo do resgate, pela incineração dos saldos orçamentários, poder-se-ia supor que o novo sistema tendesse à gradual e completa transformação do meio circulante. Tal não era, porém, a idéia. O padrão legal continuava a ser o de 4$000 pela oitava de ouro de 22 quilates, de 11 de setembro de 1845. A própria lei que, em 6 de dezembro de 1906, instituiu a Caixa de Conversão, depois de fixar em 20 milhões de libras esterlinas o limite maximo dos depósitos a receber, dizia no seu artigo 2º: "Os pagamentos decretados, contratados, ou que por qualquer compromisso hajam de ser efetuados em ouro, serão feitos, como atualmente, de conformidade com o padrão legal de 27 d. esterlinos por 1$000 . . ." Os 15 *pence* da conversão representavam apenas uma redução geral das finanças do País aos interesses particulares da indústria cafeeira. Era somente uma estabilização precária da moeda, a uma taxa de favor . . .

Desde o governo de Prudente de Morais o café entrava em crise. O plantio intensivo estendera a lavoura cafeeira e os novos cafezais começaram a produzir, criando a primeira crise de superprodução. A situação

não foi sentida de pronto, pois o preço do café não oscilou muito. Com a estabilização e revalorização da moeda, fez-se sentir o efeito da depreciação, que foi, em 1905, em ouro, de mais de 50%. Enquanto isso a superprodução acumulava estoques de uma mercadoria invendável. Eles atingiram, em 1905, 11 milhões de sacas de 60 quilos, equivalentes a 60% do consumo mundial de um ano. São Paulo tinha 600 milhões de cafeeiros. O crédito era fornecido pelas casas exportadoras de Santos, dependentes dos bancos estrangeiros. Elas compravam o café na fase da colheita, forçavam a baixa do preço e estocavam o produto. Os primeiros a sentirem a crise foram os fazendeiros, que não tinham quem lhes comprasse a safra abundante. Em seguida, as casas comissárias deixaram de financiar o produto. Começaram, então, a surgir os planos salvacionistas.

Alfredo Ellis apresentou um projeto no Senado, a primeiro de julho de 1903, de um só artigo: "Fica o governo autorizado a promover os meios de defender e valorizar o café." Era uma iniciativa patética, destinada mais a sacudir o ambiente do que a resolver o problema, para o qual não dava uma solução exeqüível. Outro homem de São Paulo, o conde Alexandre Siciliano, ofereceu um plano de defesa que consistia em estabelecer um monopólio da exportação por um sindicato, a ser formado como uma espécie de empresa pública, e pela valorização do produto por meio de compra do estoque, através de uma taxa-ouro. O "projeto Siciliano" vai aparecer na gênese do convênio.

Atravessamos um período de descapitalização. A única solução seria o financiamento, socorrendo-se do crédito externo. Mas surgia uma dificuldade. Os nossos banqueiros habituais, os Rothschild, não estavam interessados no café, produto de pouco consumo na Inglaterra. Estavam, sim, interessadíssimos no cumprimento de nossos compromissos e receavam que, aumentando a dívida externa, acabássemos falhando naqueles pagamentos.

Estimulado por Alfred Ellis, Franco de Lacerda e Siciliano, o governador Jorge Tibiriçá aceitou a tarefa. Assim instalava-se, no governo de São Paulo, uma teoria econômica oposta àquela que norteara a ação do governo Campos Sales, cuja continuação ele considerava indispensável, a ponto de haver exigido essa concordância de Rodrigues Alves, antes de aceitar a indicação de seu nome.

No resumo que faz da tramitação do projeto, Afonso Arinos documenta-se no arquivo de Rodrigues Alves: "O projeto de Alfredo Ellis teve parecer contrário da Comissão de Finanças, relatado pelo senador gaúcho Ramiro Barcelos. Em certo momento da discussão que se travou entre o autor e o relator, apreende-se bem as intenções e o estado de espírito dos contendores. Ellis declarou que se devia valorizar o café mediante compra, feita pelo governo federal, de "quatro ou cinco milhões de sacas", financiando-se a operação com um empréstimo. "De

onde tirá-lo?", perguntou Ramiro. "De onde tirou os 8,5 milhões de esterlinos para as obras do porto e para a avenida", retrucou Ellis.

A mudança da política vigente implicaria dificuldades cambiais e de pagamento dos empréstimos que os Rothschild tinham negociado para as obras do governo. Por isso mesmo, os Rothschild se oporiam a qualquer mecanismo de valorização do café. Só depois de assinado o convênio entraram no negócio.

A iniciativa do senador Ellis não teve andamento no Senado, mas, a 28 de agosto, ela se renovou na Câmara com mais vigor, através de projeto apresentado pelo paulista Cândido Rodrigues (que fora secretário de Rodrigues Alves no governo paulista) e assinado por 34 colegas, na quase totalidade representantes das zonas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais.

Visava o projeto, especialmente, fixar preço mínimo para o produto, fazer propaganda dele, a fim de aumentar-lhe o consumo, conceder crédito aos produtores, limitar a produção e recorrer ao crédito externo, para mobilizar o plano. A 21 de dezembro, a Comissão de Orçamento, em longo e bem estudado relatório relatado pelo piauiense Anísio de Abreu, deu parecer contrário ao projeto. Assinale-se que David Campista, futuro ministro da Fazenda de Afonso Pena, assinou esse parecer, que se chocaria com a orientação que depois assumiu. O parecer negativo foi objeto de longo voto divergente do paulista Galeão Carvalhal, no qual se alinham todos os argumentos então predominantes em favor da valorização do café e da intervenção do Estado no domínio econômico.

Ficou o assunto esquecido na Câmara, até meados de 1904, quando, em 10 de agosto, voltou a debate, com um estudo da Comissão de Agricultura. O estudo era baseado no projeto de Cândido Rodrigues, em várias emendas a ele apresentadas e em outras iniciativas correlatas. Nada, porém, progredia na esfera federal. Somente o impulso vindo da principal região produtora, que era São Paulo, poderia vencer a resistência passiva da União.

O presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, encontrava apoio firme e amplamente majoritário em todos os setores influentes da opinião paulista. Cumpria-lhe procurar apoio fora de São Paulo, como outros Estados, desde que se tornara patente que a União não se dispunha a isso. E foi o que se verificou no correr do ano de 1905.

Rodrigo Soares Júnior, que compulsou o arquivo particular de Jorge Tibiriçá, fornece elementos esclarecedores das tratativas que levaram ao Convênio de Taubaté.

As pessoas que mais auxiliaram o presidente paulista foram o deputado Cândido Rodrigues e o senador Glicério, encarregados de pressionar Rodrigues Alves; Carlos Peixoto, incumbido de trazer o apoio de Francisco Sales, presidente de Minas; enquanto o deputado fluminense Barros Franco Júnior e Cândido Resende trabalhavam junto a Nilo Pe-

çanha, presidente do Estado do Rio. Aos velhos adversários políticos de Rodrigues Alves competia a tarefa de organizar a massa de manobra no Congresso, contra o Catete.

A estratégia projetada envolvia medidas políticas que iam muito além dos propósitos econômicos cogitados a princípio.

Insensível, mas inevitavelmente, a campanha pela valorização do café veio desaguar no problema da sucessão presidencial.

Minas era o Estado de maior população, maior eleitorado, maior representação no Congresso. São Paulo, berço da República civil, tinha conseguido conservar o controle do poder federal por três períodos presidenciais sucessivos. A resistência contra a renovação paulista, por mais um quadriênio, era natural, e só poderia ser vencida por uma união sem frinchas entre os governos do Estado e da União. A contradição de interesses financeiros entre os dois governos era, porém, irredutível, e isso os levaria a uma separação política, que impossibilitou um quarto presidente paulista.

Tibiriçá, a princípio, não se deu conta da situação. Pensou que podia pressionar o governo federal nos dois sentidos, obrigando-o a aceitar a valorização do café e o candidato paulista de sua preferência, no caso Bernardino de Campos. Mas, desde cedo, a conquista do duplo objetivo revelou-se inviável.

Assim, as coisas foram-se organizando na direção das forças políticas. São Paulo conseguiu vencer a batalha econômica, forçando Rodrigues Alves a aceitar, ainda que não completamente, o plano da valorização. Mas São Paulo foi forçado a ceder na batalha política, e a concordar, também de má vontade, com a chapa presidencial Afonso Pena-Nilo Peçanha, solução que premiou os dois Estados participantes da manobra.

A unidade da ação entre os Estados cafeeiros foi-se estreitando na medida em que os seus governantes se convenciam da falta de interesse do governo federal.

Em outubro de 1905, Tibiriçá convidou Sales e Nilo para um encontro na cidade de Taubaté, do qual deveria resultar a solenização do acordo entre os três governos. O presidente Francisco Sales, bem mineiro, deu resposta sabiamente condicionada. Observou que uma reunião sem resultados positivos seria um "desastre" e que, por isso, convinha que os planos do acordo fossem assentados previamente. Em seguida ponderou que, sem acordo da União, qualquer plano estadual seria inviável e que, portanto, o encontro dos três presidentes de Estado, sem audiência prévia do presidente da República, ficaria como "simples encenação".

Antônio Prado, amigo de Rodrigues Alves e não muito de Jorge Tibiriçá, concedeu, em setembro, entrevista ao *Jornal do Comércio* opondo-se à valorização. Presidente da Estrada de Ferro Paulista, Prado, embora tivesse também negócios de café, sentia seus interesses predominantes ao

lado da política financeira do governo federal e receava as conseqüências cambiais e monetárias da política valorizadora. É provável que essa entrevista, que foi muito comentada, tenha sido precedida de conversa entre Antônio Prado e Rodrigues Alves, pois este parece referir-se a ela na mensagem de 1906.

Mas, aos poucos, o trabalho político de arregimentação prosseguia no Congresso. Quando da votação da lei de orçamento, foi aprovada a emenda apresentada por Cândido Rodrigues, na qual se autorizava o presidente da República a entrar em acordo com os Estados cafeeiros, a fim de regular o comércio do café e, dizia-se expressamente, "promover a sua valorização", dando garantias às operações de crédito realizadas para tal fim.

Com o caminho facilitado por essa colaboração do Congresso federal, os três presidentes reuniram-se em Taubaté, no dia 25 de fevereiro, sendo o convênio assinado por eles na madrugada de 26, no edifício do Paço Municipal.

O convênio desdobrava-se em 15 artigos e as suas disposições mais importantes eram as seguintes: foram fixados preços mínimos, em ouro, para os diferentes tipos de café exportáveis (art. 1º); criava-se uma sobretaxa no valor de três francos-ouro (valor que poderia ser alterado) para cada saca de café exportado, e impediam-se, mediante impostos proibitivos, novas plantações (art. 6º); o Estado de São Paulo ficava autorizado a negociar, no Exterior, um empréstimo de 15 milhões de libras, destinado a financiar o plano, sendo o pagamento desse empréstimo feito com o produto da sobretaxa acima referida, a qual seria arrecadada pela União (arts. 7º e 8º); o empréstimo, pelo qual se responsabilizavam solidariamente os três Estados, serviria também de lastro a um instrumento oficial, que o convênio previa no âmbito federal, a Caixa de Conversão, cuja finalidade era a "fixação do valor-moeda" (art. 8º); o convênio seria aprovado pelo presidente da República (art. 15.).

Pela Constituição federal, o convênio era duvidoso em alguns pontos. A União não era obrigada a arrecadar a taxa-ouro criada pelos Estados, nem aplicá-la no pagamento de empréstimo externo para eles negociado. Igualmente, a recomendação ao Congresso federal para criar um órgão como a Caixa de Conversão era inoperante. De outro lado, a aprovação do convênio pelo presidente da República não era impositiva.

Ao enviar o texto do convênio a Rodrigues Alves, Tibiriçá fê-lo acompanhado de um ofício, datado de 12 de março, no qual comunicava a deliberação tomada sobre a Caixa de Conversão (idéia adotada pelos presidentes dos três Estados para solução da questão monetária entre nós). Informava que sua criação havia sido julgada da maior urgência e reclamava do presidente da República a "convocação extraordinária" do Congresso para votação das leis necessárias.

Tudo isso era de patente inconstitucionalidade.

Como poderiam os chefes dos Executivos estaduais forçar o presidente à convocação extraordinária do Congresso, matéria de sua competência privativa? Além do mais, estava-se em fim de fevereiro, e o Legislativo devia estar reunido, normalmente, a 3 de maio.

Rodrigues Alves recebeu a documentação em Petrópolis, das mãos do secretário da Fazenda de São Paulo, Albuquerque Lins. O presidente explicou ao secretário que a questão monetária tornava sua posição embaraçosa, pois ele era contrário à quebra do padrão, que seria a conseqüência fatal das medidas a serem tomadas.

"Se me tivessem consultado de Taubaté (ajunta o relato de Rodrigues Alves), é possível que as dificuldades tivessem desaparecido."

Albuquerque Lins alegou que partira de Nilo Peçanha a idéia da fixação da moeda em câmbio baixo e que "os governadores tiveram receio de sair sem essa solução, ficando mal nos Estados". O presidente observou então que descartavam a dificuldade para ele. E rematou seus apontamentos com estas palavras: "O dr. Lins contestava-me sempre e não me parecia muito satisfeito."

À quase petulante comunicação de Tibiriçá, Rodrigues Alves respondeu com moderação, mas com firmeza, em ofício de 12 de março. Depois de comprometer-se a submeter oportunamente o convênio à aprovação do Congresso (único poder competente pela Constituição para resolver sobre alguns assuntos ali contidos), o presidente recusou-se a tomar a iniciativa da convocação extraordinária do mesmo Congresso, por "não considerá-la aceitável". Quanto à sua aprovação ao convênio, prevista no artigo 15, o presidente não se manifestou diretamente. Pela ação subseqüente, mostrou, porém, que não se considerava competente para proceder àquela aprovação, pois, juntamente com a mensagem habitual de abertura do Congresso, a três de maio, e nessa mesma data, enviou outra mensagem, de poucas linhas, que era acompanhada pelo texto do Convênio de Taubaté. Assim, o presidente entendeu acertadamente que parte da execução do convênio era da competência dos Estados signatários, não lhe cabendo intervir, e parte necessitava de lei federal, sendo, pois, o Congresso o poder competente. Ele não se envolveria.

O pensamento de Rodrigues Alves sobre todo o conjunto da matéria se exprime, com largueza e lucidez, no texto da mensagem de abertura do Congresso.

O documento é, nesta parte, indubitavelmente, da própria redação de Rodrigues Alves, pois exprime todas as idéias que sustentava desde os seus tempos de ministro da Fazenda, explica com cuidado a contradição que existia entre os objetivos do convênio e o programa, em fim de execução, do governo que terminava e contesta francamente as opiniões defensoras do convênio. Para o presidente, a defesa dos preços não se faria

com a valorização artificial, mas com a boa comercialização do café, fundada no crédito do produtor. Só com o crédito, o armazenamento e a emissão de títulos negociáveis *(warrants)* poderiam o fazendeiro e o comissário defender-se contra a pressão baixista dos vendedores no estrangeiro, que auferiam lucros incríveis na diferença de preços. Contesta a teoria de que o câmbio baixo valorizava o café, mostrando que, pelas razões acima, os preços independiam do câmbio. A esse propósito, depois de declarar-se ele próprio lavrador, afirma: "É um desacerto pensar que a lavoura do País não pode prosperar sem câmbio baixo, e uma corrente se tem formado em favor da idéia de uma taxa que a beneficie. As estatísticas demonstram, ao contrário, que, com as taxas melhores do que as atuais, os preços do café têm tido alternativas de alta e baixa, mas a lavoura tem vivido e prosperado." Adverte para os riscos do papel-moeda inconversível e repele a quebra do padrão monetário, com a fixação legal do câmbio e uma taxa artificialmente baixa. Defende, por fim, a política monetária de seu governo, que permitiria o grande programa de obras e saneamento, indispensável ao progresso econômico. Termina com esta afirmativa: "Seria um erro recuar, como será obra de patriotismo afastar de vossas deliberações a idéia de quebra do padrão monetário e a de fixação do câmbio, que contrariam profundamente aqueles planos, com tanto êxito experimentados."

Assim se expressava, em defesa de sua obra de estadista, o homem que, na vida particular, era grande lavrador de café.

Rodrigues Alves comportava-se no episódio com suas habituais qualidades de firmeza e moderação. Como presidente, não se submetia a pressões que contrariassem suas idéias e programa, ainda que proviessem do seu próprio Estado. Não convocou o Congresso, não tomou qualquer iniciativa sobre a projetada Caixa de Conversões e manifestou-se claramente contra as teses do convênio. Mas não podia assumir a responsabilidade de frustrá-lo nos pontos que não colidiam com a sua competência. Por isso remeteu-o ao Congresso e, mais tarde, depois de aprovado, chegou a defendê-lo.

O Congresso, órgão político, decidiu a matéria politicamente. O presidente estava em fim de mandato. Afonso Pena fora eleito presidente a primeiro de março e todo o funcionamento da máquina política e parlamentar já se fazia tendo em vista o futuro governo. No Congresso, a antiga coligação transformava-se no chamado bloco (a denominação veio de uma frase de Glicério, discursando em homenagem a Pinheiro Machado) e a forte personalidade do caudilho gaúcho emergia para a liderança incontestada da política federal. Jorge Tibiriçá tornara-o, em nome de São Paulo, o árbitro da situação. Pinheiro transformara-se numa espécie de presidente não eleito, mais seguido e temido do que o legítimo. Em breve comandaria suas hostes para a candidatura de Hermes da Fon-

seca, durante cuja presidência reinou sem rival. Só Minas, mais firme com Wenceslau do que com Afonso Pena, iria derrubá-lo, pouco antes de sua morte, para a qual tanto concorreu a violenta campanha parlamentar e de imprensa. O próprio Rodrigues Alves, nas notas íntimas a partir de 1905, revela a cada passo o reconhecimento tácito da liderança nacional de Pinheiro, embora ele, pessoalmente, não se submetesse à mesma, e só encontrasse provas de simulado respeito nos contatos pessoais com o gaúcho.

Pinheiro já era forte, mas sua posição sem contraste não lhe veio do Rio Grande nem de Borges de Medeiros, mas da luta interna dos paulistas, em 1906.

Assim, com a aprovação do Convênio de Taubaté, os paulistas largavam o real pela miragem: perdiam possivelmente a Presidência com Bernardino (que se inclinava pela política financeira reclamada em São Paulo) e obtinham uma vitória que não funcionou.

Fato que chocou e entristeceu Rodrigues Alves foi a adesão pública de Campos Sales ao Convênio de Taubaté, antes da sua remessa ao Congresso. No dia 26 de março, Campos Sales, em São Paulo respondeu ao convite para defender a aprovação do ajuste com as seguintes palavras: "Estou à disposição do Estado de São Paulo e do País inteiro, nos postos que forem indicados. Façam o convênio e contem comigo, caso o convênio não contrarie os meus princípios políticos."

A restrição final, anota Rodrigues Alves, era feita para amenizar declaração anterior em favor da valorização e da fixação do câmbio legal que "fez escândalo entre os amigos do dr. Campos Sales". José Carlos Rodrigues, que chefiava, no *Jornal do Comércio*, o combate ao convênio, escreveu a Campos Sales "uma carta de queixa e aviso". O ex-presidente devia estar magoado com o sucessor, pois lhe atribuía a responsabilidade, por omissão, no insucesso de sua candidatura à presidência, no lugar de Afonso Pena, candidatura falsamente sustentada por Pinheiro Machado. Agora, com Afonso Pena já eleito, cometia o gesto pouco generoso de acompanhar os adversários de Rodrigues Alves, que não fazia mais do que sustentar a política financeira que dele herdara.

A mensagem de Rodrigues Alves ao Congresso, opondo-se ao Convênio de Taubaté, provocou surpresa e indignação.

A violência dos ataques ao presidente oriundos dos paulistas é chocante. Um dos corifeus do Convênio, Augusto Ramos, que Tibiriçá enviara à Europa para estudar a comercialização do café, chegou a escrever o seguinte, *na Gazeta de Notícias*: "Não há manejos, por mais humilhantes e torpes, dos quais, por intermédio de um ministro e outros agentes, não se tenha servido o sr. presidente da República para ferir, perante o estrangeiro, o crédito dos Estados cafeeiros, desses mesmos Estados, que hão de pagar a orgia de dívidas com que S. Exa. nos cumulou." Isto porque o

governo federal recusara-se a avalizar o empréstimo externo.

A resistência do governo federal em colaborar com a parte que, impocitamente, lhe cabia na execução do convênio, seja assumindo a co-responsabilidade no empréstimo externo, seja promovendo a lei da Caixa de Conversão, levou os três presidentes a modificarem o texto do Convênio de Taubaté. Para isso reuniram-se em Belo Horizonte, onde assinaram, a 4 de julho, documento de "modificações e aditamentos ao Convênio de Taubaté". As alterações foram estas: o preço do café, em vez de ser fixado em francos-ouro, passou a sê-lo em mil-réis; dada a recusa da União em endossar o empréstimo externo, a sobretaxa de exportação passou a ser arrecadada pelos Estados produtores; o empréstimo seria aplicado diretamente na valorização do café, não se tratando mais da fixação legal do câmbio, visto que não se podia assegurar a criação da Caixa de Conversão.

No intervalo transcorrido entre a assinatura em Taubaté e as modificações em Belo Horizonte, o assunto foi copiosa e, às vezes, violentamente debatido na imprensa. Finalmente, entrou o convênio em discussão na Câmara dos Deputados no dia 19 de julho. Já vinha com parecer da Comissão de Finanças, favorável à aprovação. Seu relator era David Campista, indicado para ministro da Fazenda de Afonso Pena, o qual cumpria os compromissos assumidos quando da formação dessa candidatura, embora já tivesse votado contra projeto semelhante.

O parecer de Campista, sucinto e escrito com elegante clareza, dá ênfase à defesa da intervenção do Estado no domínio da economia. Nesse ponto, as idéias do brilhante deputado por Minas Gerais merecem atenção, por serem pioneiras no Brasil. Campista justificava a conveniência da valorização do produto por ato do poder público, ação "que faria sorrir a economia clássica", pelo fato de o Brasil deter um virtual monopólio da produção. Esse foi, aliás, o erro constante dos valorizadores entre nós, erro por que não levavam eles em conta o aumento das plantações nos países concorrentes. O caso da borracha, de que também tínhamos monopólio, em brebe manifestaria outro aspecto desse mesmo erro.

O parecer de Campista contém trechos que devem ser inscritos na história das idéias econômicas no Brasil. Trechos como este: "Não podem servir de embaraço – mormente em países novos como o nosso – preocupações doutrinárias, incapazes, aliás, de soluções irredutíveis, sobre intervenções oficiais no mundo econômico. Seja o Estado uma simples instituição política e de boa ordem, seja, efetivamente, uma máquina de progresso, não se pode sensatamente reduzi-lo, entre nós, ao invariável papel de demitir-se solenemente diante de cada dificuldade que parece, e que joga com os mais elevados interesses da Nação."

Ao parecer, Serzedelo Correia, juntou voto de apoio, prolixo e hesitante. Era favorável ao convênio, mas receava um desastre na sua execu-

ção, caso os mercados consumidores dispusessem de estoques capazes de resistir à oferta altista.

Juntamente com o parecer, vinha uma longa representação paulista do Senado exaltadamente favorável ao convênio. Nessa representação, a política financeira de Campos Sales e Rodrigues Alves era criticada diretamente, como tributária do pensamento metalista dos escritores franceses, enquanto o câmbio baixo e o emissionismo eram abertamente defendidos. Termina com afirmações gratuitas e inconsistentes que serviam para dourar a pílula (essa é a expressão, pois falavam em circulação monetária ouro) do empréstimo que viesse atender aos interesses da lavoura cafeeira.

Iniciada a discussão de plenário, David Campista, em curto discurso, opinou pela aprovação. Sente-se um certo constrangimento do relator, os mineiros cumpriam lealmente o compromisso assumido, quando da candidatura Pena, mas estavam muito longe do entusiasmo dos paulistas.

O jovem deputado baiano Miguel Calmon, que seria também ministro no futuro governo, leu um discurso inesperado. Opunha-se firmemente ao convênio, não por motivos políticos, mas por considerações econômicas que largamente desenvolveu, apoiado em dados teóricos e estatísticos. É um trabalho meditado, construído com esforço, pesquisa e inteligência, um dos melhores discursos sobre a matéria que se pode encontrar nos anais da Câmara. Os vaticínios finais de Calmon eram sombrios, mas não infundados, como o futuro demonstraria. Pede que "não se arrojem a operações comerciais aleatórias, cujos prejuízos sobrecarregam as gerações futuras". Adverte que a "vã miragem nos fará perder a supremacia do nosso café, sobre seus variados competidores".

Outros oradores ocuparam a tribuna, no decorrer da discussão. Barbosa Lima combateu o convênio com veemência e David Campista voltou a defendê-lo, sempre frouxamente.

O fluminense Paulino de Sousa, de brilhante tradição conservadora e cafeeira, combateu o projeto. Um dos seus argumentos foi importante: lembrou que o *funding-loan*, destinado a consolidar toda a dívida federal, era de dez milhões de libras, enquanto que o empréstimo estadual desejado seria de 15 milhões.

Tratado como questão política, o convênio não seria recusado pela maioria. Foi aprovado na Câmara, em discussão final, por 107 votos contra 15. O deputado Rodrigues Alves Filho, fiel à orientação do Partido Republicano Paulista (PRP), votou a favor. Seu pai não fora frontalmente contrário. Entre os que votaram contra, estavam homens do Norte, como Estácio Coimbra, Miguel Calmon e Artur Orlando. Também foram contrários o fluminense Paulino, o carioca Irineu Machado e o gaúcho federalista Pedro Moacir, que não obedecia à liderança de Pinheiro Machado.

A discussão no Senado se fez a 31 de julho. Foi rápida. Poucos oradores e discursos resumidos. Glicério defendeu o convênio. Houve 31 votos a favor e seis contra. Tal como se dera com Barbosa Lima, na Câmara, os senadores Gomes de Castro, e Barata Ribeiro, que haviam lutado contra Rodrigues Alves em 1904, agora estavam de acordo com o presidente e votavam contra o convênio.

Aprovada legalmente a política de valorização, restava a parte mais importante, que era a obtenção no estrangeiro, dos recursos necessários à sua implementação. Caio Prado Júnior fornece uma síntese dessas negociações.

O sistema financeiro chefiado pelos Rothschild, que, desde a Independência, participavam, com maior ou menos usura, do atendimento ao crédito público brasileiro, opunha-se decididamente ao Convênio de Taubaté, e nem poderia fazer outra coisa, pois estava ligado aos empréstimos que, desde Prudente, amparavam a política monetária dos presidentes paulistas. Os altistas de São Paulo tiveram de recorrer a outras fontes. Foram elas dois bancos alemães, um francês e outro americano, além de Henri Schoder, de Londres (que desde então inicia negócios com o Brasil), e da firma alemã Theodor Wille, grandes exportadores no Brasil, a qual foi ativa coordenadora do arranjo. Os Rothschild viram-se afinal, obrigados a entrar na operação, para não perder contato com o mercado brasileiro. E, apesar da campanha feita contra a alta pelos representantes do comércio estabelecido do café nos Estados Unidos e na Europa, a operação foi montada, e o enorme crédito de 15 milhões de libras assegurado e aplicado, durante alguns anos, nas compras de café destinado a retenção. Entre 1906 e 1910 (sempre segundo Caio Prado), haviam sido retiradas do mercado 8,5 milhões de sacas.

Os sucessos ligados à política de valorização não interessam ao presente estudo, pois transcorrem depois do governo Rodrigues Alves. Basta consignar que os resultados da grande operação não foram benéficos aos produtores, como desejava sinceramente o honrado, mas pouco competente, Jorge Tibiriçá.

Os grandes beneficiários foram os agentes financeiros que promoveram o levantamento dos recursos. Eles dominavam na proporção de quatro votos contra um, a comissão incumbida de administrar os estoques provenientes da retenção. E, uma vez firmados os preços, ficaram com as mãos livres para negociar o café retido durante quatro anos, o que fizeram com grandes lucros.

Convém acrescentar ao relato que os preços altos aumentavam o interesse da concorrência em centro de produção a custos mais baixos que no Brasil. Daí vêm todas as conseqüências prejudiciais a nossa economia cafeeira.

Nunca o Brasil poderá contar—nem será razoável que contasse - com o

desinteresse estrangeiro em relação ao nosso café: Os países, costumava dizer Gilberto Amado, não têm sentimentos, só tem interesses.

Se não tínhamos condições internas de resistência, cumpria criá-las e não se entregar à proteção internacional como fizeram os inventores da política de valorização.

Rodrigues Alves, lavrador de café, interessado na alta, ficou contra ela. Seu programa era o da redução dos custos, melhoria da produção e crédito adequado ao produtor. A longo prazo, ele mostrou estar certo e os outros errados. Veremos como o presidente, insultado e combatido pelos seus patrícios, soube defender a produção cafeeira de São Paulo alguns anos depois, com tal energia e êxito, que os homens que combateram sua orientação em 1906, como o então deputado Altino Arantes, o levaram novamente à Presidência da República, em 1918.

O PRESIDENTE AFONSO PENA

CAPÍTULO III

A 15 de novembro de 1906, assume a Presidência da República Afonso Augusto Moreira Pena, tendo como vice-presidente Nilo Peçanha. O novo presidente nasceu em 1847, na antiga zona aurífera de Minas. Estudou no famoso colégio religioso de Caraça. Bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde conheceu Rodrigues Alves. Ingressou na política pelo Partido Liberal, sendo eleito deputado à Assembléia Provincial mineira na legislatura de 1874-1879. Fez parte do Gabinete de Martinho Campos, como ministro da Guerra, em 1882. Voltou ao ministério, no Gabinete de Lafayette, na Pasta da Agricultura, em 1883, e, ainda, em 1885, com Saraiva, no Interior e Justiça. A folha de serviços prestados ao Império não impediu que aceitasse a República, tendo tomado parte nos trabalhos da Constituição de seu Estado, cuja presidência exerceu em 1892, com a renúncia de Cesário Alvim. Eleito presidente de Minas, teve de enfrentar as vicissitudes do governo de Floriano. Acrescentou à sua folha de serviços a mudança da Capital mineira para Belo Horizonte, cuja avenida principal tem, merecidamente, seu nome.

Era, como Rodrigues Alves, um político formado na monarquia, com os defeitos e qualidades dessa escola. Liberal, parlamentarista, bom administrador, já na República assumira a presidência do Banco do Brasil, no quadriênio Prudente de Morais. Com a morte, antes da posse, de Silviano Brandão, Afonso Pena foi eleito vice-presidente da República, com Rodrigues Alves.

Sua escolha para a Presidência refletia a carência de valores republicanos. Pela segunda vez um monarquista era chamado a exercer o supremo posto republicano.

Aparentemente, estabeleceu-se a alternância entre os dois Estados mais poderosos eleitoralmente. São Paulo e Minas iam revezar-se, no Catete, até 1930. Não era bem assim. Com a candidatura de Afonso Pena, inaugurava-se, de fato, a política do *café-com-leite*, que resultava mais do predomínio de uma nova política econômica, orientada no sentido da defesa de nosso principal produto de exportação. Haviam sido os governantes de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro que tinham firmado o Convênio de Taubaté, à revelia e até contra as idéias de Rodrigues Alves, embora ele também paulista e fazendeiro de café. Afonso Pena era o presidente que convinha a essa corrente de objetivos políticos, a serviço de interesses econômicos. Por isso as razões que favoreceram a Afonso Pena afastaram Bernardino de Campos, que não executaria essa política.

Para maior garantia da execução do convênio, um dos seus signatários, Nilo Peçanha, fora eleito vice-presidente da República.

Com o advento do novo governo, reagruparam-se as maiorias com a finalidade de reivindicar, para si próprias, a prerrogativa da indicação do candidato à Presidência da República. Ressurgiu das cinzas o Partido Republicano Federal. Só que, desta vez, em lugar de Francisco Glicério, seu chefe se chamava Pinheiro Machado.

No antigo edifício do Senado, havia um busto de Pinheiro Machado, reproduzindo, fielmente, os traços firmes do gaúcho: a testa larga e fugidia, emoldurada pelo cabelo crespo; a boca enérgica, sombreada pelo bigode atrevido; nariz adunco e narinas de aberturas marcantes. Nem no bronze parecia ter-se apagado o brilho do olhar. Os que o conheceram em vida, passavam, respeitosos, no corredor dominado pela efígie.

Ao seu tempo, escreveram que Pinheiro dominou não porque se alteasse acima do nível comum, mas porque os outros é que baixaram, deixando que ele se ilhasse, sobranceiro, dominando, por largo tempo, a política federal.

Afonso Pena não devia a indicação de seu nome a Pinheiro. Fora aceito por ele em uma daquelas retiradas estratégicas que justificavam, mais que as vitórias retumbantes, a longa sobrevivência política. Mas, enquanto Rodrigues Alves, o sábio mandarim chinês que ouvia mais que falava, deixou sem resposta os desafios do Congresso, inspirados por Pinheiro, Afonso Pena ia rebelar-se contra a tutela do caudilho que se fortalecera com a constelação dos oligarcas estaduais e a composição do Senado, obediente às suas ordens.

Afonso Pena contava com a solidariedade de João Pinheiro, presidente de Minas e candidato, em potencial, à Presidência. Minas poderia pretender repetir a seu favor os quadriênios consecutivos dos presidentes

paulistas. Dispondo os seus trunfos, entregou a presidência da Câmara dos Deputados a outro mineiro, Carlos Peixoto Filho. Favoreceu a acensão de um grupo de homens novos, que constituíram o que se chamou "Jardim da Infância". Dele faziam parte James Darcy, egresso do Partido Republicano Rio-Grandense, elevado à liderança da maioria da Câmara; David Campista, ministro da Fazenda; Miguel Calmon Du Pin e Almeida, que ainda não tinha 30 anos.

Dias antes de sua posse, discursando em Belo Horizonte, Afonso Pena declarou: "Quem faz a política sou eu."

O "JARDIM DA INFÂNCIA"

CAPÍTULO IV

A declaração do novo presidente ressoou como um desafio. É atribuída a Campos Sales a comparação do deputado mineiro, dócil ao comando de seu líder e este solidário com o governo, ao boi manso e paciente. Por extensão, teria apresentado a bancada mineira como uma "boiada", donde a imagem de Rui, em sua campanha, denunciando o "estouro da boiada".

São Paulo fizera, seguidamente, três presidentes. Fora ensaiada uma quarta candidatura paulista, com os nomes de Bernardino de Campos e Campos Sales. O primeiro sacrificou as possibilidades que tinha ao responder às perguntas indiscretas de Alcindo Guanabara, publicadas no *O País*. O segundo, na verdade, não aceitara a lembrança de seu nome, apresentado como uma reparação às manifestações hostis que assinalaram sua partida, depois de um governo que o tempo consagrava como um bom governo.

Era a oportunidade de Minas, consolidando a aliança dos dois maiores redutos eleitorais, na chamada *política do café-com-leite*, que duraria até 1929, quando Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente de Minas, e Washington Luís Pereira de Sousa, presidente da República, se desentenderam na crise sucessória. Por isso a Revolução.

A presidência de Rodrigues Alves estabelecera as bases do acordo, primeiro, com a eleição de Afonso Pena para substituto de Silviano Brandão; depois, com a celebração do Convênio de Taubaté, que unia, num

bloco, não só político mas econômico, Minas e São Paulo, acolitados pelo Rio de Janeiro.

Afonso Pena, longamente preparado na política do Império, não perderia a ocasião de firmar Minas em lugar proeminente. Para tanto, era necessário alijar da liderança da política nacional Pinheiro Machado, que sucedera Francisco Glicério, o derrotado "general das 21 Brigadas".

Não era fácil a tarefa. A República não arrancara as raízes das oligarquias que dominavam as antigas províncias. Campos Sales, com a *política dos governadores*, solidificara o sistema. Cada Estado tinha um donatário, um dono, um senhor que respondia por ele na política federal; nomeava, antes que *elegia*, deputados e senadores; monopolizava e manipulava os empregos federais e estaduais. O Amazonas era feudo de Silvério Nery; o Pará obedecia a Antonio Lemos; o Maranhão a Benedito Leite; o Piauí a Pires Ferreira; o Ceará aos Accioly; Pernambuco a Rosa e Silva; o Rio Grande do Norte a Pedro Velho; a Paraíba a Monsenhor Walfredo Leal; Alagoas aos Malta; Sergipe a Monsenhor Olímpio de Campos; o Espírito Santo aos irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro; o Paraná a Vicente Machado; o Rio Grande do Sul a Borges de Medeiros, depois da morte de Júlio de Castilhos, mas tendo Pinheiro Machado como seu representante, com carta branca na política federal; a Bahia, São Paulo e Santa Catarina não divergiam no principal, que era todos obedecerem a Pinheiro Machado.

Afonso Pena não investiu, diretamente, contra Pinheiro Machado. Pareceu respeitar a sua liderança, que aceitara sua candidatura. No banquete de lançamento oficial de sua plataforma de governo, além do orador-candidato, o outro orador foi Pinheiro Machado, erguendo o brinde de honra ao presidente da República. Essa situação significava prestígio.

Mas a frase ficara e retumbava na área política: "Quem faz a política sou eu!"

A romaria à casa de Pinheiro Machado, no alto do morro da Graça, começou a diminuir. Ao mesmo tempo, crescia outra procissão a outra mansão, na esquina da rua das Laranjeiras com Soares Cabral, uma "república" de solteirões, onde moravam Carlos Peixoto, que iria presidir a Câmara dos Deputados, Afrânio Peixoto, um jovem médico que se afirmava, Eloy de Souza, deputado pelo Rio Grande do Norte, e Primitivo Moacir.

Afastando-se para o cenário federal, Afonso Pena deixara, na presidência de Minas, uma grande figura, João Pinheiro, de quem já se lembravam para suceder ao primeiro mineiro com um segundo, repetindo a seqüência paulista.

Afonso Pena baseava a sua estratégia em uma renovação de valores, gente moça, de onde a denominação "Jardim da Infância". Carlos Pei-

xoto, que tivera uma breve mas brilhante atuação como líder da maioria, era elevado à presidência da Câmara, vaga com a ida para o Senado de Paula Guimarães. Para a liderança era escolhido James Darcy, representante do Rio Grande do Sul, mas que não obedecia à tutela de Pinheiro Machado.

Não havia verdadeiramente partidos. Eram as personalidades que nucleavam os movimentos. A proeminência de Pinheiro e a atitude de Afonso Pena dividiram o mundo político.

O "Jardim da Infância" não se propunha a constituir-se em partido político de âmbito nacional. O combate a Pinheiro configurava-se, assim, numa renovação de métodos na prática republicana. Pinheiro não era simpatizado pela elite intelectual, nem era popular. Conta Gilberto Amado que, certa vez, Pinheiro ofereceu-lhe lugar em seu carro. Atravessaram um logradouro público onde havia uma manifestação de desagrado a Pinheiro. O senador mandou que Gilberto sentasse ao lado do motorista e advertiu a este, ao passar no meio da população rebelde:

– Vá devagar para mostrar que não estamos com medo; mas não tão devagar que pareça uma provocação.

Depois, explicou a Gilberto que não o levara ao seu lado porque previa um ataque à sua pessoa e não queria que seu convidado sofresse algum ferimento.

Assim, o movimento dos moços satisfazia aos que estavam cansados do domínio de Pinheiro.

Mais moços e insofridos, os componentes do "Jardim da Infância" ansiavam pelo confronto. A sofreguidão favorecia Pinheiro, mais controlado pela experiência política, embora árdego de temperamento. O primeiro choque entre Pinheiro e Darcy, por motivos de política do Rio Grande, foi desfavorável ao deputado, que renunciou, abandonando a vida pública. Mas, quando Pinheiro quis impedir a reeleição de Carlos Peixoto, o presidente deu-lhe todo o apoio e Pinheiro foi derrotado.

A 28 de outubro de 1908 morria, em Belo Horizonte, João Pinheiro. A retirada dessa figura importante, no jogo de xadrez político, deixava desprotegida a posição do rei, no caso o presidente da República. O novo governador mineiro não apoiava incondicionalmente Afonso Pena, assim como o presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, Bias Fortes, não lhe dava o seu aval. Chegava a hora do xeque-mate de Pinheiro.

Na República Velha, a campanha sucessória começava cedo. Afonso Pena tinha necessidade de preparar um novo candidato, antes que levantassem outra candidatura que lhe fosse hostil. Fixou-se em seu ministro da Fazenda, David Campista. Foi um erro tático. Expôs-se e expôs, demasiado, seu candidato.

Carlos Peixoto, presidente da Câmara e chefe ostensivo do "Jardim da

Infância", partilhou da sorte da candidatura que tivera a missão de coordenar. Pinheiro articulava a oposição. Rui Barbosa manifestou-se contra a gênese palaciana da indicação. As situações de São Paulo e Rio de Janeiro esquivaram-se a dar-lhe o seu apoio. E Wenceslau Brás, às vésperas de assumir a presidência de Minas, tentou, sem muito entusiasmo, congregar seus amigos em torno do nome proposto. Mas Pinheiro já se infiltrara nas hostes montanhesas. A oposição avolumava-se. Bias Fortes foi mais longe, combatendo, francamente, o nome de Campista.

Pinheiro procurava um candidato para opor à indicação do Catete. Foram lembrados Rio Branco, aureolado pelas vitórias diplomáticas, e o marechal Hermes da Fonseca, prestigiado pelo Exército. Pinheiro, diante da recusa de Rio Branco, arvorou-se em patrono do chefe militar.

Aberta a sessão legislativa, em maio de 1909, Carlos Peixoto, ainda na presidência da Câmara, fustigou o movimento militarista: "A República já teria demonstrado a sua capacidade de governar-se por si mesma, nas fileiras das liberdades civis que a impediam de degenerar na demagogia inconsciente, caminho da anarquia e de perigosas aventuras da violência, fonte matriz de cesarismo e de tirania..."

Era uma declaração de guerra. Nos dias seguintes, faltou número na Câmara. A 12 de maio, aniversário do marechal, sua candidatura foi lançada em violento discurso pelo capitão Jorge Pinheiro. Afonso Pena ainda tentou conjurar a crise, pedindo ao ministro da Justiça, Tavares de Lira, que coordenasse uma solução, apontando três grandes nomes: Rodrigues Alves, Campos Sales e Quintino Bocaiúva. Mas, nesse mesmo dia, no despacho ministerial coletivo, Hermes apresentou seu pedido de demissão, em carta não muito cordial. Não se declarava candidato. Mas, cedendo à pressão de seus partidários militaristas, dizia, duramente, não concordar com o pensamento tácito de se impedir aos militares a possibilidades de disputarem a Presidência da República.

O impacto violento na opinião pública gerou uma lenda que Hermes destruiu em suas memórias: a de que atirara a espada de general sobre a mesa dos despachos! Afinal, se o gesto não se consumou, eram as mesmas as conseqüências. Estava lançada uma candidatura militar, declaradamente militar.

No Senado, chegaram a aconselhar a renúncia de Afonso Pena.

No dia 17, Carlos Peixoto renunciava à presidência da Câmara dos Deputados, a que fora reconduzido, ainda uma vez, poucos dias antes, por uma compacta maioria. Discursou, condenando em termos violentos o advento militarista. Desaparecia o "Jardim da Infância", com a renúncia de seu líder e o abandono da candidatura Campista. Era o "estouro da boiada", como o definiria Rui Barbosa, na campanha a iniciar-se.

O desaparecimento de João Pinheiro marcou o fim do fastígio dos que apoiava.

"VAI NOS DAR MUITO TRABALHO ESSA CANDIDATURA . . ."

CAPÍTULO V

A situação política tornou-se confusa. Um jornalista que viveu aquele tempo e escreveu sobre ele, deixou o seu depoimento, que ajuda a compreender as manobras que se seguiram e culminaram, tragicamente, com a morte do presidente Pena: "Foi naqueles dias que começou a correr, com as reservas e a discrição de um segredo de Polichinelo, a notícia de que o presidente havia tornado conhecido o seu propósito de lançar, desde então, os fundamentos de um trabalho preparatório para sua sucessão, com o nome de seu ministro da Fazenda, David Campista. Carlos Peixoto Filho foi, naturalmente, o primeiro a ser notificado dessa intenção, recebendo a incumbência de encetar a propósito as primeiras consultas. Sucediam-se, com efeito, daí por diante, na "república" das Laranjeiras e no gabinete presidencial da Cadeia Velha, cercadas do maior sigilo, as conferências em que começava a proceder-se à arregimentação de forças para o assalto decisivo aos arraiais pinheiristas, pactuando-se, entre o líder do Catete e da política mineira e os deputados e senadores investidos de credenciais que os habilitavam a falar em nome das situações estaduais que representavam, os compromissos de que deveria resultar o êxito da candidatura de Campista.

Carlos Peixoto, no entanto, já podia perceber os rumores que dentro de sua própria bancada iam-se levantando contra seu predomínio. Por um curioso paradoxo, ele tinha muito daquele ar autoritário e despótico do rival que pretendia abater, mas com uma diferença: não sabia tempe-

rar essa sua tendência e esse seu feitio com as maneiras um pouco paternais de Pinheiro Machado, e nem podia ainda, pela sua pouca maturidade e pelo quase inopinado de sua ascensão, mandar com a autoridade que ninguém discute e tem prazer em obedecer.

Nas vésperas da renovação de uma legislatura, não havia de ser difícil a um governo forte, e animado por uma decisão como aquela, ir obtendo reféns de primeira qualidade para serem devidamente aproveitados em maio do ano vindouro, quando estivesse funcionando o aparelho da verificação de poderes nas duas casas legislativas. Os líderes de bancadas instruíam devidamente seus governadores, trabalhavam incessantemente os fios telegráficos, e a candidatura mineira já reunia tais elementos de êxito, que dificilmente se lhe poderia opor qualquer resistência, sem sair dos processos normais com que se resolviam tais problemas políticos.

Pinheiro Machado sentia a vizinhança do golpe, lavrando a inquietação no estado-maior de sua legião partidária, mas nenhum movimento ostensivo se pronuncia para se contrapor à marcha dos acontecimentos.

Apenas Rui Barbosa, como um audaz franco-atirador, lança aos ares o primeiro protesto. Não conhecia ainda as emoções da popularidade. Havia, pouco antes, regressado da missão triunfal de Haia, onde chegara em junho de 1907 como um palrador impertinente, animado pela pretensão arrojada de fazer sombra aos delegados das grandes potências do mundo, ouvido a princípio com indiferença e mesmo com uma certa irritação, e que acabara tornando-se a maior figura mental da Segunda Conferência da Paz, respeitado, admirado, cercado de todo o acatamento. O povo sabia admirá-lo, mas não o compreendia. Deslumbrava com seu saber, com seu gênio, mas vivia como que encerrado numa torre de marfim, sem contatos com as multidões, e mesmo sem conhecer um calor muito intenso de suas simpatias, pois que ninguém se esquecia de que era ele o cérebro e o verbo da política opressora de que Pinheiro Machado era o chefe supremo.

Escreveu-lhe naquele momento uma carta – datada de dez de dezembro – na qual declarava, inicialmente, que não era candidato à Presidência, nem consentia que lho fizessem. E observava, numa profecia, que considerava o País na iminência de dias bastante sombrios, acrescentando textualmente: "Alguma coisa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga." Seis dias depois era ao próprio presidente que se dirigia numa outra carta, na qual lhe declarava o seguinte: "Entendo que nenhum cidadão se deve considerar candidato, enquanto não designado por um movimento de opinião pública, por um partido político, ou por um Estado da União."

Em outra carta, em que comunicava suas apreensões a um de seus amigos, assim se manifestava: "Nunca vi, nem concebo, combinação

mais absolutamente afrontosa ao princípio donde se originou a candidatura do atual presidente e seu triunfo."

A verdade, porém, é que Pinheiro Machado, segundo relatou o senador baiano, em oração pronunciada a 13 de novembro de 1914, havia partido para o Rio Grande conforme com a candidatura de Campista, levando o propósito de trabalhar ali em seu favor.

Movia-se ativamente o presidente em prol de seu candidato e, para se entender nesse particular com Wenceslau Brás, já indicado para presidente de Minas, mandou chamá-lo um dia ao Catete. Solicitou-lhe, não somente o seu apoio, como também uma cooperação em favor da candidatura do ministro da Fazenda, incumbindo-o de procurar atrair para ela os presidentes de São Paulo e Rio de Janeiro, Albuquerque Lins e Alfredo Backer, respectivamente.

Wenceslau Brás falou com franqueza:

– Vai nos dar muito trabalho essa candidatura...

David Campista, explicou Wenceslau Brás, sem embargo de seu grande valor, era um homem sem raízes na política de Minas, e ali muito pouco estimado.

Mas objetou-lhe logo o presidente:

– Esta é, antes, uma razão para tornar a candidatura mais aceitável. Tão grandes dificuldades esperam o futuro quadriênio, que melhor será, para governar o País nesse período, um presidente pouco popular e sem raízes políticas...

Wenceslau Brás partiu logo depois para Itajubá, passando por São Paulo. Ali se entendeu, no desempenho de sua missão, com Albuquerque Lins e com outros chefes, sem que, entretanto, conseguisse outro resultado além da promessa de uma resposta posterior. De Alfredo Backer recebia, alguns dias depois, em resposta a uma carta que lhe havia escrito para Niterói, a segurança do apoio do Estado do Rio de Janeiro à candidatura de Campista.

Wenceslau Brás já havia tomado posse de seu elevado cargo, ocupando o Palácio da Liberdade, quando foi um dia surpreendido com uma entrevista, publicada no *O País*, na qual Bias Fortes, presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, declarava-se abertamente contrário a tal candidatura. Despachou, então, para Barbacena seu secretário, Theodomiro Santiago, com a missão de conhecer mais exatamente o pensamento do venerando chefe mineiro.

O presidente de Minas – declarou-lhe então Theodomiro Santiago – não o havia consultado antes de se comprometer com a candidatura de Campista, porque conhecia as velhas e cordiais relações que existiam entre ele e o conselheiro Afonso Pena.

– É porque ele ignora – objetou prontamente Bias Fortes – certos fatos que têm concorrido para nos afastar um do outro nestes últimos tempos.

E por que adotarmos a candidatura de David Campista, e que interesse poderemos ter em fazer presidente um mineiro? Com seu eleitorado e sua bancada de 40 membros – 37 deputados e três senadores –, muito mais pode conseguir Minas, e com uma liberdade muito maior de ação, do que tolhida em torno de um presidente seu...

Objeta-lhe, então, o emissário do presidente de Minas que este absolutamente não podia pretender uma retratação de suas declarações, mas que ficaria satisfeito se ele não passasse da palavra à ação.

– Nem isto posso prometer! – contestou prontamente.

Acrescentou que considerava digna de admiração a atitude de Wenceslau Brás, sustentando, por um dever de lealdade, aquela candidatura tão pouco desejada pelo povo mineiro, estranhando, ao mesmo tempo, que dela tomasse a iniciativa Afonso Pena, que fora escolhido candidato à sucessão de Rodrigues Alves como um protesto contra a intervenção do chefe do governo nesse problema. Se Minas adotasse oficialmente a candidatura de Campista – concluiu, num recado que pediu fosse transmitido a Wenceslau Brás –, ele e seus amigos se lhe manifestariam contrários!

Dias depois, tinha Wenceslau Brás conhecimento da atitude que assumiam contra Carlos Peixoto Filho alguns membros da bancada mineira que eram, precisamente, dos seus amigos mais dedicados.

A TAREFA INACABADA

CAPÍTULO VI

A renovação de nossos métodos políticos e dos quadros atuantes fora, seriamente, prejudicada com a morte, primeiro de João Pinheiro e, depois, de Afonso Pena.

João Pinheiro despontava como um autêntico líder, não só de Minas, sua terra natal, como do Brasil. Com ele seu Estado preparava-se para confirmar uma posição de comando na política nacional, já conquistada com a eleição de Afonso Pena para a Presidência da República. Por isso mesmo, previa-se a sua candidatura à Presidência da República, em sucessão a Afonso Pena, repetindo a proeza dos paulistas, que haviam feito, seguidamente, três presidentes: Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves.

Substituindo João Pinheiro, Bueno Brandão não seguiu a sua orientação política. Também Bias Fortes, presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), não manteve o apoio de seu partido ao presidente da República quando este ensaiou a candidatura de David Campista.

Estávamos em fins de 1908, últimos dias de novembro, mal completando a primeira metade do quadriênio de Afonso Pena. O presidente não fizera só a política, como anunciara na plataforma de governo. O espírito renovador que formara o "Jardim da Infância" atuara, igualmente, na administração pública. A defesa nacional merecera especial atenção. Sob a influência do Ministério da Guerra, instituíra-se, pela Lei de 4 de janeiro, o Serviço Militar. Na Pasta da Marinha promovera-se a

aquisição dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*; dos cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*; e dos caça-torpedeiros *Pará*, *Piauí* e *Amazonas*. Cumpria-se o programa do almirante Alexandrino de Alencar, consubstanciado no lema: Rumo ao mar!

No curto período desse governo, foi a rede ferroviária do País acrescida de cerca de 2.200 quilômetros de linhas, iniciando-se e alargando-se obras de portos; aumentou-se e reformou-se o serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro, instituiu-se o serviço do povoamento do solo, sendo de atividades incessantes o trabalho em todas as dependências do Ministério da Viação, entregue à capacidade de um administrador adiantado e moderno. Iniciativa não continuada por outros governos, mas de alcance facilmente compreensível, foi a da propaganda externa de nossa expansão econômica, que a irreverência popular denominou Embaixada de Ouro.

A reforma financeira em execução, constante da criação da Caixa de Conversão e da fixação do câmbio na taxa de 16%, era uma iniciativa audaz, destinada a credenciar o ministro da Fazenda, David Campista, por um motivo muito especial. É que David Campista era o candidato *inpetto* de Afonso Pena à sua própria sucessão. David Campista revelara-se, como deputado, um financista de ótimo preparo técnico, o que o indicou para o ministério renovador, de gente moça. A manobra de Afonso Pena, sigilosa a princípio, visava assegurar a Minas outro candidato mineiro, além de João Pinheiro.

Carlos Peixoto Filho, na presidência da Câmara, deve ter sido o primeiro a ser articulado na conspiração que se iniciava. Cabia-lhe a incumbência das consultas iniciais que se sucederam na Câmara e na "república" da rua das Laranjeiras. Apesar do tradicional sigilo, que criou o mito de que os mineiros trabalham em silêncio, a notícia vazou e começaram as resistências não só à candidatura esboçada de David Campista, como à própria proeminência de Carlos Peixoto.

Mais tarde, Bueno Brandão, que sucedera, como vice-presidente, a João Pinheiro, alegaria, segundo declaração do deputado Theodomiro Santiago, que não havia sido consultado antes de se comprometer com a candidatura de Campista. Sertório de Castro, jornalista bem informado, acrescenta que Bias Fortes lhe declarara que, também ele, presidente da Comissão Executiva do PRM, ignorava o que se tramava.

A PRIMEIRA LUTA DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO VII

A Campanha Civilista é a primeira luta democrática na República. A escolha de Deodoro foi uma imposição de força, um novo golpe de Estado, como fora a Proclamação da República. Foi, de fato, o ato complementar do 15 de novembro. Floriano governou pela força. Recebeu a Presidência na hora da contestação armada. Teve de recomeçar o jogo ditatorial, impondo o jugo que lhe pareceu a única maneira de governar: esmagando, por igual, tanto as reações dos poucos republicanos que ousavam reclamar a prática da democracia, como o revanchismo dos monarquistas, os quais a incipiente e claudicante República não convencera nem conquistara.

Foi para suceder a esse tumulto político, apenas subjugado, mas não vencido, que Prudente de Morais assumiu a Presidência. Coube ao republicano histórico, ao propagandista da República, ser o primeiro presidente civil, eleito em sufrágio direto. Era um mandato popular, legitimando a suprema investidura. O paulista ilustre estava à altura de sua missão. Com ele se funda e se consolida, a duras penas, o poder civil, em meio a revoltas e protestos, que não recuaram nem diante da tentativa de seu assassinato.

Não eram condições favoráveis a uma boa administração.

Quando Prudente transmitiu o governo a outro paulista, também republicano histórico, vindo da propaganda, o Tesouro estava arrasado. E foi sob este *slogan* que Campos Sales dirigiu-se aos escritórios de nossos credores, em Londres, antes de encaminhar-se ao Palácio do Catete, onde

tomaria posse da Presidência da República. Era o primeiro *funding-loan*.

A escolha de Prudente, porém, como a de Campos Sales, a de Rodrigues Alves e a de Afonso Pena – mesmo quando uma oposição brilhante, mas pouco numerosa, se apresentou, na contestação ao conluio dos donos da política – se foram escolhas felizes, não foram eleições democráticas. Não havia uma disputa em que os contendores porfiassem no confronto de seus programas, nem campanhas esclarecedoras do povo, solicitando a sua compreensão e apoio, nem eleições, com o voto livremente depositado na urna, afirmativo da soberania popular.

A morte de Afonso Pena precipitara a crise periódica da sucessão presidencial. A República ia viver e morrer presa a esse problema que se agravou, no decorrer do tempo, até 1929-1930, quando a substituição do presidente da República levou o País à guerra civil.

Para compreender como e por que se processavam essas crises periódicas, será oportuno rememorar, para as gerações mais novas de brasileiros, como se realizavam as eleições na Primeira República.

Até a promulgação da Constituição de 1934, o voto não era obrigatório e nem votavam as mulheres. O colégio eleitoral resumia-se no alistamento voluntário. Esse alistamento era feito pelos "cabos" eleitorais, indivíduos a serviço dos chefes políticos que tinham todas as facilidades, quando partidários do governo, e encontravam todas as dificuldades, se militavam na oposição. No Interior, dominavam os "coronéis", discricionariamente, senhores da vida e da morte, porque mantinham capangas e pistoleiros que executavam tarefas punitivas, com a impunidade assegurada pelo prestígio de seus mandantes.

Os partidos estaduais eram agrupados em torno de indivíduos. Havia, em cada Estado, um Partido Republicano, que apoiava o governador e era prestigiado por ele, e um reduto de oposicionistas, para os quais só havia uma oportunidade: o rompimento do Executivo local com o governo central. Então, aliavam-se oposição e governo central, fazendo-se a intervenção no Estado, depondo o governador e colocando a oposição no governo.

A sucessão presidencial era a crise periódica. O presidente da República, eleito por uma maioria assim formada, tinha um poder quase absoluto no início de seu quadriênio. Na segunda metade, os próceres se articulavam em torno de uma ou várias candidaturas. Escolhido um nome, obtida a concordância dos grandes Estados, promovia-se uma convenção nacional, em que os referidos Partidos Republicanos estaduais se faxiam representar por deputados e senadores, designados pelo governador respectivo, e homologava-se a escolha feita. O cerimonial consistia, ainda, de um banquete, onde o candidato lia sua plataforma de governo. A primeiro de março realizavam-se as eleições, em que jamais foi derrotado o candidato do oficialismo.

O presidente da República tinha uma posição privilegiada nesse jogo, desde que os governadores eram pessoas de sua facção. Se não fossem, teria havido aliança com a oposição e o risco da intervenção federal. A política dos governadores – implantada por Campos Sales, a pretexto de assegurar-se a maioria parlamentar necessária à aprovação de sua política financeira – firmara as oligarquias estaduais. Eram elas que organizavam o alistamento; formavam os colégios eleitorais; faziam, ou forjavam as eleições; nomeavam as juntas apuradoras. Obtido, assim, o diploma, o candidato tinha esse título examinado pelo verificador, que era também um órgão dependente desse sistema, porque o poder verificador consistia numa comissão de cinco, nas Assembléias estaduais ou federais, composta do mais velho parlamentar e completada por elementos de confiança. Campos Sales influíra para uma reforma do regimento, de modo a que fosse o mais velho dos candidatos diplomados. Assim, a constituição do novo Legislativo começava viciada pela fraude das eleições de que se originava.

A escolha do presidente e do vice-presidente, para o primeiro quadriênio, fora feita pela Constituinte, em condições excepcionais, com o Congresso cercado de tropas. Deodoro, renunciando, entregara o governo a Floriano, que terminou o mandato, interpretando a seu modo o artigo constitucional que regulava a hipótese de vacância da Presidência. Não quis influir na escolha de seu sucessor, que foi Prudente de Morais. Prudente, depois de enfrentar as tempestades de seu governo, não pôde apontar seu sucessor, que teria sido Bernardino de Campos. Para conciliar as forças políticas, entretanto, foi indicado Campos Sales, que também não teve atuação decisiva na apresentação da candidatura de Rodrigues Alves. O nome de Afonso Pena resultou de circunstâncias várias, notadamente o Convênio de Taubaté. Afonso Pena quis fazer sucessor seu ministro da Fazenda, David Campista, mas não o conseguiu, despertando, antes, a mais forte reação, que utilizou o nome e o cargo do ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, para provocar a crise na qual sucumbiu.

Em todas essas ocasiões, não houve participação popular. As cúpulas partidárias acordavam em um nome e a convenção reunia-se para a cerimônia oficial do lançamento de sua candidatura. Na eleição, era essa a chapa, de antemão, vitoriosa. Se outra havia, nada mais significava senão a presença da oposição, a contestação que, de certo modo, ainda contribuía para dar aparência de legitimidade a essa farsa democrática.

Na sucessão de Afonso Pena, porém, ia acontecer, pela primeira vez, uma campanha pela sucessão presidencial. Rui Barbosa e a Campanha Civilista representam o primeiro esforço da democracia republicana para se legitimar, buscando o voto em suas fontes, procurando o povo, indo a ele expor e debater um programa político, forçando o seu adversário a fa-

zer, também ele, embora dentro das condições de sua origem oficial, uma campanha democrática.

Por isso, a luta de 1909-1910 é um divisor de águas na história do regime. Antes de Rui, não tinha havido, verdadeiramente, um candidato democrático à Presidência da República, uma campanha sucessória, um debate, a participação do povo numa campanha política. Todos os candidatos, todos os presidentes, por mais ilustres que fossem, haviam saído de conciliábulos, em que presidentes, senadores e deputados, portadores de mandatos eivados de fraude, se arrogavam, sem nova e específica delegação, para esse fim, a prerrogativa de escolher quem devia ser o futuro presidente da República. Então, esse candidato era apresentado ao povo para que votasse nele. Mesmo que houvesse outro nome, levantado pela oposição, seria uma contestação simbólica, sem chance eleitoral, nem objeto de uma campanha de âmbito popular. Lauro Sodré e Quintino Bocaiúva haviam sido candidatos da oposição. Nenhum deles foi à praça pública organizar comissões de propaganda, disputar o voto na boca da urna, porque sabiam que suas indicações, feitas fora do sistema, eram meras homenagens aos seus méritos, desagravo aos seus ressentimentos.

Não seria assim, porém, em 1909, quando Rui se insurge não contra a recusa de sua candidatura, que não estava ainda em jogo e até estivera em cogitações, mas contra o sistema, contra a maneira por que se fraudava a mais importante de todas as escolhas, aquela em que o povo deveria eleger o seu magistrado máximo e legitimar-lhe o mandato pelo sufrágio universal. Para isso fizera-se a República. Não havia por que herdar a tradição da fraude das eleições imperiais, com suas oligarquias, seus "coronéis", as atas falsas, os livros de comparecimentos feitos a bico de pena, as apurações mentirosas, os reconhecimentos de poderes manipulados pelos donos do poder.

A Campanha Civilista se inicia antes da candidatura de Rui.

Quando o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, pressionado pela sua classe e pelos grupos políticos contrários a Afonso Pena, admite a sua candidatura, condiciona essa aceitação à consulta a dois homens que, no momento, mereciam alta estima popular: Rui Barbosa e Rio Branco. O chanceler esquiva-se em responder, mas Rui atende ao pregão. E o faz em uma carta que até hoje define, melhor que qualquer outro documento, o problema sucessório em seus verdadeiros termos.

Pelas suas origens militares, a jovem República viveu os primeiros e difíceis tempos sob tutela de militares. Com razão, disse Rui que de 1889 a 1909 não conheceu nenhum movimento civil; todos foram militares. Deodoro não governou em paz com seus ministros, que se demitiram; nem manteve bom relacionamento com o Legislativo, que dissolveu; nem com a Marinha, que se revoltou, motivando a sua renúncia. Floriano não teve tranqüilidade em seu governo. Comentando as agitações

políticas desse período, Rui acentuou: "De uma ditadura que dissolve o Congresso Nacional, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso sensível..."

É verdade que Rui aceitara as regras do jogo nas sucessões anteriores. Mas ninguém tem compromisso com o erro. Rui voltava da Conferência de Haia aureolado pelas vitórias de suas teses. Claro que o sucesso o enchia de orgulho e, mais do que nunca, poderia aspirar à suprema investidura do seu País, cujo nome elevara tão alto. Mas, também, é evidente que trazia, daquele grande espetáculo, uma visão mais aclarada dos problemas políticos e da sua responsabilidade face aos acontecimentos. O que aqui encontrou foi uma perspectiva mesquinha, com a preparação de uma candidatura palaciana, feita, exatamente, por um presidente eleito para evitar a designação do novo presidente pelo presidente que terminava o seu mandato. Para combater esse advento que traduzia uma prática condenável, os políticos apelavam para um chefe militar, pessoalmente digno, mas que traria de volta as tropas que haviam regressado aos quartéis fazia pouco tempo. É contra essa manobra, e não contra o candidato, que se insurge Rui, porque sua inteligência e sua sensibilidade revelam-lhe o verdadeiro aspecto da questão, a sorte da República que se joga no lance. A necessidade de haver alguém que fosse o intérprete da consciência nacional. Pois ele o será.

Rui vinha do Império. Conhecia a política, em seu Estado, e sabia o quanto seria difícil vencer a máquina montada pelas oligarquias. Não podia ignorar que se candidatava ao sacrifício. Ele próprio o confessa quando declara: "Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória, não me convidavam, nem eu aceitaria; mas como é para a derrota, aceito. A idéia não morrerá pelo meu egoísmo. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará..."

O lema da Campanha Civilista será a resistência civil contra a ameaça do predomínio militarista. Não é mais, portanto, o protesto contra a candidatura palaciana. Mas foi assim, inicialmente.

Rui tivera, na Conferência de Haia, a maior consagração. "Ao voltar", conta João Mangabeira, "recebido pelo povo e pelo governo com excepcionais homenagens, ainda mais se estreitaram suas relações com o presidente Pena. A primeiro de dezembro de 1908, porém, Pinheiro Machado comunica-lhe, em conversa, que o presidente desejava firmar desde logo o nome do que lhe devia suceder em 1910. E, tão impressionado", continua Mangabeira, "e mesmo alarmado, ficou Rui com o que lhe narrara Pinheiro Machado, que, em carta de dois de dezembro, lhe dizia: 'Desde a nossa breve conversa de ontem, na qual, por assim dizer, me limitei a ouvi-lo, ainda não pude cessar de refletir sobre o assunto das comunicações com que me surpreendeu.' E natural era a surpresa de quem, do

Brasil, saíra com a promessa formal de seu amigo Afonso Pena de, pelo menos, ser ouvido ou consultado... ou mesmo indicado, ao voltar. Nunca, como então, lhe parecera – a Rui – possível a realização daquele sonho íntimo de ver congregado em torno de si e de suas idéias todo o Brasil. Rui Barbosa chegara à convicção de que, não podendo ele viver sem o Brasil, o Brasil não poderia nunca prescindir de sua pessoa. Esta crença e, mais ainda, a velha confiança que depositara até aí no seu grande amigo Afonso Pena acenderam-lhe no espírito combativo, com a decepcionante surpresa da primeira hora, uma incrível energia de ânimo, uma formidável disposição para a luta."

Pandiá Calógeras acrescenta: "Pena insistiu, talvez com certa imprudência, e começou, sem grande tato nem habilidade, a organizar forças, no Congresso e nos Estados, visando vencer para o seu candidato as oposições que acumulavam e intensificavam obstáculos à semelhante escolha." Mas isso resultara numa surda e insidiosa luta entre os dois, um duro e violento choque entre os conselheiros Afonso Pena e Rui Barbosa. Curioso é como não houve até hoje quem assinalasse esse angustioso transe na História nacional. Pouca gente, mesmo, conhece os pormenores desse choque, o qual, talvez, também tivesse contribuído para o sensacional traumatismo moral. O certo é que o conselheiro Rui Barbosa passa a esconder o seu forte sentimento de mágoa sob a simulação de um desinteresse, que, como diz João Mangabeira, o escuda de maior autoridade na defesa do princípio que ia sustentar contra a pretensão do presidente. E, pateticamente, a dez de dezembro, clama aos céus nesta carta ao seu então dileto amigo Pinheiro Machado: "No conflito de interesses e personalidades que, em torno da eleição presidencial, tão cedo começa, e de um modo tão desusado, vejo envolvido o meu nome com o de um dos pretendentes. Há nisso um equívoco." E mais adiante: "Considero o País na iminência de dias bem sombrios. Alguma cousa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga. Reputo insustentável a situação de anarquia financeira, política e moral em que nos debatemos." Relata-nos João Mangabeira, no seu livro *Rui*, o angustiante transe por que passa o presidente Pena; tenta ele, por intermédio dos senadores Feliciano Pena e Antônio Azeredo, chamar à sua causa as simpatias de Rui. Reconhecia Afonso Pena o terrível erro que cometera *esquecendo-se* de, no primeiro momento, prestar contas a Rui Barbosa.

Era, porém, tarde demais. Rui não voltaria a uma reconciliação, sobretudo certo como estava de que, mesmo sob um signo fraterno, não lhe seriam favoráveis os intuitos do presidente Pena.

Também Hermes recebera imponentes homenagens na visita que fizera à Alemanha, atendendo a um convite excepcional. Aqui, fora recebido, senão com a ressonância popular que mereceu a "Águia de Haia", em clima de calor e verdadeira exaltação entusiástica, de que logo se

aproveitaram companheiros de farda e políticos de visão, a ponto de ser consultado sobre a possibilidade de sua candidatura à Presidência. Jacques Ourique – velho companheiro de 1889 – conta: "Em outubro de 1908, consultamos pela primeira vez o marechal sobre a sua candidatura. Respondeu-nos: 'Não, absolutamente não aceito; não me envolvo em lutas políticas; só quero cuidar do Exército e completar as reformas que planejei.' Ponderamos-lhe que não podia pensar assim; que, se a Nação apelasse para o seu patriotismo, teria que ceder, e que esse fato se daria fatalmente, em conseqüência das desencontradas ambições em jogo. Meditou um pouco e acrescentou, obstinadamente: 'Não, absolutamente não!' "

Já se agrupavam os que admitiam Hermes como a solução conveniente, entre os quais J. J. Seabra, J. J. da Silveira Martins, Lauro Müller, José Mariano, Lopes Trovão, Coelho Lisboa, Rosa e Silva, Oliveira Botelho, Nuno de Andrade, Rodolfo de Abreu, Floriano de Brito, Jovino Alves. Lopes Trovão, na exaltação característica de seu temperamento, chegou a dizer a Bernardino de Campos "que não trepidaria em trabalhar para que lhe fosse conferida (ao marechal) a ditadura." Refere Hermes da Fonseca Filho, biógrafo de Hermes, o comício do dia 26 de janeiro de 1909, na Praça Tiradentes, no qual Lopes Trovão, Coelho Lisboa, Rafael Pinheiro e outros, depois de profligarem severamente os atentados cometidos, propõem, em meio de delirantes aclamações, a formação de "um núcleo de resistência" contra o governo. Para esse fim, grande número de cidadãos, dias depois, acorria ao salão do Grêmio Republicano Português, à rua General Câmara. Nessa reunião, Avelar Brandão propõe o lançamento da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. Há, então, fortes divergências entre os componentes da reunião. Vários oradores se fazem ouvir, com crescente exaltação de ânimos. Pinto da Rocha, que havia sido convidado, lembra, sob calorosa salva de palmas, o nome do barão do Rio Branco. Numa de suas mais veementes orações, Lopes Trovão procurou firmar a candidatura do marechal Hermes contra a do barão: "À candidatura oficial, necessário se tornar opor, de fato, um nome nacional como o do grande chanceler, mas que ofereça uma capacidade de ação mais prática e mais eficiente."

Dias depois, entretanto, esse núcleo, do qual, aliás, faziam parte Rodolfo Abreu, Vicente Piragibe, Vítor da Silveira, Floriano de Brito, Pedro do Couto, Jovino Aires, Felisberto Freire, J. da Penha, Agenor de Carvoliva, Eduardo Salamonde, Nuno de Andrade, Brício Filho, Pinto da Rocha, Irineu Machado, Morais Sarmento, Jesuíno de Albuquerque e muitos outros, dissolvia-se por impossibilidade de congraçamento.

Sentindo-se assediado, Hermes pediu uma entrevista a Pinheiro Machado, que regressava do Sul. À hora marcada, Hermes e Pinheiro ti-

nham um longo entendimento na residência de Nuno de Andrade, à rua Bento Lisboa, local escolhido por Pinheiro. Começou o marechal Hermes dizendo que, dias antes, havia tido uma longa conversa com o barão do Rio Branco, a quem expusera o mesmo assunto e pedira idêntica ajuda. Desejava abandonar o governo, demitir-se de ministro da Guerra, e, de comum acordo com Rio Branco e Pinheiro Machado, procurar uma solução para o caso da sucessão presidencial. Prometera ao barão do Rio Branco trabalhar junto a seus (do marechal) amigos e admiradores para que desistissem de qualquer movimento ou manifestação em torno de seu nome, e propunha a ambos a indicação do nome nacional do conselheiro Rui Barbosa. Contudo, frustrara-se essa tentativa, escusando-se, dias depois, o barão do Rio Branco, por se achar enfermo. Pinheiro Machado, entretanto, se prontificou a ir, em companhia do senador Francisco Glicério, a Afonso Pena e, sem mencionar o entendimento entre ele, Rio Branco e Hermes da Fonseca, pedir essa solução. Caso não fosse aceita a indicação do nome do conselheiro Rui Barbosa, proporia os nomes de Quintino Bocaiúva, de Rodrigues Alves, de Ubaldino do Amaral, de Albuquerque Lins, ou outro qualquer lembrado pelo próprio presidente. E, finalmente, essa missão foi confiada a Francisco Glicério, que, por intermédio de Feliciano Pena, chegou até o presidente da República, sugerindo-lhe os nomes acima e mais o do próprio marechal Hermes, dada a situação e a significação de tal nome. Mas o presidente Pena respondeu-lhe que já era tarde para fugir ao compromisso assumido com os seus correligionários.

O presidente Afonso Pena ficara acabrunhado com a morte de seu filho Álvaro. Mesmo deprimido, mandou chamar Pinheiro para uma nova conversa. Queixava-se de Rui, que lhe negara apoio à candidatura de Campista, negando "experiência, madureza e autoridade" ao jovem ministro da Fazenda: "Quem, neste país, senão o poder supremo, ousaria levantar uma candidatura presidencial com esta precipitação inaudita? Quem, senão ele, a iria adjudicar a um ministro?"

A agitação ganhara as ruas. Os estudantes manifestavam-se em suas preferências por Rio Branco, Rui e Hermes, que era apresentado como candidato de oposição ao preferido do governo.

Hermes da Fonseca Filho, fazendo a defesa da candidatura de seu pai, refere a reunião na casa do senador Antônio Azeredo, em seu belo palacete da praia de Botafogo: "Essa reunião teve por fim tentar esclarecer-se e chegar-se a um acordo geral, ou de apoio incondicional ao 'desejo do presidente' (esta a intenção dos membros do 'Jardim de Infância'), ou se unirem e, fortalecidos, levarem ao presidente nova fórmula. Dessa reunião participaram, entre outros, os senhores Rosa e Silva, Jônatas Pedrosa, Pires Ferreira, Estácio Coimbra, Epitácio Pessoa, Leônidas Galrão e Severino Vieira (que se encontravam no Rio tratando do reconheci-

mento baiano e comissionados por Rui), Francisco Sá, José Joaquim Seabra, Valois de Castro, Justiniano Serpa, Juvenal Lamartina, Oliveira Botelho, Sabino Barroso, Cincinato Braga, Bernardo Jambeiro, Natalício Camboim, Soares dos Santos, Vitorino Monteiro, Fernando Mendes, Cândido Mendes, Rubião Júnior, Adolfo Gordo(estes como 'escutas' de Albuquerque Lins) e toda a bancada de Minas comandada pelo sr. Bueno Brandão. Os debates se prolongaram até altas horas da noite, e ficou deliberado solicitarem dos srs. Pinheiro Machado, Francisco Glicério e Antônio Azeredo aceitarem a incumbência de voltarem ao presidente Pena. Essa resolução foi tomada com a mais absoluta desaprovação do bloco Peixoto-Darcy, e a idéia de Glicério de, inclusive, acenarem ('para amedrontar Pena' – dizia) com o nome do marechal Hermes da Fonseca causou um arrepio na suscetibilidade civilista de muitos dos presentes. No dia seguinte, o próprio Pinheiro Machado (diga-se a verdade) foi contra a que se propusesse o nome do marechal Hermes, reafirmando, de modo agressivo, o seu desejo de propor o nome do barão do Rio Branco, não só por saber ser indesejável ao presidente o nome de Rui Barbosa, como 'por ser o nome do chanceler mais temido por Afonso Pena e de maior ressonância nacional'." Diga-se, outrossim, que Pinheiro não havia ido à reunião da casa do senador Antônio Azeredo.

Assim, essa atitude de absoluta intransigência do presidente Afonso Pena agravara sobremodo a situação. O enredo de novas combinações em torno de outros possíveis candidatos tornava-se cada vez mais confuso. A 12 de maio, dia do aniversário do marechal Hermes da Fonseca, os partidários da candidatura de David Campista esperavam que, por ocasião da grande manifestação que lhe fora feita, o marechal declarasse que de modo algum era candidato à Presidência da República, nem tampouco viria a aceitar a indicação de seu nome para tão alto cargo. O marechal, entretanto, aguardando um novo rumo tomado possivelmente pelo presidente da República, conservou a mais decorosa reserva. Entendeu que no seu silêncio estaria uma cortês desaprovação aos que acenavam com o seu nome e uma confirmação pública de que jamais lhe passaria pelo pensamento tal veleidade. Mas tal não foi a interpretação de muita gente.

Seis dias depois houve o "despacho coletivo", que assim se chamava a reunião do ministério. Nela ocorre o episódio lendário de que o filho do marechal dá a versão correta: "O presidente Afonso Pena, aproveitando a ida do ministro da Guerra, confessa-lhe (sem maiores rodeios) encontrar-se em graves dificuldades no caso da sucessão, porque a sua 'esperada declaração de não ser candidato não fora feita . . .' Retrucou-lhe o ministro da Guerra que as dificuldades eram oriundas da persistência em apresentar ao Catete a candidatura do dr. David Campista, seu prezadíssimo colega. Por sorte essa troca de palavras (um tanto reticen-

ciadas e nervosas) era feita já à saída, quando o marechal Hermes da Fonseca, de pé, ia apertar a mão do presidente. Não houve deslizes nem perda de linha entre ambos; serenamente, calmamente, ainda se encaminharam até a porta, e aí, na saleta de entrada, permaneceu o ministro da Guerra ainda alguns segundos em conversa de cortesia com Feliciano Pena e Carlos Peixoto, que entravam. Tinha o conselheiro Afonso Pena uma incontestável compostura moral e física; conseqüentemente, seria inconcebível que o marechal Hermes da Fonseca fosse cometer qualquer indelicadeza para com o venerando mineiro. Apenas, ao apertar uma outra vez a mão do presidente, o marechal pronunciou ainda estas palavras: 'A minha incondicional simpatia e a minha lealdade à V. Exa., fazem-me lamentar tudo isso. Se V. Exa. me permite, amanhã mandarei, por carta a V. Exa., as declarações que julga imprescindíveis.' "

E, de fato, no dia imediato, o marechal Hermes da Fonseca fazia chegar às mãos do presidente Afonso Pena a seguinte carta:

"Excelentíssimo Senhor Doutor Afonso Augusto Moreira Pena, D.D. Presidente da República.

"Respeitosas saudações.

"Diante da insistência de Vossa Excelência para que eu faça a declaração de que não sou candidato ao alto cargo de presidente da República, venho desobrigar-me do compromisso que contraí com Vossa Excelência de, oportunamente, corresponder aos seus desejos.

"Parece-me chegada essa oportunidade.

"Conforme tenho dito, e repito a Vossa Excelência, renovo aqui solenemente a declaração de que não sou nem fui jamais candidato à cadeira presidencial, principalmente em contraposição a um ilustre companheiro de governo, candidato de Vossa Excelência e de alguns amigos políticos à sucessão. Entretanto, permita-me Vossa Excelência que eu não deixe passar sem reparo a dificuldade latente em que Vossa Excelência se encontra para a aceitação dessa candidatura que não tem raízes na opinião pública nacional, e cuja insistência pela sua sustentação pode acarretar sérios embaraços à patriótica administração de Vossa Excelência.

"Como seu amigo e como brasileiro, com responsabilidade no regime, sou levado a impetrar à esclarecida atenção de Vossa Excelência para uma solução republicana, que assegure a paz e a serenidade nos espíritos preocupados com o dia de amanhã. As palavras que aqui deixo são a expressão de minha consciência republicana, não vendo outra coisa diante dos meus olhos senão a imagem da Pátria.

"Não sendo candidato e tendo atingido a culminância das minhas aspirações, orgulhoso da farda que visto, protesto solenemente contra os que hostilizam as classes armadas, inventando para seus membros uma incompatibilidade que a Constituição não estabelece, qual a de cercear aos militares a aspiração de poderem exercer a suprema magistratura.

"Pensando desta forma, peço licença a Vossa Excelência para depositar em vossas mãos a pasta de ministro da Guerra, que a vossa nobre generosidade me confiou, cabendo-me agradecer sinceramente Vossa Excelência o apoio que sempre me prestou e o interesse patriótico que tomou pela reorganização do Exército.

"Perdoe-me Vossa Excelência a franqueza de soldado, e creia-me com a mais alta consideração.

Seu admirador sincero e amigo obrigado

Hermes Rodrigues da Fonseca."

Dois dias depois, Fonseca Hermes, irmão do marechal, trazia um recado de Feliciano Pena, confirmando o pedido do presidente para que o marechal voltasse nesse dia ao Palácio. Foi o marechal novamente ao Palácio. Afonso Pena, estranhamente revestido de uma grande e nobre serenidade, disse que havia recebido a carta, que solicitara sua vinda ao Palácio para dar-lhe a resposta pessoalmente, de viva voz. Estava, de fato, de acordo com a candidatura de David Campista, mas essa candidatura não era só sua, e sim dos amigos e da situação mineira. Ignorava a natureza e o alcance da reação contra o seu governo, mas saberia cumprir até o fim o seu dever. Jamais negara aos militares o direito de exercerem cargos políticos; negava-lhes, sim, o direito de apoiarem-se na força para atingir esses cargos ou impor candidatos. E, finalmente, que aceitava a demissão do marechal por sua insistência.

O marechal Hermes da Fonseca pareceu sentir nessas palavras, ditas com um certo tom de fria superioridade, como que um claro e positivo desafio a possível gesto seu de rebeldia futura; e, embora profundamente melindrado, conservou-se calado e silencioso. Nesse momento, o presidente Afonso Pena, empalidecendo terrivelmente, sentira-se mal; o então já ex-ministro da Guerra, de pé, reverente e absolutamente calmo, esperou que o presidente se refizesse e saísse amparado pelo chefe de sua Casa Civil.

Mas isso foi o bastante para que o sensacionalismo astuto de certa imprensa atribuísse ao marechal Hermes da Fonseca o incrível gesto de atirar a sua (se, ao menos, fosse a pasta ministerial . . . ainda vai . . .) espada sobre a mesa dos "despachos ministeriais", como se o militar fosse, infantil e ridiculamente, deixar a sua espada em Palácio . . . e voltar a apanhá-la!

A 18 de maio, por avolumarem-se demasiadamente as dificuldades, David Campista, pessoalmente, desiste de sua candidatura. O presidente Afonso Pena parecia, realmente, estar vivendo os últimos dias de sua vida. Conta testemunha absolutamente fidedigna (pelo seu direto desinteresse no caso e sua humilde condição de serventuário do Catete) que Afonso Pena, na noite de 17, tivera um agitado entendimento, no recesso de seu lar, em Palácio, com David Campista e pessoas de sua mais abso-

luta intimidade. Ora, segundo também nos conta Tavares de Lira (que fora ministro da Justiça do governo Pena, na sua conferência sobre o grande estadista mineiro), "já no dia 13 de maio, saiu pela última vez para assistir às festas comemorativas do centenário da Força Policial. Não passou bem a noite. A 20, realizou-se o 'despacho' ministerial (dia em que teve o seu último encontro com o marechal Hermes) e sentiu-se mal. No dia 27, efetuou-se o último despacho coletivo que presidiu (dia em que o presidente assinava a exoneração do marechal Hermes do cargo de ministro da Guerra). No dia 14 de junho, realizou-se uma conferência médica entre os seus assistentes médicos, drs. Miguel Couto e Carlos Botto e mais os drs. Rocha Faria, Azevedo Sodré e Miguel Pereira, mas, nessa mesma tarde, às 13 horas, falecia o conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena".

Houve, então, quem, na imprensa denunciasse ter o malogrado presidente morrido devido a um "traumatismo moral", e que esse traumatismo moral havia sido causado pelo rude gesto do marechal Hermes "ter atirado sua espada sobre a mesa do presidente". Se, contudo, morrera o presidente Afonso Pena traumatizado, não o traumatizara a invencionice da espada atirada sobre sua mesa, mas todos os dolorosos transes, todas as irritantes contrariedades a que o submetera seu capricho voluntarioso, seu caráter inflexível, sua suscetibilidade profundamente emotiva.

O TRAUMATISMO DO PRESIDENTE AFONSO PENA

CAPÍTULO VIII

Hermes da Fonseca Filho, depois de referir, no texto da biografia de seu pai, o lendário episódio da espada, volta a ele, em nota anexa:

"Nada se iguala à crendice passiva e ingênua das gentes brasileiras Predisposto um ambiente, firma-se a crença a mais disparatada. Na época do falecimento do presidente Afonso Pena, foi tida como certa a morte desse inolvidável mineiro provocada pelo seu ministro da Guerra, o marechal Hermes da Fonseca. Cegamente não se levava em conta o temperamento irascível, a índole sensível e o espírito tenaz do velho e grande político. A sua morte havia sido causada pelo gesto selvagem do ministro da Guerra haver 'atirado sua espada sobre a mesa do presidente', e não pela caprichosa luta que sustentara na política.

"Contudo, a idéia de ter o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca atirado a sua espada sobre a mesa do presidente da República, Afonso Pena, na verdade, vem a ser uma concepção ridiculamente capciosa e infantil. Tal concepção só seria admissível na ingenuidade de um completo desconhecedor da moral e da ética militar. Só mesmo na inteligência longeva ou na malícia de um capcioso, rebuscando, na sua ânsia de sensacionalismo, o proveito próprio e a satisfação de uma inimizade gratuita, poderia ter origem semelhante tolice.

"No simbolismo da ética militar, 'atirar' sua espada aos pés do contendor significa ceder vencido e nunca impor rebelado; significa abdicar dominado e nunca repelir altaneiro. Ao atirar a espada, o militar despoja-se

de sua personalidade, de seus títulos, de suas honras e revela submissão.

"Entretanto, segundo, justamente, a idéia divulgada, seria o contrário o que teria levado o ex-ministro da Guerra a tão incrível gesto! O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca abdicava de sua personalidade, de seus direitos, de sua honra e mesmo de sua defesa, em sinal, não de submissão, mas de rebeldia!

"Ora, como diria qualquer militar, mesmo pouco *sargentão:* 'Essa é de paisano papalvo!', ou ainda, como diríamos nós, *civilistas:* 'Essa é pior que as do cabo-de-esquadra!...'"

"Não seria mais lógico que o ministro tivesse atirado a sua 'pasta' sobre a mesa do presidente?"

CANDIDATO À PRESIDÊNCIA

CAPÍTULO IX

O livro de Hermes da Fonseca Filho, publicado em 1961, não teve a merecida repercussão. Não é, apenas, a evocação comovida de um filho ao seu venerado pai, nem só a defesa de seu governo. Porque traz valioso documentário sobre a gênese de sua candidatura, sobre a qual o talento e a oratória de Rui lançaram uma nuvem de fumaça que não deixou ver os aspectos favoráveis ao ministro da Guerra de Afonso Pena.

Hermes da Fonseca Filho assinala o "estouro da boiada" a que Rui aludiu, quando a pacífica e disciplinada bancada mineira cindiu-se. A declaração de desistência de David Campista marcava o fim do "Jardim da Infância". Morrera João Pinheiro, presidente de Minas Gerais, principal sustentáculo de Afonso Pena e um possível candidato à sua sucessão que não sofreria restrições. James Darcy, atritado com seu conterrâneo Pinheiro Machado, deixara a liderança da maioria. Carlos Peixoto Filho resignara a presidência da Câmara. A renúncia do candidato apresentado por Afonso Pena era a última bomba a explodir:

"Ficara o dr. Wenceslau Brás, desligado do sério compromisso que assumira, e, agora, se sentia no dever de, como presidente do Estado de Minas Gerais, cooperar para que a crise fosse, o mais breve possível, conjurada. Já não havia mais obstáculos que o impedisse aceitar qualquer outro nome que se lhe sugerisse. Mas, por isso mesmo, sentia-se numa situação difícil e embaraçosa. Desejou ter um entendimento imediato com Alburquerque Lins, por intermédio de Altino Arantes; mas o presidente

do Estado de São Paulo achava-se acamado em Lindóia, e o sr. Wenceslau Brás foi imediatamente assediado por três emissários do Rio, o sr. Cincinato Braga, iniciando a campanha pelo sr. Rui Barbosa, e os srs. José Mariano e Coelho Lisboa para o nascente hermismo. Frisemos, no entanto, que esses três emissários não foram comissionados por nenhum dos candidatos e, sim, pelos elementos que já se iam congregando em torno de Rui e Hermes. Anos depois o próprio dr. Wanceslau Brás contava a Mozart Monteiro: 'Nunca, como então, Minas, talada pelas paixões, se viu mais cindida. Quem, entretanto, antes da campanha chefiada pelo eminente sr. Rui Barbosa, primeiro me falou sobre as probabilidades e quase certeza de vir a ser adotada a chapa Hermes-Wenceslau foi o sr. Pandiá Calógeras.'"

Antes mesmo da desistência de David Campista, e ainda vivo Afonso Pena, Pinheiro Machado – que até aí, muito a contragosto, se mantivera esquivo e enigmático – recebia, com um sorrizinho de satisfação, os que o buscavam. E estes foram os já chamados hermistas. Pinheiro Machado a princípio ensimesmou-se, como quem ainda não estivesse seguro de qualquer atitude conveniente. Os primeiros que lhe falaram sobre a candidatura de Hermes da Fonseca foram José Mariano, Coelho Lisboa e Jacques Ouriques. Nessa hora, Pinheiro, de partida para o Rio Grande do Sul, e ainda bem vacilante, parecia meditar profundamente numa forma de dar uma "rasteira" nos "meninos" do "Jardim da Infância", naqueles que ele sabia serem os seus maiores inimigos políticos do momento. Contudo, Pinheiro Machado respondera-lhes com aparente desinteresse: "Vocês bem devem perceber o quanto é grave para a República o momento que atravessamos. Eu mesmo me sinto sob o peso oprimente das tremendas dificuldades da situação. Devemos calar paixões e interesses pessoais ante a crise formidável em que se debatem as instituições." Mas os pensamentos de Pinheiro, com relação à candidatura de Hermes da Fonseca, ja se revelavam bem diversos dos que até aí tivera. Certa vez, no Senado da rua do Areal, Pinheiro Machado fizera o seguinte reparo a um grupo que insistia em sustentar a candidatura do chefe militar para futuro presidente: "Já viram que a candidatura do Hermes, nas condições em que a apresentam, é uma candidatura revolucionária? Um militar posto assim em contraposição à candidatura de um ministro civil, apoiada abertamente pelo governo, não lhes parece uma oposição violentamente reacionária e difícil, desde que não seja notavelmente popular?" Mas, nunca, como então, se poderia ver num homem a figura indecifrável de uma esfinge. Suas atitudes, seus gestos eram positivamente indefinidos; o senador gaúcho parecia encolher-se à espreita do momento justo para uma reação vitoriosa.

E, na verdade, o senador Pinheiro Machado não se definira. E o próprio Rui Barbosa se queixa disso: "Antes de partir para o Rio Grande do

Sul, dando-me a honra de almoçar em minha casa e de conversar comigo nessa manhã, por mais de três horas", diz Rui, "não me deu a saber S. Exa. os seus sentimentos, a sua opinião, sobre um caso político que era então dominante na política do País. Como, todavia, não costumo supor nos outros, quando os prezo e estimo, coisa de que eu não seria capaz, apesar de avisos insistentes de amigos e pessoas da família, cujo critério muito prezo, imaginei naquele silêncio o da continuação do nosso acordo. Não podia imaginar que o meu amigo, divergente de mim sobre a candidatura de Campista, me ocultasse a esse respeito seus sentimentos, e de mim se despedisse, de partida para o Rio Grande do Sul, para ali propugnar essa candidatura, enquanto eu aqui a hostilizava. Foi, entretanto, isso que vim a saber mais tarde, por testemunho que não tenho o direito de pôr em dúvida, por amigo do nobre senador pelo Rio Grande do Sul, cujo depoimento me revelou que, ao partir naquele tempo, do Rio de Janeiro para o seu Estado natal, havia antes aqui abraçado inteiramente a candidatura de Campista e ia tratar de sua adoção na sua terra natal." Talvez a atitude do grande líder gaúcho nessa hora proviesse do choque sentimental de duas impressões bem claras: a forte sensação que lhe deixara o apelo patético de Afonso Pena e o tom alambicado do senador baiano, no almoço da casa da rua São Clemente. Mas a verdade absoluta era que Pinheiro Machado não tinha naquela hora candidato algum seu; e não seria admissível que Pinheiro Machado fosse trabalhar por aqueles que ele sabia estarem unidos justamente na esperança ardente de aniquilarem o seu prestígio ou de vê-lo definitivamente dominado.

Pinheiro Machado, a quem todos atribuíam a paternidade da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, não dirigira, até então uma palavra a quem quer que fosse sobre Hermes da Fonseca. Jacques Ouriques nos conta que, por ocasião da partida do marechal Hermes da Fonseca para a Alemanha, isto é, em agosto de 1908, falou pela primeira vez a Pinheiro, na sua casa da rua Haddock Lobo, sobre a possibilidade de Hermes da Fonseca vir a ser presidente da República. Diz Jacques Ouriques que o senador gaúcho o encarou surpreso, visivelmente surpreso, e lhe perguntou: "Como sabes disso? Seria uma coisa boa, mas difícil de realizar-se . . ."

Pinheiro Machado parecia viver, com a ascensão dos mineiros à chefia da política nacional, até o dia do falecimento do presidente Afonso Pena, o período mais grave e mais perigoso de sua vida. Embora prestigiado pela remanescente força governamental das oligarquias, sobre cujo mecanismo nepotista assentara sua ação, o inolvidável chefe gaúcho vinha amargando silenciosamente a dura perspectiva de ter de se submeter à vontade alheia (condição que sempre lhe repugnara) ou ser "aplastado", vendido e expelido do mundo político nacional. Depois de suas significa-

tivas vitórias sobre o autoritarismo presidencialista dos três primeiros presidentes civis – Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves –, Pinheiro Machado se vira só e anteposto à força potente dos "meninos" do "Jardim da Infância". Qualquer nome, pois, que representasse uma expressão capaz de anular aquela força ser-lhe-ia grato. Por isso, sabendo, com a mais absoluta segurança, que o único homem que, pela sua popularidade e real prestígio, podia ter aquela expressão – isto é: Rui Barbosa – jamais lhe seria dócil e maleável, apelou Pinheiro Machado para outro nome de significação nacional – o barão do Rio Branco. Com a evolução e desenvolvimento da campanha na qual se avolumava e crescia a energia dos partidários da candidatura do ex-ministro da Guerra de Afonso Pena, o nobre senador gaúcho sentiu chegar uma ótima oportunidade de reafirmar o seu prestígio e se salvar; e gostosamente, com os seus indefectíveis e elegantes gestos de eficiente mandonismo, acolheu e apadrinhou o nascente hermismo. Não havia sido ele (como se fez crer e todo o mundo passou a afirmar cegamente) o pai da candidatura de Hermes, mas sua disposição e o seu interesse por ela o sagraram como tal. Até então, apenas dois nomes eram lançados ao tablado das competições: o de Rio Branco, sustentado por Pinheiro Machado, e o de Rui Barbosa, sugerido pelo marechal Hermes da Fonseca.

Mas a 22 de maio, isto é, quatro dias depois da declaração de desistência de David Campista e cinco dias antes da publicação do decreto de exoneração do marechal Hermes da Fonseca do cargo de ministro da Guerra (em verdade já exonerado desde o dia 20, penúltimo "despacho" ministerial do presidente Pena), reunia-se, no Senado Federal, a convite do senador Francisco Sales, grande número de senadores e deputados de todos os Estados numa convenção extraordinária, que se chamou depois "Convenção dos Republicanos". Essa "convenção", aliás, era resultante de uma reunião provocada no dia 17 pelo general Pinheiro Machado, na sua residência, no Morro da Graça, "a fim de se aconselharem mutuamente e escolherem um nome a ser apresentado ao sufrágio do povo", palavras do próprio Pinheiro Machado. "Nessa reunião", diz Jacques Ouriques, "figurou um só militar de atividade nas fileiras do Exército: o sr. general Dantas Barreto". E continua Jacques Ouriques: "O general Pinheiro lhes expôs claramente a situação, pedindo-lhes conselhos. As opiniões divergiram e, quando V. Exa. lhes solicitou a indicação de um nome, vários foram apresentados. Nessa situação, houve quem ponderasse que a candidatura do marechal Hermes, já trabalhada por hábil propaganda, era a que, no momento, reunia maior soma de elementos a seu favor, sendo, além disso, a única capaz de congregar esforços para o pleito que se ia debater. Em tais condições, foi essa candidatura aceita e S. Exa. (Pinheiro Machado), encarregado pelos seus amigos de conven-

cer o marechal Hermes de que devia aceitar a posição que as circunstâncias lhe impunham como um dever de patriotismo."

O general Pinheiro Machado, contudo, opinou que fosse constituída uma delegação que levasse ao marechal Hermes a sugestão de seu nome para presidente da República. Essa delegação foi constituída por Francisco Sales, Quintino Bocaiúva, Antônio Lemos, Rosa e Silva, Lauro Mûle, Antônio Azeredo, Francisco Glicério, José Joaquim Seabra e pelo próprio Pinheiro Machado. A 18, pela manhã, recebia o marechal Hermes, em sua residência da rua Guanabara, nº 60, a delegação parlamentar e, com ela, depois de forte relutância, convencionou aceitar a indicação de seu nome para a Presidência da República se esta tivesse o beneplácito de Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Alburquerque Lins e Wenceslau Brás. Quanto a este último já estava prevista a inclusão de seu nome como vice-presidente na chapa, inclusão esta lembrada pelo senador Lauro Müller – o que lhe valeu o apodo de "Raposa Velha", dado pelo general Pinheiro. Quanto a Alburquerque Lins, ficou logo esclarecido que ele já se encontrava em vias de indicar uma nova chapa à sucessão presidencial. Restavam Rodrigues Alves, Rui Barbosa e Rio Branco; o primeiro absteve-se de dar sua opinião em público, justificando essa sua atitude em atenciosa carta ao senador Pinheiro Machado.

Ao barão do Rio Branco – frisemos – nunca agradavam os assuntos referentes à política interna. Não é que se despreocupasse ou não tivesse opiniões formadas sobre os mesmos; mas o seu espírito altamente imbuído de sincera paixão pelas coisas do Brasil o levava à arraigada crença de ter sempre o Brasil sua grandeza firmada na paz e na ordem. Por isso, quando foram levar ao seu conhecimento a idéia de se levantar o nome do marechal Hermes da Fonseca para candidato à Presidência da República, Rio Branco não soube dar logo o seu parecer; tinha conhecimento perfeito da efervescência e da ebulição tremenda que se iam adensando, e já tivera mesmo ocasião de trocar algumas palavras com o marechal Hermes sobre a situação. Fora depois de um "despacho coletivo", ainda em janeiro em Petrópolis, na sua casa da Westfália. Conversaram longamente; Hermes da Fonseca revelou sinceramente o seu profundo receio em se ver envolvido. Rio Branco teve esta frase: "Marechal, o seu lugar é no Ministério da Guerra!" Hermes levantara a possibilidade de Rio Branco e ele sugerirem a Afonso Pena e aos políticos o nome do conselheiro Rui Barbosa para solucionar a questão. Lembraram-se, contudo, da forte indisposição que surgira entre Rui Barbosa e Afonso Pena.

No seu visceral amor pelo Brasil, Rio Branco se abismara numa caprichosa dúvida em relação ao amigo marechal Hermes da Fonseca. O barão se deixou tomar de grande entusiasmo pelas qualidades pessoais de administrador e homem de ação daquele chefe militar e imbuiu-se de que

a Nação não poderia jamais prescindir dos serviços desse chefe no setor da segurança nacional. Quando lhe falaram pela primeira vez na candidatura de Hermes, Rio Branco confidenciou sinceramente o seu profundo temor pelo desvirtuamento das tendências do então ministro da Guerra, deturpadas pelas injunções e contingências políticas. Ao mesmo tempo, porém, calculou que a formação moral de Hermes da Fonseca o levaria a realizar, no âmbito mais amplo da administração nacional, o que já realizara no terreno da administração militar, e, isso sem se deixar influenciar por veleidades políticas. Assim, tornara-se um simpatizante da causa hermista.

Na reunião na qual o marechal Hermes da Fonseca condicionara a aceitação de sua candidatura à consulta dos citados políticos, ficara resolvido que Francisco Glicério e Antônio Azeredo procurariam pessoalmente o senador Rui Barbosa, a fim de solicitar-lhe sua opinião. Rui prometeu dá-la por carta, o que fez, com uma brevidade não esperada (como se já a tivesse redigida, ou, pelo menos, mastigada), no dia seguinte, 19 de maio.

A reunião do dia 17, no Morro da Graça, assim como aquela do dia 22, no Senado da rua do Areal, foi incentivada pela divulgação de uma carta (circulada apenas nos meios políticos) de Wenceslau Brás, trazida pelo deputado Bueno de Paiva, a Afonso Pena, sobre a completa desarticulação da política mineira, e pela declaração, nesse mesmo dia 17 da desistência de David Campista, publicada no dia 18, fatos que levavam o presidente Pena a, num tardio desejo de evitar o peso das responsabilidades, mandar cientificar seus amigos da Câmara e do Senado que se alheava por completo da escolha de seu sucessor, "deixando-lhes plena liberdade de agir, segundo as inspirações de seu patriotismo".

A aceitação e a homologação da candidatura do marechal Hermes por parte da maioria dos políticos foram resultantes de dois fatores decisivos no momento: o desassombrado movimento de articulação partidária, manifestado em todos os setores da vida nacional, e o insopitável desagrado que inspirava, nesse meio político, o velado, mas sensível amuo de Rui Barbosa, que se julgava único merecedor da consagração geral. Houve quem julgasse ser o lançamento da candidatura do marechal Hermes da Fonseca sugerida por militares, e tal impressão foi tomada como certa, quando o tenente Jorge Pinheiro, no dia do aniversário do marechal, num rasgo de desabafo empolgante, no meio da grande manifestação, lançou, em nome de seus companheiros de farda, a candidatura daquele marechal. Não houve modo de se evitar tão comprometedor arrebatamento. Naquele momento, não seria mesmo possível reter a expansão de entusiasmo com que se contagiavam o Exército e grande parte do povo.

Com a divulgação de sua carta do dia 19 sobre a candidatura do mare-

chal Hermes da Fonseca, Rui Barbosa, numa última e premente tentativa de aniquilamento desse movimento hermista e de se fazer mais simpático, tornou público um seu apelo ao barão do Rio Branco para que consentisse na indicação de seu nome para a Presidência da República. Rio Branco, contudo, mais uma vez se esquivou. Encontramos a esse respeito o seguinte rascunho de carta nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores:

"Petrópolis, 22 de maio de 1909.

"Exmo. Amigo Conselheiro Rui Barbosa.

"Desde a publicação anteontem de sua belíssima carta, com a qual sinto achar-me em desacordo a certos respeitos, tenho estado impedido de ir pessoalmente, como tanto desejava, agradecer a V. Exa. a grande honra que lhe fiquei devendo. A imensa bondade de V. Exa. para comigo o levou, mais uma vez, a exaltar as minhas modestas aptidões, que muito mais insuficientes seriam se eu tivesse sido, ou pudesse ser, obrigado a exercê-las fora da esfera de ação em que me tenho encerrado. Quando, nos primeiros dias deste mês, o dr. Baptista Pereira me comunicou, pedindo o máximo segredo, a lembrança de V. Exa. logo declarei a esse nosso bom amigo que em caso algum eu poderia aceitar o elevado e difícil posto em que V. Exa. e outros ilustres brasileiros desejavam ver-me colocado, e não poderia aceitar, ainda mesmo que todos os chefes políticos, sem discrepância, me pedissem tal sacrifício. Igual linguagem eu tinha tido uns vinte dias antes em conversação com o presidente da República. Eu já tenho mais de 64 anos. Estou velho e cansado para entrar agora em política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando e de que apenas me tenho desviado ocasionalmente e a contragosto, para cumprir deveres de cortesia internacional no desempenho dos cargos que me têm sido confiados.

"Se o plano ideado por V. Exa. pudesse ter surtido efeito na primeira quinzena deste mês, dando-se no nosso mundo político uma unanimidade de sentimento, que era ou há de ser sempre impossível em torno de qualquer indicação desse gênero, certo é que teria sido forçado ao grande sacrifício que me pedisse. Posso dizê-lo agora que o perigo imenso para mim e para os meus está passado . . . Não podia prestar-me ser competidor do meu colega e amigo dr. David Campista; também não posso concordar com que seja oposto o meu nome ao do meu amigo e colega Hermes da Fonseca *(segue um trecho sobre sua atuação no Ministério do Exterior e termina).*

"Beijo as mãos de V. Exa. pelas belas e generosas palavras que escreveu a meu respeito, mais benévolas ainda do que as do dia 2 de dezembro de 1900. Dada a solenidade do momento atual, elas ficarão na nossa história política como uma das maiores recompensas recebidas por quem desejou ser mais do que um servidor da Pátria, e, como o maior afeto, de

V. Exa. Adm. amigo e muito agradecido criado
Rio Branco."

No dia 21 de maio de 1909, voltaram à residência do marechal Hermes da Fonseca, à rua Guanabara, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Pinheiro Machado, tendo com o ex-ministro da Guerra uma longa conferência a portas fechadas. O marechal Hermes da Fonseca, em face dos argumentos convincentes de Glicério e de Pinheiro, e, sobretudo, da austeridade elegante do patriarca da República, só então resolveu declarar que aceitava a indicação de seu nome para o alto cargo de chefe da Nação.

A RESISTÊNCIA CIVIL

CAPÍTULO X

Esse era o lema da Campanha Civilista. Contra o conluio dos chefes políticos. Contra a ameaça do predomínio militarista. Contra a fraude que se preparava. Contra a marginalização do povo, da mocidade, dos intelectuais, dos que não declinam do direito de ter opinião. Mas com as multidões politizadas dos grandes centros. Com as manifestações dos órgãos de imprensa, com o apoio apenas dos governos de São Paulo, da Bahia e do Rio de Janeiro —três contra dezessete, como acontecerá em 1930.

A Campanha Civilista começa na resposta à consulta de Hermes, datada de 19 de maio de 1909.

Rui inicia relacionando sua amizade e admiração pessoal ao marechal Hermes que vêm da fundação da República: "À luz, pois, dos meus sentimentos pessoais, a sua presidência seria, para mim, o governo do País por um amigo de provada afeição e inquebrantável firmeza." Não é o uniforme que anatematiza: "A farda que veste não constitui objeção ao exercício dessa magistratura suprema. Nada exclui, entre nós, o militar de servir ao País nesse ponto, uma vez que ele se não confira ao militar, mas ao cidadão. Há e tem havido, nas duas casas do Congresso, oficiais do nosso Exército que professam ativamente a política de modo mais ou menos brilhante. Habilitados assim com tirocínio e a experiência de homens de Estado, nada se oporia a que ocupassem a direção do governo, onde entrariam até, a certos respeitos, com vantagens sobre nós outros, pelo conhecimento mais direto de um serviço a cuja perfeição está ligado

um dos maiores interesses da Nação: o da respeitabilidade e da sua defesa militar. Assim que, se o honrado marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação de chefe do Poder Executivo, o fato seria natural e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento." E distingue: "Mas bem diversas me parecem as circunstâncias que a caracterizam e eu não posso apreciar sem rememorá-las. A situação atual, onde essa candidatura tem origem, resulta do afinco do sr. presidente da República no seu erro de dezembro do ano passado. Eu lho demonstrei, então, na minha carta de 16 deste mês, que S. Exª me agradeceu com expressões cativantes; demonstrei-lho, com palavras e predições, que os sucessos de agora acabam de confirmar ponto por ponto. Excluindo-me do número de pretendentes e discutindo assim a matéria com a maior isenção, supliquei, àquele a quem dera sobejas provas da minha amizade, que deixasse livre ao País a escolha do chefe da Nação, observando-lhe não faltarem à República homens idôneos para suceder-lhe na cadeira presidencial. Terminava esse documento assegurando que por tal erro os seus autores só colheriam contratempos e decepções incalculáveis. Aconselhando, enfim, a S. Exª que se abstivesse dessa responsabilidade inútil e funesta, terminava eu dizendo-lhe: 'Ela lhe amargará os seus últimos anos de administração, reservando ao seu sucessor dias ainda piores, depois de semear nos costumes do regime um exemplo, cujas conseqüências desacreditarão e arruinarão irremediavelmente o nosso sistema de governo'."

Afonso Pena, porém, aferrara-se em sua resolução. Claro que os responsáveis pela direção das coisas públicas tratariam logo de organizar a resistência em torno de uma candidatura capaz de contrastar a oficial. Se o não fizessem, teriam deixado ao governo, tenaz no seu abuso, a vantagem irrecuperável de todo o tempo que perdessem. Foi o que aconteceu. "Decorreram, folgadamente, cinco meses, aproveitados em organizar a cabala entre os Estados, a benefício dessa pretensão desastrosa. Quando, afinal, acordamos, viu-se que a candidatura oficial estava morta, não direi nas entranhas maternas, mas na cabeça olímpica do seu genitor, donde havia mais de meia gestação em que se aguardava o surto da nova divindade vitoriosa. As rivalidades, os interesses, os enredos políticos, haviam consumado, entretanto, as suas devastações habituais; e, quando os chefes se congregam, agora, a fim de se concertarem todos sobre um nome que se indique aos votos da Nação, para lhe tomar o leme do governo daqui a ano e meio, não encontram ninguém a cujo respeito se possa estabelecer, ao menos, uma decisiva maioria. Ninguém . . .

Pois o Mato Grosso não tem o sr. Joaquim Murtinho? O Rio Grande do Sul, o sr. Pinheiro Machado, o sr. Borges de Medeiros, o sr. Carlos Barbosa? Santa Catarina o sr. Lauro Müller? São Paulo o sr. Rodrigues Alves, o sr. Campos Sales, o sr. Bernardino de Campos, o sr. Francisco

Glicério, o sr. Albuquerque Lins e o sr. Antônio Prado? Minas o sr. Bias Fortes e o sr. Francisco Sales? O Rio de Janeiro o sr. Quintino Bocaiúva e o sr. Nilo Peçanha? A Bahia o sr. José Marcelino, o sr. Severino Vieira, o sr. Araújo Pinho e o sr. Seabra? Pernambuco o sr. Rosa e Silva? O Brasil o sr. barão do Rio Branco?"

Rui considerava a indicação de Rio Branco a "solução nacional". Era uma candidatura que seria recebida nos braços da Nação e levada por ela, em triunfo, à Presidência. Não logrou, porém, a aquiescência do presidente e, sem ela, não poderia alcançar também a de Rio Branco. E, posto este de lado, não se descobriu nem um homem com as condições necessárias para satisfazer ao sentimento político dos árbitros da situação. Daí recorrerem, como chave da insolúvel dificuldade, ao nome do ministro da Guerra, marechal Hermes.

Rui denuncia a crise: "A autoridade central está momentaneamente abolida pelas circunstâncias de uma conjuntura sem exemplo, a meu ver, na história do regime. E é nessas circunstâncias que o elemento civil delibera, por sua vez, abolir-se, tomando por único expediente possível de salvação a candidatura do ministro da Guerra. Se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe a que ele pertence, escapa ao meu conhecimento o motivo da preferência que a fez recair sobre o seu nome. Se, ao contrário, entrou, acho que laboram em engano os meus amigos. E, nesse terreno, não me seria dado acompanhá-los.

"Supor que uma crise política dessa natureza, puramente doméstica, sem mescla de ligação com as relações internacionais, que presentemente nos asseguram toda a tranqüilidade, não se possa resolver senão com o nome do chefe do Exército seria fazer a este grave injustiça e não menor à condição do nosso regime, à índole dos nossos costumes, aos sentimentos do nosso povo.

"Comecei pelo Exército porque este é o elemento nacional representado pelo ministro da Guerra. Qualificar a sua candidatura como a única eficaz para desmanchar o encalhe atual seria atribuir à força de que esse elemento é expressão o privilégio de remediar um caso de governo. O Exército não aceitaria essa função, que lha não cabe. Grande é o seu poder. Mas, se lhe confrontarmos o peso material com o de uma população de 25 milhões de almas, claro se verá que esse poder não pode consistir senão na harmonia entre o Exército e a Nação, no prestígio em que a confiança desta envolve a classe especialmente organizada para a defesa do País."

Rui evoca sua dedicação ao Exército e a seus chefes, relembrando sua amizade e colaboração a Deodoro e o apoio que deu ao programa de reorganização militar, realizada por Hermes: "Mas por isso mesmo que quero um Exército grande, forte, exemplar, não o quereria pesando sobre o governo do País. A Nação governa. O Exército, como os demais ór-

gãos do País, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel: e na observância deles reside o seu segredo, a condição de sua popularidade. E o Exército certamente o sabe. Não quererá outra função."

Analisa a situação dos militares: "A aclamação da candidatura do ministro da Guerra seria, porém, a meu ver, um passo em sentido oposto. Deodoro saiu de uma revolução, obra sua. Cabia-lhe, necessariamente, presidir à fundação do regime, de cujo advento a sua espada foi a garantia. Floriano encontrou ainda a República numa crise de organização. Mas ele mesmo já não pôde alongar os seus poderes, nem indicar o seu sucessor. Daí para cá, o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Já lá vão 14 anos de sua existência. Por que regressarmos?"

Examina as conseqüências dessa candidatura: "Ninguém lhe poderia dissimular o caráter. No Brasil e no Exterior todo mundo a olharia como a inauguração do regime militar. Nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro e, este, convencido estou de que não resistiria ao abalo de tão grave recuo. Bem depressa, com a facilidade com que nos julgam no ultramar, estaríamos inscritos pela opinião européia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota."

Considera a hipótese de luta: "Ainda quando a candidatura oficial continuasse a nos sair em desafio, não nos faltariam meios de rebater com altivez. Quanto mais estando hoje livre o campo desse formidável poder. Vivemos habituados aos políticos, nesta terra, a supor que o Brasil se resume no círculo estreito onde nos movemos. São efeitos do costume vicioso. Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Déssemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao País o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos Estados se achassem contra nós, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes e, no País, todos os da oposição, havia de se impor e prevalecer. Teríamos, talvez, então, pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado.

"Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencidos, teríamos a consolação de o ser com honra, o que muito mais é do que vencer sem ela, e de salvar os princípios, que se devem salvar sempre, ainda quando se perca tudo o mais. A eles se acham ligadas, aqui, a minha consciência e a minha tradição. Tudo o mais com prazer eu sacrificaria aos meus amigos. Isso não; visto como é o que deles me torna digno: deles e de mim mesmo. Porque este é o juiz que eu mais respeito abaixo daquele que lá do alto nos há de julgar a todos nós. São compromissos que representam a minha vida inteira. Se eu os quebrasse, reduzir-me-ia, aos meus próprios olhos, a um trapo. Caso a vida pública não me deixasse liberdade para os honrar, de bom grado renunciaria eu à vida pública. Nunca me

envolvi na operação da escolha dos candidatos presidenciais, senão até hoje, uma vez, para levantar a do presidente atual. O resultado não me anima a me envolver noutra. Mas o nome do marechal Hermes é, para mim, um nome verdadeiramente caro. Se, para subscrever a sua apresentação, houvesse eu de atender somente nos seus predicados pessoais e nas nossas relações, muito grato me seria firmá-la. Um dever de ordem impessoal, porém, não mo permite. E eu me submeto a esse dever, abstendo-me de tomar parte nessa deliberação dos meus amigos. Nada me dói mais do que não estar com eles em ato de tamanha gravidade. Mas de outra maneira não me poderia eu haver, ainda quando, para me desempenhar dessa obrigação, me fosse necessário voltar a ser, na política republicana, o solitário que fui até há seis anos."

Termina: "Oxalá que me engane, que os meus ilustres amigos tenham razão, que o mal antevisto por mim seja imaginário, e que, se o governo do País couber, com efeito, ao honrado marechal, não tenhamos senão de que nos congratular. Eu então lhe recusarei justiça, e terei satisfação em confessar o meu erro."

É possível e mesmo natural que Rui Barbosa tivesse se ausentado do Brasil contando com a promessa formal, ou ao menos tácita, de que Afonso Pena o ouviria, consultaria ou mesmo o indicaria, quando fosse aberta a sessão. Voltando de Haia, recebido pelo povo e pelo governo com excepcionais homenagens, Rui deve ter antevisto a realização daquele sonho íntimo de ser presidente.

A conduta de Afonso Pena, insistindo, sem grande tato nem habilidade, em organizar forças no Congresso e nos Estados, com o objetivo de impor o seu candidato às oposições que se formavam, surpreendeu e desgostou Rui, despertando-lhe o ânimo combativo de que tantas vezes dera mostras.

O veto de Bias Fortes à candidatura de Campista, em entrevista a *O País*, de 28 de janeiro de 1909, não desanimou Afonso Pena. Diligenciou obter, por intermédio de Wenceslau Brás, uma retratação do presidente do Partido Republicano Mineiro, sem resultado. Procurou fortalecer as alianças com José Marcelino e Miguel Calmon, na Bahia; Wenceslau Brás, em Minas, e Albuquerque Lins, em São Paulo.

A MORTE DE UM PRESIDENTE

CAPÍTULO XI

David Campista desistiu de sua candidatura a 18 de maio. Na véspera, houve um encontro, em Palácio, com o presidente. Afonso Pena ressentiu-se desse entendimento, ou melhor, desentendimento. A 20 teve sua última entrevista com Hermes. A 27 presidiu a derradeira reunião ministerial. Sua saúde vinha piorando. No dia 14 de junho, realizou-se uma conferência entre os médicos que o assistiam, drs. Miguel Couto, Carlos Botto, Rocha Faria, Azevedo Sodré e Miguel Pereira. Nessa mesma tarde, às 13 horas, falecia o presidente Afonso Pena.

Comemorando e deplorando o falecimento do ex-presidente, Rui falou no Senado: "Se o serviço público tem os seus mártires, nunca dessa experiência assistimos a mais singular exemplo. Coração generoso até o último alento, foram os seus facultativos que nos atestaram, órgãos todos eles ilesos, constituição ainda destinada, pela sua integridade e robustez, à fruição de longos dias, expirou sem agonia, crêem os profissionais que pela sideração de um choque moral, murmurando um apelo a Deus, à Pátria, à liberdade, e à família, quádrupla síntese da sua vida austera e pura."

Esse último período atribui a Rui a responsabilidade da versão que, segundo ele disse, "achei em todas as bocas no Palácio do Catete, aos 14 do corrente, quando, pelas três horas da tarde, ali entrei na aflição da calamidade que se acabava de consumar".

A expressão "traumatismo moral", ficou ligada à demissão do minis-

tro da Guerra, à versão deformada de seu gesto atirando a espada sobre a mesa de despachos. A imprensa explorou a versão sensacionalista. Os médicos foram entrevistados. De sua natural discrição, os repórteres encontraram mais matéria, e Rui teve de escrever a 17 uma carta publicada no *Jornal do Comércio,* em sua edição de19, em que reafirma: "Reproduzi, quase textualmente, os termos em que o sábio facultativo, meu muito caro amigo, me expôs o caso, enumerando como ilesas vísceras essenciais do morto e dando por causa da morte o 'traumatismo moral' que lhe abalara a enervação e o mergulhara na mais grave astenia."

A declaração da desistência de David Campista era lógica, mas foi inesperada. A morte de Afonso Pena era prevista, mas tornou-se intempestiva. O pequeno mundo político agitou-se, como um formigueiro a que se vedasse a entrada natural. Todos se sentiam desobrigados de compromissos difíceis de manter. Não obstante, defrontavam-se com o problema que não fora resolvido: a sucessão presidencial que se avizinhava, agora equacionada em termos diferentes.

A seqüência dos acontecimentos desligara Wenceslau Brás da solidariedade de Minas ao presidente da República e ao seu candidato, ambos mineiros. Sua posição, no governo de Minas, aconselhava um entendimento prévio com o governante paulista, no esforço louvável de manter a aliança entre os dois Estados de maiores contingentes eleitorais. Era a política do café-com-leite, responsável pelo Convênio de Taubaté. Para isso, Wenceslau Brás procurou um entendimento com Albuquerque Lins, por intermédio de Altino Arantes. Mas, antes que se avistasse com o presidente paulista, enfermo em Lindóia, foi assediado por três emissários do Rio: Cincinato Braga, já a serviço da candidatura Rui; José Mariano e Coelho Lisboa, estes dois trabalhando pela candidatura Hermes. A luta começava a dividir os campos, os grupos, os Estados. Mais tarde, Pandiá Calógeras iria sugerir o nome de Wenceslau Brás para companheiro de chapa de Hermes.

Pinheiro Machado ainda não se definira. A oportunidade lhe parecia excelente para consolidar sua liderança nacional, abalada, sucessivamente, por Rodrigues Alves e Afonso Pena. No primeiro momento, quando ainda havia a candidatura de Campista, manifestara-se contra Hermes, comentando, no Senado, a inoportunidade de uma candidatura militar posta em contraposição à candidatura de ministro civil, apoiada abertamente pelo governo.

Parecia-lhe uma oposição violentamente reacionária. Mudadas as posições no tabuleiro político, pareceu inclinar-se para Rui, em casa de quem foi almoçar, antes de uma viagem estratégica ao Sul. Na verdade, Pinheiro não confiava inteiramente em Rui, que não seria o instrumento dócil que suas mãos voluntariosas desejavam. Não se interessou, inicialmente, pela candidatura Hermes. Procurado por Jacques Ouriques, o

primeiro a lhe falar naquele nome, logo viu que era o que melhor lhe convinha. Acolheu a apadrinhou o nascente hermismo com tanta eficiência, que muitos o consideraram o seu criador.

Hermes da Fonseca Filho assevera que, até então, apenas dois nomes estavam lançados: o de Rui, sugerido pelo marechal Hermes, e o de Rio Branco, sustentado por Pinheiro.

A CAMPANHA CIVILISTA

CAPÍTULO XII

A eleição presidencial, em sua significação democrática de escolha, pelo povo, de seu presidente, ia realizar-se, pela primeira vez, a três de março de 1910, pois, até então, tinha havido só escolha e eleições de presidentes sem a participação do povo.

A República, proclamada a 15 de novembro de 1889, teve seu primeiro presidente eleito pela Assembléia Nacional Constituinte, a 25 de fevereiro de 1891. A nova Carta estabelecia, em suas disposições transitórias, que com o vice-presidente e o presidente seriam eleitos, também, os deputados constituintes. O povo não participou desse pleito.

Com a renúncia do marechal Deodoro a 23 de novembro, assumiu a Presidência o vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Interpretando, em seu próprio benefício, a letra constitucional, Floriano considerou-se dispensado de proceder às novas eleições, cumprindo como vice-presidente em exercício o tempo restante do quadriênio.

Quando a Convenção do Partido Republicano, obediente à orientação de Francisco Glicério, escolheu Prudente de Morais como seu candidato à Presidência da República, a unanimidade que revestiu essa decisão já demonstrou que se tratava de homologar a escolha assentada pelo chefe da política nacional. O povo continua ausente, em comícios, debates, campanhas e até mesmo na eleição. Isso porque, nas eleições daquele tempo, com o voto facultativo e a ausência das mulheres, o voto se limitava à minoria da população integrante do Colégio Eleitoral, que estava longe de expressar a opinião pública. O Colégio Eleitoral consistia nos

alistamentos feitos pelos cabos eleitorais do situacionismo e nos poucos, embora aguerridos, elementos da oposição, que se alistavam e votavam enfrentando todas as dificuldades.

A sucessão de Prudente de Morais não chegou a ser uma competição democrática. O presidente vinha de uma luta árdua contra Glicério e o Partido Republicano Federal estava dividido. Prudente não pôde trazer seu candidato, que teria sido Bernardino de Campos. Várias circunstâncias favoreceram o aparecimento do nome de um republicano histórico, Campos Sales, que tinha a principal vantagem de conciliar os chefes políticos. Campos Sales foi eleito a primeiro de março de 1898, derrotando Lauro Sodré, então candidato oposicionista ao governo. Ainda dessa vez a disputa, se é que uma cerimônia cujo resultado é de antemão conhecido pode ter esse nome, limitou-se aos altos círculos políticos. Não atingiu o povo. Não penetrou na massa, movimentando-a no sentido de participar da escolha de seus governantes.

Quando Campos Sales terminou o quadriênio, as eleições presidenciais de três de março de 1902 consagraram o escolhido pelos chefes da política nacional, o conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que trazia uma brilhante folha de serviços prestados à monarquia, que foi acrescentada de novos préstimos à República, inclusive na administração fecunda do governo de São Paulo. Mas seu nome não esteve na boca de um orador, não animou um comício, não encabeçou um panfleto, não motivou uma campanha, nem se dirigiu ao povo. O povo, simplesmente, ou melhor, o Colégio Eleitoral em nome do povo, sufragou passivamente o nome do candidato escolhido pelas forças políticas do País.

Afonso Pena continuou a tradição. É escolhido, homologado, eleito, empossado, dentro das regras do jogo. Era natural que ele quisesse exercitá-lo quando esboçou o problema de sua sucessão. O presidente tinha um candidato, João Pinheiro, presidente do seu Estado, Minas Gerais. Morto esse *herdeiro presuntivo,* Afonso Pena procurou mobilizar as forças políticas, a fim de eleger seu novo candidato, seu ministro da Fazenda, David Morethson Campista. Se encontrou oposição, foi no seu próprio círculo político, entre aqueles que o haviam elegido. Ainda nessas circunstâncias, os chefes políticos negaram ao presidente o direito de indicar seu sucessor, arrogando-se, eles mesmos, a prerrogativa de selecionarem três nomes que estavam em grande evidência – Rio Branco, Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. O nome do antigo ministro da Guerra foi o mais cotado. Em conseqüência, promoveram uma convenção onde senadores e deputados, credenciados pelos respectivos governadores, homologaram aquela designação.

Desta vez, porém, a discordância tivera uma voz dissonante e autorizada; a palavra culta, forte de alicerce, um bloco formado por três grandes Estados: São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

Então o povo foi chamado para dar sua opinião. Acorreu aos comícios. Ouviu os oradores. Leu os jornais. Discutia, de homem para homem, nas ruas, nas praças, nas oficinas, a excelência e as deficiências de cada candidato. Pela primeira vez o povo sabia que ia votar e, principalmente, em quem votar. Tinha a sensação de que poderia escolher seu candidato. A Nação acordava para a única eleição verdadeiramente nacional realizada na República.

A Campanha Civilista se desdobra da carta de Rui, apontando os vícios de origem que ele atribuía à candidatura Hermes, até o Manifesto à Nação, de março de 1910. Seus discursos e conferências no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em Minas Gerais; as entrevistas à imprensa, o programa de governo apresentado; toda essa pregação cívica – hoje reunida em suas *Obras Completas*, volumes XXXVI e XXXVII, sobre a *Excursão Eleitoral*, a que se acrescenta um outro volume, *Memória sobre a Eleição Presidencial* – tornou-se a primeira campanha democrática e o modelo para todas as outras vezes em que se realizou, no Brasil, um movimento nacional de resistência civil e de defesa da democracia. Porque Rui se fez o intérprete de uma reação latente na consciência dos brasileiros. Todos os antigos vícios que a nova República havia herdado da monarquia e mais os novos hábitos malsãos das distorções republicanas foram denunciados com vigor e eloqüência. Ao apelo de sua palavra, acorriam multidões dispostas a romper com as praxes estigmatizadas, procurando uma nova fórmula de seleção de valores. Não era tanto a pessoa do antagonista, respeitado no seio de sua classe, mas sem repercussão fora dela. Apresentado ao povo como uma imposição dos militares, a verdade é que Hermes e seus camaradas eram manobrados pelos políticos que desejavam recuperar as posições perdidas nos primeiros tempos do governo Afonso Pena, quando o presidente tentou a renovação de valores com o *"Jardim da Infância"*. À combatividade de Rui, ao seu talento tribunício, à dialética formidável com que articulava seus libelos, nada se opunha. A campanha hermista não ecoava nas praças, mal aparecia na imprensa que lhe era favorável, fazendo-se sentir, apenas, nos choques violentos dos bandos antagônicos e na pressão crescente das autoridades interessadas na vitória do candidato situacionista a qualquer preço.

O que foi a Campanha Civilista, no momento em que se propagou e, ainda, no decorrer dos anos, pode ser avaliado por suas conseqüências. Se a máquina eleitoral dominou o pleito; se a fraude oficializada impôs um resultado favorável ao marechal Hermes; se o Congresso, transformado em poder apurador, lhe assegurou o diploma de presidente da República, o vencedor teve de enfrentar, desde o primeiro dia de seu governo, uma oposição tenaz, inteligente, estruturada, que começara negando a legitimidade de seu mandato e prosseguiria apontando os erros,

as falhas da ação governamental. Não foi, apenas, devido a essa oposição liderada pelo senador baiano que o quadriênio Hermes viveu dias difíceis. Avoluma-se a tempestade no horizonte. A crise do mundo moderno se manifestaria, dramaticamente, na Primeira Guerra Mundial, na Revolução Russa, no desmoronamento de um mundo caduco, o mundo da *belle époque*, para dar início à transformação que ainda se processa. A nova República passava pela primeira prova, porque era a primeira vez que havia uma disputa presidencial. Antes, houvera, apenas, o problema sucessório.

Rui, com sua inteligência, a visão alargada pelo estudo e pela observação dos problemas mundiais, sentira a fraqueza de nossa estrutura política, a fantasmagoria de nossas instituições, a fragilidade das agremiações partidárias que se agrupavam atrás de rótulos mutáveis e inexpressivos.O pior é que as suas denúncias reais, diagnósticos terríveis do mal público, não foram ouvidas. A Campanha Civilista processou-se em 1909-1910 sem que se modificassem as práticas criminosas. Não houve eleição. Não houve apuração. O mesmo grupo de políticos, senadores e deputados que havia indicado o candidato Hermes da Fonseca e homologado a sua candidatura, na Convenção dos Republicanos, constitui-se no poder verificador. O novo presidente da República recebia o diploma sob a acusação inexorável de Rui. Era o presidente da fraude. "O marechal Hermes não podiaser eleito, nem o foi. Não o podia ser; porque é inelegível. Não o foi; porque a sua inculcada maioria se compõe de sufrágios demonstradamente nulos."

Rui discursa na convenção de três de outubro de 1909, que é a réplica popular ao encontro dos senadores e deputados de antemão compromissados com a candidatura Hermes. Dirige-se aos convencionais recordando as ilusões da sua juventude. Quando em seus ouvidos parecia ressoar a palavra que animou o cativeiro de Israel: "Vai e guia o povo a entrar e possuir a terra que eu a teus pais jurei lhes daria."

Rui se enganara na confiança depositada nos homens. As reformas não convertem os homens. As leis não destroem os costumes. Por isso, a reforma eleitoral, no Império, imprimiu à Nação um choque momentâneo, mas não a despertou. Também o grande acontecimento social de 13 de maio de 1888 não subverteu as normas viciosas do trabalho entre nós, alastrando o País das ruínas do monopólio do homem sobre o homem, com a violência de um cataclismo geológico no mundo econômico e no mundo social. Pareceu ao clarão da catástrofe providencial que surgia a boa nova do ressurgimento, o cenário da reabilitação nacional. "Mais fácil era, porém, emancipar os escravos, do que libertar os senhores. O suor da raça acorrentada à gleba tinha saturado o chão, que o recebera. Os miasmas da sua exalação nos envenena a atmosfera. Sobre a civilização brasileira, continuava a pesar o cadáver da propriedade servil com a he -

rança dos seus males inenarráveis. Três séculos de intoxicação africana nos haviam disposto, pela paresia dos centros morais, havermos, com a maior indiferença, escravizadores e escravizados, a substituição de um pelo outro regime. Daí o pecado original da espada no berço das instituições atuais. Todos os que fomos co-responsáveis na Revolução de 1889 bem sentíamos obedecer a uma necessidade fatal, ao impulso de forças inevitáveis. Mas, considerando-nos como instrumentos nas mãos da Providência, grande era, contudo, a nossa tristeza, percebendo, na facilidade singular daquele movimento, a frouxidão crônica da nossa nacionalidade.

"A República era a solução indeclinável. Mas o diletantismo com que o sentimento público a recebera lhe ameaçava desde a origem a existência com incalculáveis perigos. Organismo sem reações. A nossa democracia naturalmente se entregava às empresas da força. A Nação continuava a dormir nos seus hábitos de outrora, que um sistema de governo menos acessível ao domínio das ambições lograra conciliar com uma relativa tranqüilidade."

Em vão esperamos que o País se reanimasse. Porque continuou a ser, de crise em crise, a presa humilde e indefesa da revivescência do nosso vício nativo: "De 1889 a 1909, não há um movimento nacional, tudo são movimentos militares. Quem, aos 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso? Quem, aos 23 de novembro, depôs o primeiro presidente? Quem, logo após, de Estado em Estado, operou a deposição geral dos governos e das justiças locais? Em 1892 de quem se compôs a indignada conspiração de abril, e quem a esmagou sob o golpe arbitrário das reformas, exonerações e desterros inconstitucionais? Quem se rebelou, em 1893 e 1894, contra o governo constituído? Como se coroou, em 1897, a expedição de Canudos, sob o sr. Prudente de Morais, com o atentado de cinco de novembro? Em 1901, quem sobressaltou a presidência do sr. Campos Sales, induzindo-o a prender um almirante? Quem saiu, em 1904, armas em punho, às ruas da capital, com a bandeira da insurreição desfraldada, contra o chefe do Estado, sob a administração Rodrigues Alves? Quem, sob a administração Pena, este ano, levou ao Paço do Catete os rumores de uma candidatura apoiada na vontade da tropa?

"São os espasmos de uma enfermidade periódica, rompendo, a intermitências mais ou menos breves, o marasmo nacional. De presidência em presidência se distribuem, intercadentemente, os acessos, por modo que nenhum escapa ao seu quinhão de uma crise violenta. E, circunstância ao primeiro aspecto contraditório, mas se bem atentardes coerente com o caráter do mal, as presidências militares são as mais perturbadas pelas explosões militaristas. Na primeira irrompe ela do próprio governo debaixo da forma do golpe de Estado fulminado pelo marechal ao Congresso. A segunda nasce das classes armadas, sob a forma de uma revolta quase vitoriosa, contra o governo de um general. Para verdes concluden-

temente como as instituições militares e os vícios militaristas, longe de se confundirem, se opõem e anulam uns aos outros, tais quais as lesões orgânicas destroem os órgãos a que são peculiares. Antes de ofender as leis civis, o militarismo golpeia no coração as leis militares. Começa por ultrajá-las na sua essência, a subordinação da força armada à ordem civil, para as ferir depois nos seus cânones expressos, onde a cada um desses atentados se reserva embalde a sanção de penas severas.

"Entre as instituições militares e militarismo vai em substância o abismo de uma contradição radical. O militarismo, governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. As instituições militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o Exército como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria, como o mercantilismo para o comércio, como o cesarismo para a realeza, como o demagogismo para a democracia, como o absolutismo para a ordem, como o egoísmo para o eu. Elas são a regra; ele a anarquia. Elas a moralidade; ele a corrupção. Elas a defesa nacional; ele o desmantelo, o solapamento, a aluição dessa defesa, encarecida nos orçamentos, mas reduzida, na sua expressão real, a um simulacro."

Analisa a gênese da candidatura militar que os seus defensores de agora antes repeliam como "calamidade" e um "retrocesso de 15 anos na vida republicana". Rui a chama de revolução retrocessiva, volta a uma época detestada, ressurreição de uma calamidade histórica, substituição do governo das leis pelo governo das armas. Por isso a Nação se reúne, se associa, se manifesta, e o sentimento político invade todas as classes e se apodera de todos. A lavoura estremece. A indústria se inquieta. O operariado ferve. O comércio se alvorota. Evoca, nos lares, a lembrança dos tempos em que a delação, a cadeia e o fuzil profanavam as casas e arrebatavam os filhos.

Anuncia uma campanha eleitoral às direitas e denuncia os aventureiros, os bravateiros de arruaças, os exploradores do cretinismo analfabeto. Mas, se essa contracampanha da negação da verdade vingasse afogar a reação civilista, era a Nação que estaria enxovalhada aos olhos do mundo e aos seus próprios olhos.

A campanha prossegue agora em Queluz, em Lavrinhas, em Lorena, em Guaratinguetá. Na terra de Rodrigues Alves, Rui proclama: "São Paulo não quer o militarismo, e tanto basta para que o militarismo não seja possível entre nós. Não, o militarismo não é possível em um País onde há São Paulo, Minas, Bahia e Rio Grande. Não, o militarismo não é possível, porque São Paulo não quer, e não é preciso mais para que ele recue antes a barreira da riqueza, do futuro, da inteligência, fundidos num Estado. Tudo isso nos atesta a invencibilidade da grande causa que

defendemos." Prossegue em Pindamonhangaba e Taubaté. Todos esses comícios se realizaram a 14 de dezembro de 1909. Finalizando, Rui faz elogios à verdade: "Os homens, por si sós, nada valem, nada contam, nada representam. O que vale, o que conta, o que representa, o que tem uma influência tão material como a eletricidade, embora tão invisível, sobre a atmosfera moral das nações, são as idéias que eles encarnam, evangelizam, apregoam. Porque o que lhes dá força é a verdade, é a justiça, é o direito, e não as forças de que disponham. Apesar dos armamentos, apesar das esquadras, dos Exércitos, dos canhões, dos dirigíveis no meio das nações estrangeiras, das grandes nações, das nações dignas desse nome, são essas três entidades as molas que regem o mundo moral. A idéia é a única força deste mundo. É por isso que nós devemos rir, rir com piedade, rir com desdenho, rir com desprezo dessas pretensões que julgam que muitos milhões de indivíduos podem ser aniquilados por alguns milhares de baionetas e algumas centenas de espadas, exploradas por meia dúzia de empreiteiros de candidaturas."

A "NECESSIDADE POLÍTICA"

CAPÍTULO XIII

Visitando São Paulo, a cidade em cuja Academia de Direito fez os estudos, Rui exterioriza a alegria de viver de novo, numa instantânea sensação, os seus melhores dias escolares e o entusiasmo das campanhas ali iniciadas.

Relembra, 39 anos depois, o espetáculo que se estendia das janelas de seu singelo quarto de estudante, debruçado sobre a várzea do Campo, que se alongava até esbarrar com o norte dos contrafortes da Cantareira. Relembra as cenas que animaram aqueles sítios, 320 anos antes, quando os baluartes de Santo André, nas terras de João Ramalho, guarneceram de artilharia os campos de Piratininga. Anchieta vinha plantar, à beira do Tietê, a Vila de São Paulo. O Evangelho caminhava resolutamente para os sertões. Agora, a epopéia antiga se renova na campanha que se inicia. Aproveita a ocasião solene para declarar que nunca aspirou ao governo. Nunca quis ver-se nas alturas de candidato. Está defronte dos homens que são testemunhas do caso, com os quais trocou diálogos e cartas. É um tribunal pleno. Dele sairá a verdade documentada, confundindo a maledicência que lhe argúi haver concebido a carta de 19 de maio, promovido a agitação e manobrado os seus incidentes, com o desígnio de forçar, por derradeiro, a escolha de seu nome.

Rui revela nessa ocasião os pródromos da sucessão presidencial, documentando as suas palavras com a leitura da correspondência mantida com vários próceres. Foram de sua sugestão as indicações de Rio Branco, Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho, Campos Sales e Rosa e

Silva. Mas todos esses passos estavam destinados a ser frustrados. A situação se delineava aflitiva 72 horas antes da Convenção Nacional. Foi quando recorreram a Rui, apelando da sua intransigência na recusa para um grande ato de abnegação. Na campanha em que nos achávamos, era de Rui a maior responsabilidade. Dele proviera o movimento. Era de sua iniciativa a convenção às vésperas de se abrir. Nessa extremidade se deu.

Declarara que não aceitaria a candidatura presidencial se não legitimada com a indicação de um partido, o sufrágio de um Estado, ou uma exigência da opinião nacional. Partido tinha, pelo menos o da situação estadual em São Paulo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Estado, não um, senão muitos, e os maiores, além do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo e Minas em ebulição violenta. Quanto à opinião nacional, nunca ela entrara em um empenho dessa natureza ou uma grandiosidade que reuniu a maioria dos municípios na convenção de agosto. Por isso, Rui se declara candidato. Pelo consenso de vários Estados; pelo reclame do sentimento geral; pela reivindicação popular; pela reconquista constitucional; é candidato de uma época, de uma crise, de uma reação entre a vida e a morte para as nossas instituições. Pinheiro Machado o havia apontado como "um expoente nacional". Agora, mais do que nunca, o era.

Rui disseca o jogo desastrado de que resultou a solução militar. Ela se tornou a "necessidade política", sinônimo e forma da pressão militar. Pergunta se haveria, com efeito, uma necessidade política. Responde que sim – a do terror, em uns sincero, em outros convencional. As cisões do conclave, dividido por intransigências, acabaram encontrando um sinal de harmonia no indiscutível das divisas do marechal, porque nele se encarnava a força armada, e com a força armada não se medem ideais, urnas, constituições, democracias. Assim se fez invencível o espectro militar: simplesmente pela crendice de sua invencibilidade entre os fracos e pela exploração dessa crendice entre os sagazes.

Rui afirma que, se a carta de 15 de maio houvesse encontrado, no governo da República, um Prudente de Morais, o signatário daquele papel nesse dia não saía dali ministro da Guerra. Porque um ato de singela firmeza, corretivo natural do arrojo incompatível com a disciplina militar, isolaria dos seus próprios camaradas o ministro destituído e restituiria, imediatamente, todo o seu prestígio à autoridade civil, forçando o Brasil à provação da via dolorosa por onde se arrasta.

Sua longa oração terminou admitindo a liquidação do pleito na apuração parlamentar. Rui previa que, além da possível fraude, vigente em todas as eleições, o poder apurador – que era exercido pelo Congresso, através da Comissão de Poderes – completaria o esbulho diplomando, de qualquer maneira, o candidato oficial. Mesmo porque tinham sido esses mesmos deputados e senadores que haviam recomendado a candidatura que iriam, depois, julgar.

E diz que, então, a Nação apelará do esbulho por si mesma, do peso morto das atas falsas para a eleição viva, do seu presente para o seu passado e seu futuro. Porque, se a simulação eletiva sair tripudiante, em março, com os frutos da abstenção, da opressão, da falsificação, da corrupção, a grande espoliada arremessar-se-á, então, na luta, com as virtudes antigas das nossas melhores tradições: "A montanha dominará o pântano. A avalanche saneará o brejo. E, quando essa reivindicação, um dia, afinal, vitoriosa, bater às portas do Catete, da Cadeia Velha e da Casa do Conde dos Arcos, as maiorias parlamentares e eleitorais de agora terão passado, ninguém mais se lembrará dos sofismas da atualidade, senão para a maldizer, e toda a atmosfera da sociedade brasileira eletrizará de aplausos, para afogar a ruim memória destes tempos numa época de tranqüilidade e renascimento pela sincera observância das nossas instituições liberais."

A CACHOEIRA DA SERRA

CAPÍTULO XIV

A palavra era a grande arma de Rui Barbosa. Ele se servia dela fartamente. A Campanha Civilista, por isso mesmo, foi uma sucessão de discursos e grandes platéias acorriam para ouvir o grande orador. Em cada comício, nas praças públicas, nos teatros, nas academias, Rui conquistava novas adesões. Foram dos pronunciamentos dessa ocasião que ficaram páginas antológicas até hoje relembradas.

Falando no Cassino de São Paulo, a 16 de dezembro de 1909, ele justifica a veemência de sua linguagem: "A paixão da verdade semelha, por vezes, às cachoeiras da serra. Aqueles borbotões d'água, que rebentam e espadanam, marulhando, eram, pouco atrás, o regato que serpeia, cantando, pela encosta, e vão ser, daí a pouco, o fio de prata que se desdobra, sussurrando, na esplanada. Corria murmuroso e descuidado; encontrou o obstáculo: cresceu, afrontou-o, envolveu-o, cobriu-o e, afinal, o transpõe, desfazendo-se em pedaços de espuma. A convicção do bem, quando contrariada pelas hostilidades pertinazes do erro, do sofisma, do crime, é como essas catadupas da montanha. Vinha deslizando, quando topou na barreira, que se lhe atravessa ao caminho. Então remoinhou arrebatada, avultando, empinou-se, e agora brame na voz do orador, arrebata-lhe em rajadas a palavra, sacode, estremece a tribuna, e despenha-se em torno, borbulhando. Mas o que ela contém, e a impele,, e a revolta, não é a cólera, não é a destruição, não é a maldade: é o poder do pensamento, a vibração da fé, a energia motriz das almas, esse fluido impalpável que se transporta nas ondas invisíveis do ambiente, e vai, por

outras regiões, arder nos espíritos, fulgurar nas trevas humanas, abalar vontades, agitar indivíduos e povos, reanimados ao seu contato, como os mais maravilhosos instrumentos das indústrias, os teares, as forjas, os estaleiros, acordam ao influxo dessa eletricidade silenciosamente bebida, léguas e léguas daí por um fio de cobre aéreo, das quedas sonoras do rio. Enquanto, porém, essa transmissão imperceptível opera ao longe maravilhas, renovando a atividade da terra, a correnteza precipitada, que acabou de enviar a distância essas descargas de grande força, volve, adiante, ao remanso ordinário do seu curso, perdendo-se entre as devesas do monte e as alfombras da pradaria."

Em São Paulo, à qual se identificara pela mocidade passada em sua academia, Rui teve um êxito absoluto em sua campanha. Ali dispunha de tudo. Desde o apoio oficial, porque o presidente do Estado, Albuquerque Lima, era o seu companheiro de chapa, até o povo, os moços, sobretudo, aos quais falava uma linguagem entusiástica, bem diversa daqueles discursos frios e formalísticos das convenções oficiais.

Os políticos dominantes em São Paulo estavam desgostosos com o governo federal. Queixavam-se de que não eram favorecidos nas últimas barganhas das posições, na política federal, pelas vantagens indiretas dos interesses cafeeiros. Esperavam neutralizar o apoio da União e dos meios militares à candidatura do marechal Hermes da Fonseca com o prestígio intelectual do grande defensor do *habeas-corpus* em favor dos generais presos por Floriano Peixoto. Formalizando essa adesão, São Paulo oferecia como vice-presidente da chapa oposicionista o próprio presidente do Estado. Foi, então, possível organizar uma propaganda a que não faltavam os fartos recursos materiais da riqueza paulista. Caravanas, trens e navios especialmente fretados levavam Rui e os seus adeptos ao Norte e ao Sul. Se os poderes públicos da União e dos Estados, dominados pelas oligarquias que prestigiavam a candidatura militar, dispunham de dinheiro, empregos, toda a máquina do poder, os paulistas proporcionaram a Rui o que ele necessitava para uma campanha em larga escala, como jamais se fizera no País. A extensão da jornada cívica foi, assim, possível, dando a Rui o relevo que o seu talento e a beleza da causa que encarnava mereciam.

Nessa primeira grande disputa presidencial instalava-se mais um vício na República Velha. Porque, se São Paulo, à sombra da valorização do café, pagava tudo, tudo subvencionava – caravanas, hospedagens, despesas de locomoção e propaganda, o que se dizia e se imprimia –, houve da parte do governo federal igual facilidade no uso das verbas oficiais. Um comentador político do tempo, José Maria dos Santos, apontou a chaga: "A eloqüência mais ou menos bem composta dos arengadores menores, que à passagem do grande tribuno lhe retomavam as sonoras e floridas expressões, as glorificações impressas, as festas incontáveis tudo era, com

muito raras e devotadas exceções, o fruto ou o preparo de proveitosas visitas ao Tesouro de São Paulo. Foi a isso que se reduziu toda a chamada Campanha Civilista, correspondendo a uma igual prevaricação por parte do governo federal, que, das verbas do Ministério da Agricultura, confiando a um político paulista dissidente, com a mesma prodigalidade custeava os devotamentos à outra candidatura. O único resultado que de toda aquela imensa agitação realmente ficou foi o hábito de os presidentes de São Paulo e Minas Gerais, promoverem descaradamente, com os dinheiros públicos dos seus Estados, as suas ambições à Presidência da República."

O OURO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO XV

Para Rui, porém, o ouro de São Paulo não eram as verbas que custeavam a sua campanha: "O ouro de São Paulo é o seu coração, o seu temperamento, as suas virtudes, o seu amor à liberdade, que dão a este povo a certeza de uma vitória tão segura como a verdade divina que ilumina todos os corações."

Em sua pregação cívica em Jundiaí, ele também denuncia a ação criminosa do governo: "É o governo organizando a desordem, alimentando a corrupção, fomentando a anarquia, tocando a chamada ao caos. Ainda há pouco, no vagão, as últimas notícias dos jornais do Rio me davam o quadro da situação, bem figurada pelo sr. dr. Washington Luís, quando me pintava a candidatura militar na figura de um tatu afocinhando o solo, a despeito da matilha que o persegue, absorvido na preocupação do furo onde tem de se esconder – cavando sempre o buraco, à espera de encontrar a salvação, na incerteza do que passa em torno de si . . .

"É o governo da República organizando a desordem, é o governo da República organizando a anarquia, é o governo da República dando o exemplo da revolução, é o governo da República tocando a chamada ao caos, é o presidente da República espalhando forças pelo Estado do Rio, em véspera de eleições, sob o pretexto ridículo, irrisório, de 'exercicios militares' – como se o inimigo batesse às nossas portas e fosse preciso defender as nossas fronteiras. É lá, no antro da República, na cabeça do governo, na metrópole do Brasil, que se organizaram, à guisa de expedições de curdos, para serem enviadas aos Estados, maltas de capangas, cordões

de facínoras, de bandidos, de matadores, para ensangüentar o solo brasileiro onde se combate a candidatura maldita, preparando-lhe o caminho por uma série de crimes, cuja responsabilidade há de cair, como uma chuva de sangue, sobre a cabeça de seus autores."

Atacado, por sua vez, Rui se defende: "Para fulminar o ministro da Fazenda no governo provisório com a responsabilidade pela iniciativa das emissões é necessário apagar a História com a esponja da mentira." Examina as acusações que lhe fazem, pela atuação do ministério de 15 de novembro de 1889: "Os que não têm senão palavras severas para as medidas financeiras de 1890, assentam a sua justiça no plano liso e fácil das situações normais. Não é assim, porém, que se hão de apreciar os atos de quem teve de se medir com um cataclismo, político ou social. Nas catástrofes dos Estados, nada pode a vontade dos governos contra a suprema lei da necessidade. As revoluções têm de ser sentenciadas segundo o padrão excepcional das revoluções."

Rui foi acusado, pela sua gestão no Ministério da Fazenda do governo provisório, de ser o responsável pela moratória. Em sua defesa, ele cita Vieira Souto, na conclusão do inquérito de 1906. "O Brasil não teria tido necessidade de passar pelo vexame da moratória a concebida pelo *Funding* em 1898 se, desde os primeiros anos da República, como pretendeu fazer o ministro Rui Barbosa, se houvesse tomado a medida do imposto em ouro."

Então, ele já não se defende: "Acuso. Do naufrágio das emissões acuso eu: primeiro, os que emitiram cinco vezes o que eu emiti; segundo, os que emitiram sem lastro o quíntuplo da emissão que eu fiz lastreada; terceiro, os que dilapidaram o lastro da minha emissão; quarto, os que, contra a lei, a que deixei subordinadas as emissões, as aventuraram sem o resgate paralelo, que ela impunha, das notas do Tesouro.

"Da caída, que o câmbio se abismou. acuso, outrossim, os que, com violação grosseira da legalidade estatuída sob o meu governo, ao mesmo passo que imergiram o País numa circulação fiduciária inteiramente desabonada, abriam todas as barreiras à demasia da importação, e desarmavam o governo do mecanismo natural de renovação dos seus recursos metálicos para as nossas despesas no Exterior, prescrevendo a cobrança em ouro, instituída por mim, com aplausos gerais, sem voto contrário, entre os órgãos da opinião nacional. Da moratória, enfim, acuso os crimináveis desses dois atentados financeiros: os autores das emissões em tropel, vazias de todo lastro, sós de todo o resgate, e os extintores da arrecadação em ouro, medida providencial, a que, suposto cerceada, houveram tornar, para se não afundarem totalmente as finanças brasileiras."

Responsabiliza o "conflito civil com o militarismo" pela acusação que arrasta o seu nome à luta. E conclui, com violência: "Esses homens são a sinceridade em carne e osso. Suspiram pela regeneração da nossa moeda,

ardem pela reabilitação do nosso crédito, morrem pela restauração do nosso câmbio, infernizam-se pela vergonha da nossa moratória, e vão entregar as finanças do País ao regime da espada. E o *vomitus vomitu curantur* de Hipócrates. É o *morbus permobus sanatur* de Lineu. É o *scorpio scorpionen curat* do prolóquio latino. É o *similis similibus* de Hahnemann. Não há terapêutica mais à la moda. Foi a utilizada pelos dois governos militares, que me sucederam, no intento de remediar as gravidades financeiras da minha administração. Para mezinhar o País dos 105 mil contos que se emitiram sob a minha administração, com a garantia legal de apólices e ouro, o marechal Deodoro emitiu, sem garantia, 215 mil contos e o marecial Floriano Peixoto, 195 mil. Ao todo, 410 mil contos deslastreados, em antídoto aos 105 mil lastreados que por minha conta correm. O sistema agora não variou: requinta. Para inspirar a confiança, a ameaça. Para animar o comércio, o terror. Para levantar o crédito, a compressão. Para tonificar o câmbio, a anarquia. Para guarnecer a ditadura civil, a ditadura armada. Para liquidar o *funding-loan,* um partido militar, um presidente morto de traumatismo moral, um pronunciamento no horizonte e, no governo, uma catana de marechal."

Em Campinas, uma multidão entusiástica o aplaude. Rui mais se inflama: "A espontaneidade geral da população de Campinas é a mesma que encontrei vibrando intensamente na população de Jundiaí; é a mesma e grande espontaneidade que fui encontrar na grande metrópole, que é a Capital do Estado de São Paulo — espontaneidade que atravessará em correntes impetuosas as regiões encharcadas de mortos, de cujos miasmas a candidatura militar pretende triunfar; espontaneidade que é essa corrente irresistível que conduz o povo vingando os inimigos que pretendem reduzi-lo a um povo escravizado à degradante influência dos quartéis.

"Não fizeste a República, senhores, para que todos nós, para que o povo do Brasil se visse na condição miserável de estar sujeito, de sujeitar-se covardemente à influência militar.

"O Exército, senhores, se é uma grande arma nas mãos dos povos livres, é o maior dos perigos, quando obedece à influência do governo, plantando a anarquia abominável.

"O povo que se entrega ao regime militar é um povo irremediavelmente perdido, é uma multidão andrajosa condenada às misérias e às infâmias do regime do terror. Mas, senhores, essa situação não se realizará PORQUE O POVO NÃO QUER."

A PLATAFORMA CIVILISTA

CAPÍTULO XVI

Rui escolheu a cidade de Salvador, na Bahia, para a apresentação de sua plataforma de governo. Foi a 15 de janeiro de 1910, no Teatro Politeama Baiano: "Se eu não soubesse estar na Bahia, nesta região saturada de espiritualidade, onde a inteligência nos envolve e enche o ambiente, como o azul da atmosfera, a luz solar e a doçura das nossas vibrações, não me animaria a dirigir a um auditório popular um documento árido, longo e fatidioso como este. As multidões amam a eloqüência e bebem com delícia os prazeres da palavra nos lábios dos grandes oradores . . . Mas, nesta cidade, as massas têm, por instinto, o sentimento das grandes questões nacionais."

Mordaz, Rui ataca seu competidor. Qualifica de cesarina a sua candidatura, aludindo, a um tempo, a César e à intervenção, à mão armada, que antecipa o parto normal. Critica-lhe a gestação de sete meses de seu programa de governo, enquanto ele, candidato civil, em cinco meses apresentou sua plataforma. Não basta esse cotejo de prazos. Porque tais programas visam formular e dar a conhecer as idéias dos pretendentes à confiança do eleitorado: "Homem, até agora, exclusivamente da sua classe, militar dado, só e só, aos misteres da sua profissão, ninguém sabia que tivesse idéias políticas o meu competidor, ou, pelo menos, não as tendo revelado nunca, ninguém podia saber quais fossem. Ao passo que as minhas estão escritas, com traços profundos, em quase 40 anos de uma vida política sempre militante, 20 dos quais em atos sucessivos, por todo o curso deste regime, desde o berço."

Rui sabia tirar partido de sua notável erudição. Apresentando a sua plataforma de candidato à sucessão presidencial em uma campanha que não tinha precedente e jamais seria igualada no futuro, analisa, nessa oportunidade, a razão dessa prática democrática, demorando-se no exemplo norte-americano de Jackson, Washington, John Adams, Jefferson, Madison, Monroe e Quincy Adams. Depois, apresenta o histórico das candidaturas republicanas no Brasil: "Entre nós, com os homens que tiveram parte na fundação da República, o procedimento do nosso mundo político não foi diverso. A Deodoro bastaram por título de idoneidade os seus serviços como cabeça do movimento de 15 de novembro e chefe do governo provisório. A Floriano, o de ministro e, afinal, o de vice-chefe desse governo. A Prudente de Morais, as suas tradições na propaganda e a sua presidência da Constituinte. Nomeado candidato já em 1898, por um partido que numerava, a esse tempo, cinco anos de existência, o sr. Campos Sales fez do seu passado individual o seu verdadeiro programa. 'Conto', diz ele, 'apresentar nas tradições da minha vida cheia de responsabilidade os elementos mais seguros, por certo, para apreciação da minha conduta na posição em que possa ser colocado pelos sufrágios do povo'. Isto posto, recordando os seus notórios sentimentos quanto à República Federativa, ao presidencialismo e à interferência do governo central nos Estados, professa ele voltar inteiro o seu cuidado para a questão financeira, cujas noções esflora, tocando-lhe enumerativamente os tópicos dominantes. Nas mesmas geranalizações caíra quase todo o discurso-programa do sr. Rodrigues Alves, especializando-se unicamente ali de uma idéia nova: o saneamento da capital, obra meritória, que lhe imortalizará o nome. De certo que, desses documentos, entre nós, só o programa do sr. Afonso Pena responde à denominação convencional com um articulado prático de compromissos mais ou menos precisos.

"Se o que se tolerou, aos quatro e, nos Estados Unidos, aos seus seis primeiros candidatos à magistratura suprema, teve por causa a notoriedade excepcional da sua colaboração como construtores na fatura do novo sistema de governo e na sua aplicação inicial, a mim também me caberia reivindicar o direito de isenção de uma formalidade que praticamente não pode ter valor a respeito de homens em quem a responsabilidade original pelas instituições, de cuja execução se trata, encarnou o espírito das suas normas e o empenho da sua verdade. Não disputando a esses meus quatro companheiros do governo provisório e na Constituinte outros merecimentos, de que não presumo, como co-autor na organização do regime, posso, todavia, alegar, sem vaidade, que nenhum me excedeu em trabalho, em dedicação, em eficácia; acrescentando que, estabelecida a nova forma de governo, nenhum se devotou como eu a lhe pugnar pela sinceridade, insulando-me dos partidos, abstendo-me dos

contatos oficiais, divorciando-me das alianças transitórias e rompendo com as situações poderosas, no intuito constante de pôr a lei acima do arbítrio, a justiça acima das paixões, o direito acima dos interesses, a clemência acima da força, o dever cívico acima da conveniência e do medo, a liberdade acima das ditaduras e das mazorcas.

"A ninguém, por conseqüência, mais do que a mim, tocaria afirmar, sem temeridade, que o MEU PROGRAMA ESTÁ NA MINHA VIDA.

"Toda ela se reume, por uma cadeia de atos, lutas e sacrifícios, nesses artigos da minha fé, solenemente atirados um dia em repto aos excessos do poder e aos crimes das facções."

Rui, em sua plataforma, profere o Credo Político que se tornou famoso. Essa oração consta da resposta ao senador César Zama, em discurso no Senado, a 13 de outubro de 1896. Em sua plataforma, o candidato faz dele uma síntese:

"Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regime, soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a República decai, porque se deixou estragar, confiando-se às usurpações das forças; creio que a federação perecerá, se continuar a não acatar a justiça; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo popular tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para a qual as maiores liberdades do erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades.

"Rejeito as doutrinas do arbítrio. Abomino as ditaduras de todo gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância. Bem o sabeis: essas são as minhas crenças, os meus ódios são esses."

A VOLTA DO TERROR MILITAR

CAPÍTULO XVII

Nunca se desenhou, em toda a sua vida, uma situação tão grave quanto esta, na qual, sem a garantia, sequer, de um responsável, sem ao menos um prestígio militar, qual o de Deodoro da Fonseca ou Floriano Peixoto, entregues à anarquia da ambição, na fraqueza, na intriga, na vulgaridade e na inconsciência, vemos aproximar-se, incubada no seio do governo civil, as facções paisanas.

Acusa: "A Nação, nos seus elementos mais cultos, tem por mais do que justificado o receio dessa contingência, impendente às nossas cabeças, graças à cumplicidade criminosa da administração Nilo Peçanha, das oligarquias do Norte e da maioria do Congresso Nacional, submetido à caudilhagem de casaca."

O programa anunciado é pela consolidação da ordem civil. Prega a revisão constitucional. Por isso, havia sido atacado por Alcindo Guanabara, que, apontando em Rui a intervenção revisionista, personificou em Hermes a defesa da Constituição. Rui disso se aproveita, para ironizar: "Tenho diligenciado em vão atinar por que há de ser que o honrado marechal encarne, em contraposição a mim, a Constituição republicana. Se é na qualidade sucessória de consangüíneo do seu egrégio tio, e que, depois de ser, com a colaboração dos outros membros do governo provisório, o autor principal desta obra, fui por eles encarregado, como seu único órgão ante o marechal Deodoro, de lha relatar, lha explicar, lha justificar, defendendo-a contra ele, e convertendo-o a ela, devo ser havido como parte maior no seu feitio, melhor na sua inteligência, mais au-

torizado na sua representação do que o heróico soldado. Se não, se o de que se trata é de acarear as nossas duas vidas quanto às relações de uma e de outra com a nossa lei constitucional, não sei por que o autor do discurso da fábrica de pólvora de piquete e da teoria, expendida na memorável entrevista com a *Etoile du Sud*, sobre a liquidação das questões entre a União e os Estados pelas forças de terra e mar, há de representá-la melhor do que aquele que mais do que ninguém a fez, e, há 18 anos, não faz senão propugná-la indefesamente."

Mas a revisão da Constituição não fazia parte de sua plataforma. Se bem que revisionista, não é a revisão, nem pode ser, propriamente o objeto de seu programa. Nos programas de governo, o que cabe só e unicamente é o que estiver na competência da magistratura que pleiteia o candidato. Não está na órbita das atribuições do presidente da República o fazer ou iniciar reformas constitucionais. Se, porém, tiver ensejo de ser útil à revisão, sem quebra da lealdade aos votos que o elegeram, com sua simpatia, sua influência, os recursos de persuasão ao seu alcance, de muito bom grado e a todo o poder que possa, ele o fará, sem dúvida alguma.

A leitura da plataforma abre a segunda parte importante da campanha, iniciada em São Paulo, prosseguida em sua terra natal e que irá prolongar-se até Minas Gerais.

Sua plataforma, na verdade, "escrita a correr, numa semana, sem preordenação regular, entre os múltiplos trabalhos da agitada campanha eleitoral", antes reproduz manifestações de seus pensamentos no decorrer de suas atividades de parlamentar, do que revelam idéias novas em política ou em administração.

Se, em São Paulo, apresentara o seu Credo Político, na Bahia, declara "o que não farei":

"1ª) Não intervirei nunca nos tribunais, atuando no espírito dos juízes;

"2º) não desobedecerei, jamais, sob pretexto algum, às sentenças dos tribunais, não as sofismarei, não as iludirei, direta ou indiretamente;

"3º) condenado por sentença final um ato do governo, na espécie da lide, não o continuarei a executar nos casos análogos, a que se estenda ao alcance do julgado, e considerarei obrigatória, para o Estado, a restituição a todos os envolvidos na execução anterior da medida em reprovação judicial;

"4º) não me determinarei por influências políticas ou particulares no movimento dos cargos judiciais. A seleção para as funções da magistratura, do magistério e dos serviços técnicos exclui em absoluto a intervenção de considerações particulares ou pessoais. Tenho especialmente por sagrado o terreno das nomeações no tocante à magistratura. Estas regras, para mim, não constituem fórmulas verbais, mas normas ativas e categóricas aos meus atos no governo;

"5º) não recusarei execução a lei alguma, a pretexto de insconstitucionalidade; visto como, a respeito das leis, o conhecimento desse vício é de competência exclusiva do Poder Judicial. Toda a lei, pelo mero fato de ser lei, enquanto não havida por nula em sentença irrevogável, obriga inelutavelmente o Poder Executivo;

"6º) não hesitarei em respeitar ou resolver a acumulação de cargos ao mesmo indivíduo, quando ela, na forma das leis criminosamente revogadas pelo governo atual, consultar o interesse da seleção das capacidades e favorecer a economia dos dinheiros do Estado;

"7º) não concederei a intervenção de forças federais, à requisição de juízes federais, senão verificada a recusa pelo governo estadual de apoiar a sentença ou o ato jurídico com as forças do Estado;

"8º) não consentirei na preterição, por nenhum ministro, do preceito constitucional, tão justo quão exeqüível, que os obriga todos ao relatório anual dos serviços das suas Pastas;

"9º) não assumirei compromissos internacionais, em matéria de competência privada da legislatura, como as que entendam com a integridade de nosso território, antes de autorizado pelo Congresso Nacional ou manifestado inequivocamente o seu apoio;

"10º) não permitirei que as repartições da União recusem às partes documentos necessários à sua defesa em questões sobre os seus direitos contra o governo;

"11º) não admitirei que se inflijam ou sofismem contratos celebrados com a administração federal, ou cláusulas de natureza contratual, estipuladas em concessões legislativas;

"12º) não empenharei a garantia federal em empréstimos internos ou externos contraídos por Estados ou municipalidades;

"13º) não proverei em funções da magistratura a cidadãos que hajam exercido, sob o meu governo, cargos ou comissões policiais;

"14º) não autorizarei o abuso de confiarem, pelo Tesouro, a certos ministérios, e por estes a comissões de sua escolha, somas pecuniárias, cuja aplicação escapa, deste modo, à estrita fiscalização do Tesouro. Cumpre que neste se concentre sempre todo o dispêndio dos dinheiros da Nação, assim como toda a arrecadação das suas rendas;

"15º) não me utilizarei das relações existentes entre a Fazenda e quaisquer estabelecimentos bancários para dissimular operações financeiras, concessões ou despesas não autorizadas, quer no orçamento, quer em outros atos legislativos;

"16º) não assentirei, na administração civil, seja na militar, à transgressão dos preceitos, legislativos ou regulamentares, que assegurem os direitos dos servidores do Estado, quanto à sua seleção, promoção ou acesso, e substituição, exoneração, aposentadoria ou reforma;

"17º) não ordenarei, nem tolerarei, durante as eleições federais, esta-

duais ou municipais movimentos de forças do Exterior ou da polícia da União no território onde corra o processo eleitoral ou nas suas imediações; salvo unicamente nos casos de grave desordem, contra as quais se baldarem os recursos policiais da localidade e for requisitado o auxílio da administração nacional, ou se tornar evidentemente imprescindível ante a gravidade e urgência do conflito; e

"18º) não me reconciliarei com o estado de sítio. Fugirei da sua calamidade como da revolução e da guerra. Não me resignarei à desgraçada contingência do seu uso, senão no caso inevitável de uma comoção declarada e irreprimível, por outro modo, como uma dessas providências lutuosas de que os governos saem diminuídos, enfraquecidos e odiados."

Era esse o programa apresentado.

José Maria dos Santos assinala que, "em todo aquele imenso fluir de oratória, jamais foi possível, entretanto, descobrir o que o candidato pretendia, pois, descontadas as suas sonoras e vagas invocações à justiça e à liberdade, tudo, afinal, se reduzia a uma indireta e constante comparação da sua pessoa, do seu saber, do seu brilhante passado de apóstolo incansável do direito, com a exigüidade de idéias, a falta de preparo e a natural grosseria de soldado do seu adversário. De uma vez o grande tribuno ainda chegou a lançar uma espécie de relação de princípios, por processo negativo, sob o título especial *O Que Não Farei*. Nunca, porém, chegou a nos dizer, positiva ou diretamente, o que faria . . . Combinando-se com os homens da valorização artificial do café e do câmbio prefixado a 15 *pence*, para o fim único de chegar à Presidência, o grande orador imediatamente se viu sujeito aos prejuízos de cumplicidade que, nas nossas condições gerais econômicas, naturalmente lhe vinham de ter sido o primeiro organizador das finanças da República, assim como seus velhos escrúpulos de grande exegeta da lei de 24 de fevereiro inteiramente o inutilizavam para qualquer iniciativa eficaz no terreno constitucional. Rui Barbosa, moralmente em tal situação, não podia apresentar-se na campanha presidencial com nenhum programa que realmente consultasse as nossas necessidades, nem mesmo estivesse à altura de sua grande inteligência".

Outro analista, José Maria Bello, também reconhece que Rui não tinha, para oferecer, um grande programa de construção jurídica e de inovação econômica, "peado, como deveria encontrar-se, pelos compromissos dos partidos que o sustentavam. Freqüentemente, preferia criticar os erros cometidos, em que prometia não incidir, a mostrar o que de novo poderia fazer. Aliás, na época, era generalizada a convicção de que todos os males do País se derivavam da falta de cumprimento leal e honesto da Constituição e das leis existentes. A democracia republicana preencheria a própria finalidade no dia em que pudesse libertar-se das comanditas políticas e escolher, livremente, os seus representantes. Ligado à situação

política que dominara São Paulo, a sua orientação econômica e financeira tinha de subordinar-se aos interesses do mais rico Estado da República. Portanto, intervencionista e protecionista, o que, sob muitos aspectos, correspondia a velhas idéias de Rui Barbosa. Não o preocupavam muito, tal se verificava mesmo entre os espíritos mais penetrantes de seu tempo, as questões que, hoje, chamamos genericamente de sociais. Dir-se-ia ignorarem todos eles que, além da frágil camada das avenidas urbanas e das clientelas burocráticas e eleitorais, vegetava, paupérrimo e largado dos governos, um Brasil imenso, inculto, doente e triste. As grandes palavras aprendidas no vocabulário europeu das democracias individualistas e formais da época curariam todos os males . . . Evitou Rui Barbosa também discursar sobre a política exterior, entregue às mãos, tidas como infalíveis no julgamento nacional, de Rio Branco . . ."

No confronto que se estabelecera entre a Campanha Civilista, percorrendo o País em ruidosas caravanas, servida por excelente publicidade, à maneira dos Estados Unidos e que se fazia aqui pela primeira vez, e a candidatura militar, promovida pelos jornais oficiosos e pelos políticos interessados, Rui simbolizava a afirmação da inteligência, da cultura e das tradições liberais, enquanto Hermes encarnava a candidatura militar, a imposição dos militares, a sustentação das oligarquias, a força odiada de Pinheiro Machado. A cada pronunciamento de Rui vibravam as elites e a mocidade. Sua chegada aos grandes centros era verdadeira apoteose. Em verdade, sua campanha limitou-se a São Paulo, Bahia e Minas Gerais, com passagens intervaladas pelo Rio de Janeiro. Eram das grandes concentrações que irradiava o calor de sua propaganda.

Se examinarmos, porém, a projeção social, é forçoso reconhecer que a participação política da Nação restringia-se às classes cultas. Mesmo assim, os profissionais liberais, os advogados, os médicos, os engenheiros, não se alistavam em grande número. A eleição era um negócio sujo. Na exaltação da cruzada civilista, muitos desses homens de categoria social que nunca haviam tido um título de eleitor se alistaram para votar em Rui. Não o puderam fazer porque não houve, praticamente, a eleição no Distrito Federal. Apenas duas seções funcionaram. As outras não foram abertas, não compareceram os mesários, não se permitiu o sufrágio, que sabiam destinado ao candidato civilista.

Se, entre os homens de categoria, o pronunciamento eleitoral era assim cerceado, quanto ao povo, povo mesmo, humilde, esse não entrava no jogo eleitoral. O voto não era obrigatório. Os analfabetos não podiam alistar-se. A votação que chegava às urnas representava uma minoria ínfima da Nação, expressando, apenas, os sentimentos e as reivindicações de uma elite.

Os hermistas não disputavam as preferências do eleitorado em comícios nem faziam caravanas, os pronunciamentos do marechal Hermes fica-

vam limitados às entrevistas e raras outras manifestações. As fortes máquinas eleitorais dos Estados e o apoio ostensivo dos militares asseguravam, de antemão, o resultado vitorioso.

Quanto ao financiamento da campanha, de lado a lado, houve abusos. Eram os cofres públicos que pagavam as caravanas, as despesas das excursões e dos propagandistas, as publicações nos jornais e toda a espécie de propaganda. Enquanto o governo de São Paulo e a plutocracia do café sustentavam a Campanha Civilista, o governo federal custeava a causa militarista. O Ministério da Agricultura tornara-se o órgão destinado a essas funções. Suas verbas eram empregadas na sustentação da propaganda hermista. A residência do senador Pinheiro Machado no Morro da Graça era o centro de aglutinação dos partidários da candidatura governista. Não se tratava, apenas, da distribuição farta de dinheiro. O que de mais intenso se fazia na esfera governamental era o empreguismo e a pressão sobre o funcionalismo.

Pela primeira vez, na História da República, os dois maiores Estados, Minas e São Paulo, divergiam na escolha do candidato. Mais, ainda, porque: enquanto a chapa civilista completava-se com o nome de Albuquerque Lins, governador de São Paulo, Hermes tinha como companheiro Wenceslau Brás, governador de Minas Gerais. Se, porém, a união política, resultante da analogia dos interesses econômicos, bem expressada no Convênio de Taubaté, foi abalada durante a campanha sucessória, passada a luta, voltaram os paulistas e mineiros ao bom entendimento em torno da valorização do café e da industrialização.

Em 1929, pela segunda vez, Minas e São Paulo desentenderam-se na partilha do poder. O presidente mineiro Artur da Silva Bernardes (1922-1926) sucedeu ao presidente paulista Washington Luís Pereira de Souza (1926-1930). Este não concordou com a candidatura emergente do presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, lançando a candidatura do presidente de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. Antônio Carlos revidou articulando a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. O desentendimento resultou na revolução de outubro de 1930.

O DEPOIMENTO DE HERMES

CAPÍTULO XVIII

Há fatos incontestes. Existem afirmações desmentidas. Acontece de tudo em uma campanha política extremada. A versão que ficou está plenamente influenciada pela Campanha Civilista, cuja expressão democrática dominou os acontecimentos. Nem por isso deve ser desprezado e permanecer desconhecido o depoimento de seu contendor, Hermes, fielmente reproduzido pelo seu filho e biógrafo. Ele começa falando de Nilo Peçanha, para contestar a afirmação de que, atendendo às conveniências de Pinheiro Machado, Nilo permitia que a máquina administrativa prestigiasse a candidatura hermista. Nilo: "Talvez tivesse sido um grande civilista, um ardoroso de Rui. Contudo, ao contrário do que afirmavam, jamais deixara estagnar o seu velado sentido político por ilógica compressão conformista. Conhecia bem Rui Barbosa e, como Pinheiro Machado, sabia que não podia haver pior adversário que esse político baiano."

Por esse tempo, a cidade do Rio de Janeiro apresentava um aspecto cativante de beleza urbana. Suas avenidas e seus parques eram excepcionalmente limpos e conservados; não havia o acúmulo e, consequentemente, a desordem citadina que hoje a caracteriza. Como tal, o espírito e a índole dos habitantes do Rio eram mais serenos, mais sociáveis, mais civilmente educados. As tardes de sábado se realçavam – uma vez que não havia a comodista e incompreensível "semana inglesa" – pelo desfile da elegância feminina e reunião das gentes de cultura e de prestígio. Enchiam-se as ruas Gonçalves Dias e Ouvidor, a avenida Central. A sorveteria Al-

vear, a Confeitaria Colombo e a Pascoal, como o famoso Café Papagaio, eram pontos de reunião seleta. Caprichava-se e tinha-se um particular aprimoramento no vestir; mais decência nos homens da rua, menos espavento nos homens do governo.

Nesse ambiente de razoável estrutura social, nesse mundo de acentuado e fino gosto, congregavam-se os elementos políticos, aliciavam-se forças partidárias para um excepcional movimento de opinião. E tal movimento de opinião já não se revelava como o costumeiro e banal fenômeno de submissão partidária, mas, sim como uma eclosão de profunda sentimentalidade individual e pronunciamento de alto interesse personalista. Com esse movimento acendiam-se, despertavam-se nos cidadãos, os adormecidos entusiasmos pátrios e nacionalistas. As opiniões não eram mais as fórmulas ditadas pelos interesses; eram, agora. manifestações espontâneas de aspirações e ideais; cada qual tinha a sua simpatia política e a alardeava e a apregoava com ênfase, defendendo-a com ardor.

Nesse instante, dentro de tal mentalidade, surgiram as duas candidaturas à chefia do governo do País, formando-se duas correntes de intenso e ardoroso labor partidário. Eram apresentados os nomes de Hermes Rodrigues da Fonseca e Wenceslau Brás Pereira Gomes, pela Assembléia dos republicanos, reunida a 22 de maio de 1909, e de Rui Barbosa e Albuquerque Lins, pela convenção reunida no Teatro Lírico, a três de outubro do mesmo ano, aos sufrágios do povo brasileiro para os cargos, Rui e Hermes, de presidente e, Lins e Wenceslau, de vice-presidente da República.

Logo que foi escolhida a chapa Hermes-Wenceslau pela assembléia dos republicanos, o conselheiro Rui Barbosa, que, desde muito, vinha sendo tenazmente trabalhado pelos seus amigos e admiradores, partia para São Paulo, em visita ao seu futuro companheiro de chapa. Antes de partir para o grande Estado bandeirante, dava à publicidade a sua resposta aos senadores Antônio Azeredo e Francisco Glicério, contida na carta de 19 de maio de 1909. Esta carta foi publicada no dia seguinte pelo jornal *A Tribuna* , de Antônio Azeredo. Teve inusitada repercussão nos meios adversos à candidatura Hermes da Fonseca. É longa. Além de demasiado conhecida, não caberia, aqui, neste trabalho, reproduzi-la na íntegra. Apenas reproduziremos os primeiros trechos, aqueles nos quais, para melhor afirmar sua tese, e num esperado jogo encomiástico de efeito psicológico, o autor ressalta a figura do seu futuro contendor.

"Considerei", diz o eminente brasileiro, "toda essa noite no assunto que ontem à tarde me vieram submeter, e sobre o qual lhe requeri essas horas de reflexão. Um grupo dos nossos mais eminentes chefes políticos, depois de uma deliberação celebrada anteontem, oferecera ao ilustre marechal Hermes da Fonseca a Presidência da República; e, S.Exa. res-

pondera declarando que aceitaria, sob a condição de anuirmos o barão do Rio Branco e eu.

"Sobremodo me honraram os termos em que o honrado marechal pôs a questão. Mas a natureza dele exige que lhe responda, sobrepondo-me às impressões do meu desvanecimento. Nem do outro modo guardaria a confiança com que fui distinguido e a lealdade que lhe devo.

"Bem antigas são as relações de mútuo afeto entre mim e o marechal Hermes. Datam elas da fundação da República no Brasil. Naquela época, naturalmente assinalada pelo desequilíbrio e pelas ambições, vi sempre destacar-se, entre os parentes de Deodoro, um tipo que me chamava a atenção, me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinteresse, pela sua severidade precoce, pela correção de sua atitude civil e de seu porte militar.

"Era o jovem oficial, em quem não conheci nunca uma pretensão, nem soube jamais envolvido numa intriga. Dir-se-ia que de sua consangüinidade próxima com o chefe do Estado se não lembrava ele, senão para ser o tipo das virtudes não-comuns.

"Elas atraíam e fixaram até hoje a minha estima, que as suas manifestações de apoio, em momento grave de perigo meu durante os períodos tumultuosos do regime, elevaram ao grau de amizade verdadeira e reconhecida. Muito me prezava e prezo de a cultivar.

"A farda que ele veste não constitui objeção ao exercício dessa magistratura suprema."

E prossegue longamente.

Além de não condizer com a forma pela qual foi planejado o presente trabalho, escapa, sem a menor dúvida, ao autor destas notas, autoridade para analisar esse curioso documento. Contudo (depois de assinalar-se que Rui Barbosa reconhece o quanto sempre lhe foi Hermes da Fonseca atento e prestimoso), notemos que não evitou o missivista, nessa carta, feias contradições. Assim, em determinado ponto, diz Rui:

"Se saída (a candidatura Hermes) do Congresso..." Mas, perguntamos nós: não foi essa candidatura levantada no seio daquela assembléia dos republicanos, toda constituída de congressistas, dentro dos muros do Senado? Mais adiante, torna a cair nesta outra lamentável contradição: "Se na escolha (de Hermes) não entra como razão dominante a consideração da classe, a que ele pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência que a faz recair sobre o seu nome." E mais adiante: "Achei ao volver dali (da conferência de Haia) o trabalho da nossa reorganização militar" (com este militar temos a impressão de que foi com as classes armadas, isto é, reorganização da Marinha também...) "em plena atividade nas mãos do marechal Hermes, e lhe dei todo o concurso da minha adesão, do meu aplauso, do meu (sic) entusiasmo." Como, pergunta-

mos nós, escapar a Rui Barbosa o motivo da indicação de Hermes da Fonseca como bom administrador?

Depois de historiar a insustentável persistência do presidente Afonso Pena, Rui Barbosa lamenta o tempo perdido e a insolubilidade de um problema que não se equaciona, não se soluciona tão facilmente. E diz: "Decorreram folgadamente cinco meses, aproveitados em organizar a cabala entre os Estados, a benefício dessa pretensão desastrosa. Quando, afinal, acordamos. viu-se que a candidatura oficial estava morta, não direi nas entranhas maternas (?), mas na cabeça olímpica do seu progenitor. As rivalidades, os interesses, os enredos políticos haviam consumado, entretanto, as suas devastações habituais; e, quando os chefes se congregaram agora, a fim de se concentrarem todos sobre um nome que se indique aos votos da Nação, para lhe tomar o leme do governo daqui a um ano e meio, não encontraram ninguém, a cujo respeito se possa estabelecer, ao menos, uma decisiva maioria. Ninguém..."

Contudo, encontraram. E o movimento popular, a campanha verdadeiramente empolgante que se travou em torno dos dois candidatos, foi aos píncaros do entusiasmo e da exaltação.

Duma feita, no largo de São Francisco de Paula, na escadaria da Escola Politécnica, Avelar Brandão, Coelho Lisboa, José Mariano, Lopes Trovão promoviam um grande comício, quando, ao se retirarem acompanhados de densa massa popular, tiveram, ao passar em frente ao Parc Royal, os passos embargados por outros cidadãos que, em clamor, opunham ao de Hermes da Fonseca o nome do barão do Rio Branco. Lopes Trovão parou e serenamente, com o seu natural *aplomb*, respondeu: "Escutai...", e formulou, em frases quentes e sonoras, o elogio das virtudes cívicas do grande chanceler; acentuou que os cidadãos que lhe barravam a passagem "estavam fazendo obra contra a individualidade consagrada de Silva Paranhos, arrastando-a ao terreno baixo, acidentado e malsão da política interna", assim como estavam trabalhando contra a Pátria, querendo privá-la dos serviços especiais do diplomata inexcedível que lhes aumentou a extensão territorial e lhes glorificou a reputação nos domínios da política externa. A sua missão, como ministro do Exterior, não estava ainda determinada, ele tanto o sentia que, implicitamente, o confessa na recusa irredutível aposta em todas as manifestações que lhe tinham sido feitas. "Insistir", dizia Lopes Trovão, "é leviandade, senão impertinência, que redunda em duvidar da firmeza de suas resoluções e da severidade de seu caráter."

Mas a época era das grandes abnegações partidárias, das violentas exaltações sectárias, com exuberante verbomania exibicionista. De ambas as partes destacavam-se oradores gongóricos ou incendiários.

Outra vez, quando, assistido por verdadeira multidão, no edifício da

União Operária, à rua Niemeyer, no Engenho de Dentro, acabava de efetuar um grande comício em prol da candidatura Hermes, Lopes Trovão, ao dobrar a esquina, deparou-se com outra multidão que, em atitude hostil, dava vivas a Rui Barbosa. Ao defrontá-la, Lopes Trovão imperioso e de chapéu na mão gritou: "E por que não?! Viva Rui Barbosa! Viva, muitas vezes viva! Viva para sempre essa grande individualidade que também é nossa, porque é uma das maiores mentalidades brasileiras, uma das maiores glórias nacionais!" E, como ninguém se pronunciasse, continuou: "Ah, guardais silêncio? Pois bem: ficai com as vossas convicções, ficai com as vossas opiniões, mas honrai o nome nacional de Rui – o soldado do Direito! Consenti que nós fiquemos com as nossas e nos batamos por elas, a bem da República, que é nossa, e da Pátria que também é nossa!"

Aquela famosa carta do dia 19 de maio, provocara uma angustiosa e tardia reação do conselheiro Afonso Pena, que já se encontrava bastante enfermo. Procurando invalidar a candidatura do barão do Rio Branco, sustentada pelo senador baiano, escrevia Pena a Rui esta carta, na qual, inclusive, apontava os maiores adversários dessa candidatura:

"Rio de Janeiro, 20 de maio de 1909.

"Meu caro Rui Barbosa.

"Na sua importante carta dirigida aos srs. senadores F. Glicério e A. Azeredo, hoje publicada, encontro uma referência à atitude por mim tomada com relação ao nome do barão do Rio Branco, ultimamente indicado por meu amigo para sanar a crise política do momento, que reclama retificação de minha parte.

"O general Pinheiro Machado procurou-me segunda-feira e, expondo os fatos políticos que se desenrolam a propósito da sucessão presidencial, me disse que o marechal Hermes lembrava o nome do barão do Rio Branco, acrescentando que alguns políticos, cujos nomes declino (general Glicério, drs. Lauro Muller e Francisco Sales), não aceitavam essa indicação. Não preciso dizer ao meu amigo que manifestei sobre a grande personalidade do nosso glorioso patrício o juizo que fazem todos os brasileiros.

"Não cabia, porém, aceitar ou recusar a sua candidatura, mesmo porque o general Pinheiro Machado não me fazia uma consulta, sim me punha o fato dos acontecimentos, conforme declaração que me fez.

"Compreendo que não posso entrar nas discussões e polêmicas que o assunto vai despertando, mas cumpro um dever dissipando do espírito do meu amigo o equívoco em que labora, nabilitando-o a formar juízo seguro sobre tão momentoso assunto.

"Terei mais tarde oportunidade para mostrar que, na apreciação de minha ação, meu amigo fez obra por informações incertas ou incompletas, conforme ponderei em minha carta de dezembro.

"Receba os melhores cumprimentos do
"Colega, amigo velho,

Afonso Pena."

A essa carta respondia Rui Barbosa, no dia imediato, com esta outra:
"Rio de Janeiro, 21 de maio de 1909.
"Meu caro Afonso Pena.
"Obrigado pela sua carta de ontem à noite, e pela retificação que ela contém. No ponto a que ela se refere, porém ou em qualquer outro, se houve quebra de exatidão, não de minha parte.
"Cogitando na candidatura do barão do Rio Branco, bem vi que ele, seu ministro, não a podia aceitar sem o seu *placet*. Por isso ficou assentado formalmente, entre mim e o senador Pinheiro Machado, que ele com V. conversaria a este respeito solicitando o seu assentimento. Dias depois se me comunicou havê-lo V. recusado. Como imaginar eu que esta não fosse a expressão da verdade. Se o não é, lamento que outros, em quem eu não podia deixar de confiar, não a guardassem.
"Eu de mim tenho por norma absoluta, a respeito de todos os interesses políticos, observá-la sempre. Se não voltei afinal à sua casa, em dezembro, atendendo aos seus pedidos, foi porque a imprensa adita ao governo começou a divulgar, atribuindo-as falsamente a meus amigos, indiscrições e *adulterações* acerca da nossa correspondência escrita, donde era de esperar que conferências verbais se prestariam ainda melhor à desnaturação malévola desses exploradores. Nunca é tarde, entretanto, para receber esclarecimento como o que V. ora me fornece e que lhe agradeço muito.
"O seu velho colega e amigo,

"Rui Barbosa."

A conveniência da transcrição, na integra, dessas duas cartas está em que nelas se evidencial sensível e angustiante incompreensão geral, resultante de suscetibilidades feridas e espicaçadas; e, também, como prova evidente não só de não ter Pinheiro Machado sugerido ou pensado sugerir jamais a quem quer que fosse o nome do marechal Hermes da Fonseca como candidato à Presidência da República, como, desse chefe militar insinuar-se, ele mesmo, para tão alto cargo.

Essa campanha eleitoral hermista-civilista ficou assinalada nas páginas da História política do Brasil, como um dos mais renhidos e violentos prélios. Assim é que, por vezes, extremaram-se os contendores em recursos pouco recomendáveis. Basta respigar, dentre a avalanche de editoriais da imprensa da época, estes dois, que revelam, na reciprocidade de acusações, a violência e o entusiasmo dos adversários. Acusavam os civilistas, constantemente, aos hermistas, de carregarem na votação. Por sua vez, em um desses editoriais, *O País* aludia a uma circular civilista, dirigida aos chefes do partido, recomendando-lhes que, no resultado das

eleições, diminuíssem 20% na votação de Hermes, ao mesmo tempo que aumentassem 20% na votação de Rui. Não era acusação gratuita que essa folha fazia. "Vimos", dizia o referido editorial, "uma carta circular, escrita e assinada pelo sr. Cincinato Braga, o inteligente e tenaz diretor da Campanha Civilista, cujos termos vamos transcrever, para demonstrar de vez o embuste com que os jornais do sr. Rui Barbosa andam a engodar o público. É em presença de um documento autêntico, de uma eloqüência irrefutável, verdadeiro corpo de delito de um crime premeditado, que vamos confundir os nossos adversários, deixando evidentemente provada a falcatrua a que o civilismo recorreu, para fingir que o seu candidato alcançou a vitória nas urnas. Acreditamos que o sr. Rui Barbosa ande iludido pelos seus próprios amigos, mais interessados ainda do que S.Exa. em ganhar a partida, *seja como for*. O documento que hoje damos à publicidade deve curar de vez as cataratas que o senador baiano parece ter nos olhos, levá-lo a proceder com a lealdade a que é obrigado um homem da sua estatura, não dando a co-participação da sua responsabilidade em uma tramóia indecorosa, indigna de quem tem um nome a zelar, e de quem como S. Exa., tem responsabilidades perante a Nação. Siga o sr. Rui Barbosa o exemplo do sr. Bryan, neste momento nosso hóspede, confessando honradamente sua derrota, e conformando-se com a vontade do eleitorado."

Depois de profligar ainda tal procedimento, continua: "Leia o público as instruções eleitorais que o sr. Cincinato Braga deu aos seus amigos do interior: "Por conveniência que seria longo explicar-te, é necessário que, em todos os telegramas que expedires dando os resultados da eleição desse município e das localidades circunvizinhas (seja a mim, seja para *O Diário*, ou para o Brito – Carvalho de Brito – ou para o *Correio do Dia* , todos já avisados), você adote sempre este expediente: subtrair aos Hermes – Wenceslau 20% dos votos que tenham obtido. Assim, por exemplo: em dado lugar o resultado real foi de fato: Rui 600 votos, Hermes, 453, o telegrama, dando notícias desse resultado, será assim concebido: Rui, 720, Hermes, 363. Compreendes? Assim que receberes esta, passa ao *Diário* este telegrama: Recebi carta. Estamos muito animados. As notícias de toda a parte são ótimas. Sempre Amº Ob. a) Cincinato Braga." E termina: "Convidamos o sr. Cincinato Braga a vir a público declarar que essa carta não foi escrita e assinada pelo seu próprio punho."(*O País*, 21 de março de 1910).

Num assomo de vergonha, o *Correio da Manhã* do dia seguinte lavrava um protesto: "De Parte a Parte Misérias" é o título: "Que o hermismo", diz o *Correio*, "repelido pelo povo brasileiro lançasse mão de expedientes indecorosos para falsear a verdade e iludir a Nação, compreende-se... Era este o recurso pronto e fácil que a desonra das oligarquias deparava aos empreiteiros da candidatura odiosa do marechal Hermes. O que, po-

rém, não se pode admitir sem um estremecimento de indignação sincera que faz descrer de tudo é que os politiqueiros purificados à sombra da reação civilista se tenham rebaixado a pôr também em prática processos idênticos aos do hermismo. Tal como a compreendemos, tal como a pregamos, a reação civilista é a luta pela regeneração política do País, luta em que os cidadãos empenharam a sua honra cívica e, sendo preciso, darão a própria vida. A nossa força, a nossa grande arma é a verdade e a sinceridade que repele, altiva, os pequeninos conluios da politicagem e da fraude. O hermismo é o interesse congregado do marechal, cuja espada as oligarquias bandalhas empunham, para se defender contra o ataque da indignação nacional. O civilismo é a idéia, a liberdade, a dignificação da Pátria, que aspira a um governo liberal e honesto, tendo à frente o cidadão mais culto e amado do Brasil – o senhor Rui Barbosa.

"Para nós do *Correio da Manhã*, que, sem poupar esforços e sem medir sacrifícios, com a dedicação de quem defende um ideal ao lado do povo, temos combatido pela reação civilista; para nós, foi uma triste vergonha a declaração que o sr. dr. Cincinato Braga fez ontem, pelos jornais paulistas, de haver mandado descontar em telegramas para aqui expedidos 20% no resultado das votações do marechal, aumentando de igual cota as votações do senador Rui Barbosa. Quando esse procedimento desleal foi divulgado, nós, que seguimos um caminho honesto e limpo, supusemos que fosse mais um aleive do hermismo. Infelizmente, a confissão do sr. Cincinato Braga aí está para destruir qualquer dúvida.

"O público que nos acompanha notou de certo as precauções e os escrúpulos com que nos empenhamos nesta Campanha Civilista. Só entramos nela, de corpo e alma, depois de ouvirmos a palavra inspirada e nobre de Rui Barbosa e nos convencermos de que realmente havia nele a centelha divina do amor e do patriotismo, capaz de todos os sacrifícios para levar a cabo a obra de nossa regeneração política. Até então, havia dúvidas no nosso espírito. E essas dúvidas provinham exatamente da funesta influência que, de futuro, vencedor o civilismo, a política paulista viria a ter na nova ordem de coisas. Dessa política têm provindo os maiores males da República. Ela chama-se Campos Sales, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos, Glicério, quer dizer: acanalhamento, corrupção, suborno, tendo por cúpula a 'política dos governadores', que é uma criação genuinamente paulista.

"Desgraçadamente, os primeiros passos do civilismo foram amparados pela corrupção paulista; depois veio o povo, fez do civilismo a grande causa nacional. Agora, no momento da vitória, a fraude paulista revela que nos rebaixamos aos mesmos processos dos nossos adversários, mentindo como eles!"

Duas indiscutíveis verdades ressaltam desse desabafo violento do jornal de Edmundo Bittencourt: o apoio e a contribuição dos oligarcas à

candidatura do marechal Hermes da Fonseca como resultante do esforço pessoal do general Pinheiro Machado, que supunha, com a criação do Partido Republicano Conservador (idéia do marechal Hermes), poder assim, mais facilmente, constituir um bloco político sobre o qual assentaria a sua força e o seu prestígio nascente de "chefe supremo da política nacional", contando, outrossim, com a sua sugestão pessoal sobre o futuro presidente, no sentido de, por induzida conveniência, anular-lhe a intenção antioligárquica. Não contava, não imaginava o pertinaz senador gaúcho, que esses intuitos de seu amigo, o marechal Hermes da Fonseca, deflagrassem as incoercíveis e violentas ambições que, não só lhe desarticulariam os projetos, como deturpariam e desmereceriam as intenções saneadoras do futuro chefe da Nação.

A outra verdade é a que nos deixa entrever o quanto a falta de escrúpulos nos métodos aplicados era evidente; e o quanto essa evidência irritou a própria gente civilista contra aquele que se considerava com a legítima paternidade do mesmo civilismo, isto é, contra São Paulo e os paulistas.

O marechal Hermes da Fonseca, nessa altura, apesar de não se desinteressar inteiramente pelo desenrolar dos acontecimentos, já se mostrava um tanto atemorizado com as proporções da luta. Já se encontrava na Europa, para onde partira, em viagem de recreio, a 20 de abril de 1910.

ACORDO INTERNACIONAL DE HIGIENE

CAPÍTULO XIX

Sufocada a insurreição popular, a lei da vacinação obrigatória deixa também de ser posta em vigor e grande parte da população do Rio de Janeiro permanece sem ser vacinada. Há, efetivamente, uma queda na incidência da enfermidade na população nos três anos subseqüentes à campanha. Por isso mesmo houve um relaxamento, um desinteresse pelo combate sistemático. Como resultado, em 1909, sendo Oswaldo Cruz ainda diretor da Saúde Pública, a cidade sofre um dos maiores surtos epidêmicos de varíola de sua história: o número de óbitos ultrapassa nove mil pessoas.

Mesmo com as oposições que suscitam, as campanhas sanitárias permitem a Oswaldo Cruz lograr grande ascendência sobre as políticas de saúde implantadas no Brasil no início deste século. Em 1908, é criado o Instituto Oswaldo Cruz, em substituição ao Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, de 1907. O prestígio conquistado por Oswaldo Cruz, somado à consolidação dos interesses da burguesia agrária paulista, em termos nacionais, possibilita, inclusive, o declínio do Instituto Bacteriológico de São Paulo, concentrando-se no Rio de Janeiro, a partir de 1908, as principais decisões no campo.

Ainda em 1908, o governo brasileiro entra em acordo com os governos da Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suíça e Egito para o estabelecimento de uma repartição internacional de higiene pública. Tendo em vista as vinculações comerciais crescentes entre estas diferentes formações, a repar-

tição tem por fim principal levar ao conhecimento dos Estados participantes, fatos e documentos de caráter geral que interessem à saúde pública, sobretudo em relação à cólera, à peste e à febre amarela, assim como as medidas tomadas para combater essas moléstias.

1º DE MARÇO

CAPÍTULO XX

Nessa eleição de primeiro de março de 1910 era a primeira vez que os brasileiros acorriam às urnas para votar, escolhendo um dentre dois candidatos, após uma campanha violenta e polêmica. Dado o entusiasmo, esperava-se grande comparecimento.

Ao contrário do que se desejava, o espetáculo foi triste. Na Capital da República, Rio de Janeiro, principal centro político do País, as seções eleitorais não abriram em sua quase totalidade. Faltaram os mesários. Houve conflitos. Procurou-se evitar a votação que de antemão se previa favorável a Rui Barbosa. Nas outras capitais, o espetáculo não variou. Em São Paulo e na Bahia, grande votação para Rui. Nos outros Estados, a máquina governamental das oligarquias locais prescindia da concorrência eleitoral. Cada governador estava comprometido a fornecer o número de votos que foi proclamado.

É preciso remontar àquele tempo e reconstituir o cenário onde se realizaram as eleições. Convém lembrar que, no Interior do País, predominavam os "coronéis", que eram os donos de um singular eleitorado que se denominava "de cabresto", porque era conduzido à maneira de gado para as concentrações, que se chamavam "currais". Só então, os cabos eleitorais entregavam aos eleitores os títulos eleitorais, de vivos ou mortos, sem retrato ou nenhuma outra forma de identificação. Juntamente vinha a cédula. O voto era colocado na urna a descoberto, quer dizer, sem cabina indevassável, ou qualquer outra forma de sigilo, antes permitindo a fiscalização direta do fiscal do governo, ou do "coronel", de modo

a não permitir a menor discrepância. Na hipótese, quase impossível, de haver predomínio da oposição em uma seção eleitoral, os capangas do governo tumultuavam as eleições, arrebatando as urnas para fraudarem em lugar seguro, assegurando a vitória.

A fraude não era praticada, apenas, pela situação. Dentro das distorções do sistema eleitoral, a oposição, também se garantia nos vários redutos onde tinha a maioria.

Apenas nos grandes centros havia algo parecido com uma eleição. O povo votava quando o permitiam, quando o deixavam votar, manifestando livremente suas preferências.

Naquele primeiro de março de 1910, quando houve uma eleição, embora incompleta e incorreta, a votação nos grandes centros, consagrou o candidato da oposição.

Nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte, o resultado foi: Hermes, 86.659; Rui, 4.410. Na Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo: Hermes, 60.618; Rui, 1.429. Na Bahia, Rio de Janeiro e no antigo Distrito Federal: Rui, 68.584; Hermes, 32.459. Em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso: Hermes, 97.468; Rui, 56.578. Em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: Hermes, 85.607; Rui, 68.561.

Em Minas Gerais, de onde vinha o candidato a vice-presidente, Rui denunciou: "O infortúnio de ser ao mesmo tempo a região onde a interferência administrativa consuma com mais desembaraço a dilapidação dos dinheiros do Tesouro alargou mais sistematicamente o território de contingentes policiais, praticou mais sem escrúpulos o suborno, deixando, em contraste com a atitude viril das populações, vestígios indeléveis, que hão de imortalizar esta época justamente entre as mais interessantes e as mais tristes da política mineira."

Comentando os acontecimentos da Capital da República, Rui aponta o primeiro de março como "uma orgia infame". Aproveitando a última revisão do alistamento, entre dezembro e janeiro, cerca de dois mil cidadãos, a escol de nossos intelectuais, de nossa gente mais culta, os médicos, os advogados, os engenheiros, os industriais, os capitalistas, os escritores, juntamente com a grande massa proletária, inscreveram-se pela primeira vez, animados pela Campanha Civilista. Todos os prognósticos eram favoráveis a Rui Barbosa. Ninguém ousaria pensar que ousassem suprimir as eleições na Capital da República e substituí-las por um amontoado de atas falsas.

O Distrito Federal contava com 96 seções eleitorais. Delas, apenas 25 puderam funcionar, porque nas 71 restantes não se reuniram as mesas, os livros de atas foram subtraídos pelos agentes do correio. Rui Barbosa, com os inúmeros amigos da mesma qualidade social, andou de seção em seção, sem que conseguisse votar. O presidente do Congresso Nacional,

Quintino Bocaiúva, também procurou, inutilmente, uma seção onde pudesse depositar o seu voto. Outros próceres, inclusive Pinheiro Machado, viram e assistiram ao fato espantoso de uma eleição presidencial em que a Capital da República não votava. Contudo, as atas das 71 seções que não se abriram no dia primeiro de março apareceram fabricadas, com todas as aparências de legalidade. A secretaria do Senado, servindo de base a todas as comissões apuradoras.

JUSTIÇA ELEITORAL POLÍTICA

CAPÍTULO XXI

Não havia a Justiça Eleitoral, que seria instituída só pela Constituição de 1934. A apuração das eleições era o último ato da farsa em que se formavam as representações legislativas e executivas. Por isso, Rui levou até a derradeira instância, ao Congresso Nacional, como assembléia apuradora das eleições presidenciais, seu protesto e suas denúncias.

Falou "a tempo e fora de tempo", como recomenda o apóstolo. Nos prazos e requerendo novos prazos. O advogado notável, o jurista insigne, o orador famoso, o polemista temido, o político ilustre, o servidor de dois regimes que o haviam solicitado e distinguido, denunciava a seus pares a corrupção, a violação da lei e a imposição da força, o cancro da fraude que corrói a República, emasculava a representação política, exauria, de sua autenticidade, o sistema representativo. Analisou ata por ata, apontando os grandes erros, como a subtração de 46 mil votos em São Paulo. Porque nesse Estado, de onde provinha o vice-presidente da chapa civilista, a severidade dos apuradores caiu "a golpe de montante, ao mesmo passo que os três Estados vizinhos, dos quais um até contíguo, não enxergam nada que cortar senão nos votos e a pressão oficial não vingou roubar as oposições. Com o Estado civilista, microscópio e esmeril; com os do governo militarista, vista grossa e ouvidos de mercador. Graças a essas normas, nada sofreu a votação do marechal nos três Estados onde a eleição se ressentia dos vícios mais graves, enquanto naquele onde se ce-

lebrou a mais pura e mais exemplar da República os nossos votos eram destacados em mais da metade".

Em sua invectiva Rui afirma: "O Congresso não apurará: elegerá o marechal Hermes."

Foi nessa ocasião que Rui apresentou o confronto que se tornou clássico, entre a couve e o carvalho: "Embora, porém, tais sejam os destinos imediatos da nossa causa, não a podemos desamparar. Enquanto Deus nos dê um resto de alento, não há que desesperar da sorte do bem. A injustiça pode irritar-se, porque é precária. A verdade não se impacienta, porque é eterna. Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje ou para quando, o caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano."

Dentre todas as questões suscitadas pelas eleições de primeiro de março, houve uma em que Rui se esmerou: a inelegibilidade da candidatura do marechal Hermes. O debate não foi aberto só quando o caso já se tornara irreparável para o candidato militar.

A acusação lhe foi feita imediatamente depois de adotado o seu nome pela convenção que o apresentou. Ao abrir-se a revisão do alistamento a dez de dezembro, Hermes deveria habilitar-se, legalizando a sua candidatura com a obtenção do título de eleitor. Não o fez, em conseqüência da atitude, assumida pelo governo, de o Conselho Municipal negar legitimidade à junta de alistamento. Essa impregnação visara obstar a revisão na Capital federal, onde, presumidamente, ela traria um reforço eleitoral à candidatura civilista. Assim Hermes deixou de alistar-se.

No calor da campanha, esse vício foi apontado quando o interessado tinha ao seu alcance a ocasião de se alistar até dez de janeiro.

A argüição da inelegibilidade, formulada contra Hermes, baseava-se no artigo 41, parágrafo terceiro da Constituição de 1891: "São condições essenciais para ser eleito presidente ou vice-presidente da República: 1º) ser brasileiro nato; 2º) estar no exercício dos direitos políticos; e 3º) ser maior de 35 anos." Rui argumentava que Hermes não podia ser eleito presidente da República por "não estar no exercício de seus direitos políticos".

Analisando jurídica e gramaticalmente o texto constitucional, Rui argumentava que o verbo *estar* se aplicava no momento em que o cidadão é eleito. A existência da condição tem de coincidir com a ocorrência da eleição, logo, o cidadão brasileiro que, ao tempo da eleição, não estiver no exercício dos direitos políticos não será elegível.

Argumentava que, *antes* da eleição, tinha sido o marechal Hermes ministro de Estado e fora membro do Supremo Tribunal Militar. Eram si-

tuações na administração pública e na judicatura nacional cuja efetividade constituía o *exercício de direitos políticos.* Mas renunciou a essa magistratura elevada precisamente no intuito de se habilitar para a candidatura. Não havia dúvida nenhuma de que o marechal *tivera* o exercício dos direitos políticos, já não o tinha, porém, quando foi votado. O marechal estava nas condições de ser eleitor, era *alistável* e, sendo alistável, os seus adeptos concluíam que *exercia* como tal os direitos políticos reunidos na função de eleitor. Mas o *alistado* não dispõe senão da capacidade para se alistar e, como simples alistando, excluído está da atividade eleitoral.

Todo o saber e toda inteligência de Rui Barbosa esmeraram-se na análise do texto constitucional. Hermes, em seu parecer, era inelegível; conseqüentemente, era nula a votação que recebera.

A FRAUDE

CAPÍTULO XXII

As atas, examinadas uma a uma, evidenciavam a sua falsificação, feitas a "bico de pena",onde o mesmo indivíduo, com a mesma letra, assinava vários nomes, muitas vezes truncados, ou de eleitores mortos, os chamados "fósforos", cujos títulos permaneciam em poder do "cabo" eleitoral.

A contestação civilista examinou a questão do comparecimento e as porcentagens de freqüencia mundial. Apresenta os resultados de eleições em vários países europeus, para cotejar, afinal, essas médias com as nossas. Organiza um mapa demonstrativo, onde os vários Estados brasileiros se graduam, na ordem progressiva da densidade apresentada pela sua população. Por ele se evidencia que a densidade média da população brasileira era de 3,85 indivíduos por quilômetro quadrado. Seu trabalho de contestação foi exaustivo. Desceu a Estados e municípios. Ata por ata. Apresenta, com um exemplo de irregularidade das apurações, São Paulo, onde o resultado oficial registrou o comparecimento de 103.115 votantes, num alistamento de 202.712, onde faltaram 99.597 eleitores, ou seja, uma proporção dos votantes para os alistados de 51%: nada mais. São Paulo, nessa eleição incomparável, com as duas partes empenhadíssimas em subir, cada qual ao mais alto grau, a eleição de seu candidato, não alcançou juntar, nos comícios de primeiro de março, mais de 51%, podemos dizer, meio eleitorado. São Paulo, com a sua densidade de população. São Paulo, com a sua imensa viação férrea. São Paulo, com a sua vigorosa organização de partidos. São Paulo, com a sua riqueza, a maior do

Brasil, com a florescência das suas cidades, sem rival entre nós, com sua circulação de entusiasmo, a que nenhuma classe escapava. Logo adiante enumera os resultados de outros Estados, onde venceu a chapa hermista, com comparecimento de 70% a 80% do eleitorado! "Esses dados são mais que objetos para autorizar a conclusão com que vamos terminar. O exagero das percentagens de comparência eleitoral não é um caso esporádico, nem um fenômeno acidental. É o traço constante nos documentos oficiais do escrutínio toda vez que ele se ressente da falsidade.

"Esta característica indefectível acompanha as eleições imaginárias, como a sombra ao corpo, constituindo, invariavelmente, a prova mais certa da sua irrealidade.

"Não se trata de uma consideração adminicular a outra mais decisiva. Não. Nenhuma é mais concludente, mais direta, mais indefectível do que esta. É, por assim dizer, entre nós, *a prova específica da falsidade eleitoral.* da eleição pelas atas, do escrutínio em papel."

Rui assinala, ainda, a característica de pertencerem os signatários do manifesto que apresentou a candidatura Hermes à assembléia que, um ano depois, haveria de apurar a eleição pleiteada entre essa chapa e a outra. Saindo, pois, das urnas eleitorais, na mesma época, o tribunal verificador não se poderia comprometer, de antemão, com uma das partes no litígio, cujo conhecimento Rui lhe incumbe:

"Cuidadosamente discriminados, uns dos outros pelos seus nomes, se ostentavam, ali, os Estados todos, nos vários grupos dos seus representantes, numa série temeranda. Crer-se-iam outras tantas coortes, outras tantas campanhas de milícia em som de guerra. Mas não era: eram simplesmente a maioria do Congresso, árbitra da eleição do presidente, pela verificação, que lhe cabe, do processo eleitoral, contrapondo o vulto, a massa, a rocha de sua arregimentação partidária nas bandeiras de uma candidatura à independência do voto da Nação, que o nosso direito constitucional, confiando-lhe essa prerrogativa, a incumbia de guardar. A significar alguma coisa, eis o que esse manifesto significaria: a notificação prévia, ao eleitorado brasileiro, de que a vitória de qualquer outro candidato se viria a despedaçar, na apuração, de encontros às arestas daquele penedo."

Respondendo, antecipadamente, à eventual acusação de que, também senador, recomendara a candidatura Afonso Pena, Rui faz a distinção: "Ainda quando idênticos fossem os dois casos, o alvitre se não sustentaria, diante das razões de moralidade política e verdade constitucional que o condenam. Nunca nos julgamos chumbados em hipoteca eterna aos erros anteriores da nossa vida. Antes nos ufanaremos sempre das nossas contrições e conversões, enquanto forem do mal para o bem, do erro para a verdade. Nem mesmo nos atos judiciais todo o caso julgado consti-

tui aresto e estabelece jurisprudência. Ora, se assim é no estrito domínio da justiça, onde impera a norma dos textos escritos, que fará no terreno opinativo das coisas de governo, onde tantas vezes a apreciação inexata das conveniências, ou das hipóteses ocorrentes, nos transvia na aplicação dos princípios superiores? Reconhecendo tudo o que uma vez existiu, tudo o que em algum tempo se praticou, pelo mesmo fato de se haver praticado, ou existido, o caráter de aresto, não haveria sistema, atentado, ou subversão, que os não achasse, a pedir de boca, na História deste País. O maior precedente político nos anais do Brasil é a monarquia, que representa quase 70 anos da nossa existência nacional, contra apenas 20 de vida republicana. O maior dos nossos precedentes sociais é o cativeiro, de cujo suor se embebeu todo o nosso passado e se fez toda a nossa riqueza. Na República, o precedente que domina as nossas origens é a insurreição militar. Depois, em plena Constituição, a ditadura, a guerra civil, o assassínio político, o extermínio dos vencidos, a trucidação dos prisioneiros, o atentado contra os dias do chefe da Nação.

"Essa fase dos trágicos precedentes se encerrou com a consolidação do governo civil. Entraram, porém, a florescer os de reação contra as nossas conquistas liberais, mutilando-se o júri, invertendo-se a anistia, abusando-se do estado de sítio, exagerando-se os privilégios fiscais, favorecendo-se a prisão arbitrária, cerceando-se as garantias da propriedade, abreviando-se, monstruosamente, em favor do Estado, o termo da prescrição extintiva, carregando-se com a agravante inconstitucional da retroatividade as leis já opressoras. Não é que não
republicano, tradições boas e louváveis. A nós, porém, agora não cabe senão indicar por maior as ruins, para evidenciar que nem todos os precedentes se revestem de autoridade.

"Neste caso, estaria o manifesto de 1905, se a sua assinatura pelos membros da Câmara e do Senado encarasse a mesma intenção e traduzisse a mesma atitude que significava no manifesto de 1906. Na primeira dessas duas datas, a ausência de luta, a conformidade geral, no mundo político, a respeito da candidatura apresentada, adormeciam o senso crítico da opinião, tornando-a indiferente à ocorrência de irregularidades na maneira de levar por diante uma resolução, em que todos se achacavam acordes (...)

"Na unanimidade em que estávamos sobre a adoção da candidatura Afonso Pena, bem natural era que recorrêssemos ao meio mais fácil de a recomendar, sem nos determos no exame de sua curialidade e lhe advertimos os defeitos. Estes, aliás, a esse tempo, não eram os mesmos que ao presente. Naquela época, recaindo todos os votos sobre uma candidatura, e estando ela sozinha, não tinha o Congresso Nacional que se pronunciar entre duas eleições. Ali, portanto, se não havia de pôr à prova a sua imparcialidade, nessa operação decisiva, em que uma maioria preve-

nida e comprometida tem os meios de substituir o eleito da Nação pelo seu. Reduzida, quase como um aritmógrafo, à função automática de contar os sufrágios eleitorais, não lhe cumpria exercer, como hoje, a de os apreciar, recusar e subtrair pronunciando-se entre os interesses de vários candidatos.

"(. . .) Não eram, portanto, deputados e senadores que se comprometiam como homens políticos. Eram homens políticos que se comprometiam como senadores e deputados. A assembléia apuradora da eleição do primeiro de março previamente a dava por apurada no categórico asserto de que o seu manifesto era a voz da Nação e o seu candidato o candidato nacional."

Ainda uma vez, socorre-se Rui do exemplo estrangeiro. O exame acurado do processo de apuração leva Rui a concluir que senadores e deputados, "membros do tribunal constituído para apurar os votos da Nação, antecipadamente declarastes empossado por ela o vosso candidato, e destes antecipadamente por certa a sua eleição.

"O que ela foi, acabamos de o mostrar. Apesar de toda a vossa parcialidade, não pudestes deixar de reconhecer ao candidato civil mais de 200 mil votos. Como, porém, obtivestes essa maioria com que dais a Presidência ao vosso? Com a mesma boa vontade com que, no dia imediato ao escrutínio, já o vosso chefe telegrafava para os Estados remotos a eleição do marechal por 400 mil votos redondos.

"A ilegalidade e a fraude, mas sobretudo esta, foram as criadoras dessa mentira colossal. Postas de lado uma da outra, apurada a eleição com a verdade, a lei e a honra, o candidato militar conta apenas 125.392 votos, e os do candidato civil sobem a 200.359. A maioria é nossa, e monta a 73.967 sufrágios. Por ela está eleito o candidato civil. É o que a nossa contestação acaba de provar irrefragavelmente (. . .) Já estávamos na posse das edilidades e congressos, dos senadores e deputados eleitos pela fraude. Vamos aplicar à eleição do presidente da República o mesmo processo. A fraude vai ter o seu presidente.

"Hoje se desmentiu a notícia, há dias estampada na imprensa, que tínhamos razões para considerar verdadeira, de que o vosso parecer já estava lavrado, há mais de uma semana. Afirmais que não. O vosso parecer estava ainda ontem na forja. Mas será firmado hoje. Quer dizer que da nossa contestação não conhecera. Podia, pois, estar lavrado há um mês. Era o mesmo (. . .) Tudo é harmônico no curso desse atentado que dura há 14 meses, e vai durar quatro anos, com uma sucessão cujo termo não se sabe. Estamos agora no começo do fim. Vai cessar a impaciência das brigadas. O comandante da primeira não precisará visitar outra vez, fardado, esta casa. Vão terminar as passeatas militares. Vão emudecer os exercícios aqui da vizinhança, com que, expressivamente, durante os nossos trabalhos de estudo eleitoral, se nos azoinavam os ouvidos. A passo

de assalto agora. Não há que remanchar, quando se trata de dar um salvador à Pátria. Diante dele ninguém vos poderá tirar o merecimento exclusivo dessa liberalidade. Assim vo-la ele, ao menos, agradeça. Porque vós tereis sido os seus eleitores. O País não. O marechal Hermes não podia ser eleito, nem o foi. Não o podia ser, porque é inelegível. Não o foi; porque a sua inculcada maioria se compõe de sufrágios demonstradamente nulos."

Um cronista político contemporâneo, Sertório de Castro, descreve a sessão do Congresso em que foi proclamado o resultado: "O Congresso, convertido em poder verificador, e tendo como líder de sua maioria o antigo general das 21 brigadas, senador por São Paulo, que depois de um tão demorado colapso voltava a ocupar um posto de evidência política, funcionou durante todo o seu trabalho ouvindo os toques de clarins e os dobrados marciais dos corpos da famosa segunda brigada estratégica, comandada pelo general Mena Barreto, que todos os dias desfilavam em exercícios sob as janelas do edifício do Senado, nas horas em que ali ecoava a voz de Rui Barbosa na defesa de seus direitos de candidato eleito, já irremissivelmente condenado pelo parecer da maioria que destruía, com quatro penadas, a argumentação e a documentação que faziam de sua exaustiva contestação um monumento de lógica e elucidação, uma comprovação irresponsável do amontoado de fraudes e de vícios insanáveis sobre os quais fundava-se – sobretudo nos montões de atas procedentes do Norte – a vitória da chapa Hermes da Fonseca-Wensceslau Brás."

O parecer estava aprovado, reconhecidos e proclamados estavam os dois candidatos, seis dias antes que Rui Barbosa houvesse terminado seu trabalho!

Quando o presidente do Congresso, que era Quintino Bocaiúva, proclamou eleitos os candidatos daquela clamorosa alquimia eleitoral, prestou Barbosa Lima uma expressiva manifestação de respeito a tal resultado. Na primeira sessão preparatória daquela assembléia parcial e comprometida, já se havia conservado coberto no recinto, mantendo na cabeça seu chapéu de feltro desabado. Nesse encerramento da farsa constitucional, como um girondino no seio da convenção, trepou numa cadeira e exclamou várias vezes, com sua voz solene, calorosamente secundado pela multidão que enchia as galerias:

"Viva a República civil! Viva o senador Rui Barbosa."

João de Siqueira, levantando os braços para o ar, caminhando pelas bancadas, gritava como um alucinado:

"Viva o marechal Hermes da Fonseca! Viva o presidente eleito!"

Lá fora estouravam bombas e foguetes, rufavam tambores, soavam clarins. O recinto encheu-se de estranha animação, manifestando-se todos, caminhando de lado para outro. Campos Sales, senador, barba e ca-

belos brancos, tendo substituído os trajes de cores garridas pela austeridade de uma invariável sobrecasaca negra, havia dado seu voto contra o vice-chefe do governo provisório, de que fora ministro da Justiça, reconhecendo o candidato não eleito que São Paulo combatera.

Tudo se consumava com o apoio, o estímulo e os aplausos do Rio Grande, e com a sanção do chefe soberano de sua política, o benemérito Borges de Medeiros, de quem era um desdobramento e uma emanação direta, no concerto da política federal, o valoroso general Pinheiro Machado.

"A revolução está vencida, mas o governo está morto!", disse o senador Pizarro por ocasião do movimento que deu lugar, na Argentina, à renúncia de Juarez Celman. Era o que também se podia repetir naquele momento: a Nação estava vencida, mas o governo que deveria inaugurar-se a 15 de novembro de 1910 nascia morto!

O JARDIM FENECEU

CAPÍTULO XXIII

Afonso Pena não precisava da República para afirmar-se como homem público. Conselheiro do Império, como Rodrigues Alves e Rui Barbosa, foi ministro de três pastas e figura destacada do Partido Liberal. Não era sequer, daqueles liberais que constituíram a ala radical, formando, depois, o primeiro Partido Republicano. Aguardou o novo regime tranqüilamente, não se apressou em aderir, mas aceitou, com a responsabilidade que tinha em seu partido, a República, que reclamou os seus serviços, entregando-lhe o governo da antiga província, transformada em Estado de que foi o segundo presidente constitucional.

No mais alto posto da administração mineira, ligou seu nome à mudança da capital, proeza que só outro mineiro – Juscelino Kubitschek – repetiria, muitos anos depois, na escala federal, com a criação de Brasília. Aprovada pelo Congresso estadual, a resolução que estabelecia o novo centro político-administrativo, anseio do povo mineiro, Afonso Pena deu execução à edificação de Belo Horizonte, cuja avenida principal em justa homenagem tem o seu nome.

A República, carente de homens com experiência administrativa e tirocínio político, não só o recebeu de braços abertos, como utilizou, largamente seus serviços e ouviu os seus conselhos. Contam os cronistas da época que Afonso Pena trouxe para a Capital os hábitos e até o cozinheiro que o acompanhava em Minas para preparar o tutu de feijão com lingüiça e torresmo, autêntica couve mineira, arroz em panela de pedra e

outros pratos que davam, aos conterrâneos que o visitavam, a impressão de que se achavam em sua casa, em Minas.

O Grande Hotel, do largo da Lapa, onde se hospedava, era "uma casa bem mineira, com certeza", porque nele se hospedavam João Pinheiro, Carlos Peixoto Filho, João Luís Alves, Bernardo Monteiro, David Campista, Sabino Barroso, Gastão da Cunha.

Mas não apenas os hábitos conservara o conselheiro que viera da monarquia para a República, o mineiro que trocara Belo Horizonte – por ele criada – pelo Rio de Janeiro, transformado por Rodrigues Alves, Lauro Müller, Pereira Passos e Paulo de Frontin. Sua personalidade estava formada. Comprová-lo-iam, de imediato, Pinheiro Machado e os demais que se julgavam donos da política.

Não aspirou nem se candidatou à Presidência. Ela lhe veio em três lances, num jogo maravilhoso, em que não moveu uma pedra. E, quando o quis fazer, continuando no cargo, através do sucessor por ele escolhido, a tempestade que se formava desencadeou-se, envolvendo-o, abatendo-o, matando-o.

* * *

O presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves teve, como companheiro de chapa, na vice-presidência, Silviano de Almeida Brandão, que, eleito, não chegou a tomar posse. Foi assim, no primeiro lance de uma escada que o levaria bem alto, que Afonso Augusto Moreira Pena chegou à vice-presidência da República. Esse posto, por dispositivo constitucional, acumulava a presidência do Senado. Os senadores elegiam um vice-presidente, que funcionava quando o vice-presidente da República não estava, o que acontecia comumente. Era Pinheiro Machado o vice-presidente do Senado, onde formara o seu reduto, com aliados do porte de Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Joaquim Murtinho. Não agradava a Pinheiro partilhar o posto com Afonso Pena.

Quando se esboça a sucessão de Rodrigues Alves, o primeiro nome lembrado foi o de Bernardino de Campos. É quando Alcindo Guanabara o entrevista e publica a entrevista no *O País*, "queimando" sua candidatura. Pinheiro, apoiado em seu Rio Grande, sustenta o princípio de que o presidente não pode ter candidato e lança, para se opor ao nome de Bernardino de Campos, o nome de Campos Sales. A política paulista não se deixa dividir. Campos Sales não aceita uma nova Presidência. Escreve uma carta a Pinheiro, que não a divulga, subtraindo-a à publicidade e, mesmo, ao conhecimento de seus amigos. Funda o Bloco, que era uma aliança entre os chefes republicanos para combater o poder, reconhecido até então, do presidente fazer o seu sucessor.

Minas era representada por uma bancada de 37 deputados. Dela co-

meçavam a emergir os valores que se afirmariam logo depois, no cenário federal; conquistando os postos mais elevados. Carlos Vaz de Melo foi presidente da Câmara dos Deputados em mais de uma legislatura. O deputado Sabino Barroso foi retirado da bancada por Campos Sales para substituir Epitácio Pessoa, ministro da Justiça demissionário. Adalberto Ferraz foi líder da maioria.

Minas tinha, como chefe, Francisco Sales, cuja aparência tranqüila refletia a imagem evocada por Campos Sales. Mas alinhavam-se na representação federal, além de Afonso Pena, João Pinheiro, Carlos Peixoto Filho, David Campista, Wenceslau Brás.

Sacrificadas as candidaturas paulistas e, com elas, a possibilidade da quarta Presidência, os paulistas voltaram-se para Minas, a que se haviam ligado pelo Convênio de Taubaté. Deste nasce a política do café-com-leite, que irá perdurar até 1929, quando um presidente paulista, Washington Luís Pereira de Souza, vetou o nome do presidente de Minas, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, desencadeando a revolução de outubro de 30.

* * *

Afonso Pena toma posse na Presidência da República a 15 de novembro de 1906, tendo como vice Nilo Peçanha. Ambos são signatários do Convênio de Taubaté, na qualidade de presidente de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O manifesto inaugural reafirma as promessas do candidato: a estabilização da moeda, porque a origem de todos os males é a instabilidade da moeda para a alta e é "preciso obter, quando possível, a estabilidade indispensável à segurança dos cálculos dos que trabalham". Ela é necessária porque a rápida ascensão do câmbio, a partir de 1905, trouxe o desassossego aos operários, à indústria e à agricultura; só os intermediários e especuladores se aproveitam da situação. Cria a Caixa de Conversão e a garantia de empréstimos para a valorização do café.

A constituição do Ministério não atende a sugestões, nem suportou pressões. Preocupado com a execução do programa financeiro, escolhe para a Pasta da Fazenda um jovem deputado que revelara conhecimentos financeiros na Câmara – David Campista – que vai tentar indicar para continuar de sua política econômica. Completam o gabinete: Augusto Tavares de Lira, Justiça e Negócios Interiores; Miguel Calmon du Pin e Almeida, Viação e Obras Públicas; Rio Branco permanece na Pasta do Exterior, onde se tornara insubstituível; Hermes da Fonseca, na Guerra, Alexandrino de Alencar, na Marinha.

Era o ninho de serpentes que agrupara, sem o saber. Hermes, animado de um programa de remodelação do Exército, edificação de novos quartéis, tornar-se-ia um ídolo da sua classe, teria um convite desvanecedor

para ir à Alemanha assistir às manobras do exército considerado "o melhor do mundo"; voltaria aureolado da lenda de que comandara aquelas manobras; surgiria, como o totem da classe, a esperança dos "jacobinos" de restaurar o "florianismo"; David Campista, muito apontado para a sucessão, sofreria uma guerra tenaz que acabaria por liquidá-lo.

Na primeira parte de seu governo – que não teve segunda – os problemas financeiros e a reorganização do Exército têm prioridade. Nos anos de 1907 e 1908 assinalam-se os primeiros resultados da estabilização da moeda.

Hermes impõe nova disciplina e ordem nos quartéis que constrói ou reconstrói; cuida do suprimento de novos armamentos; promove desfiles. É quando se institui o serviço militar obrigatório, entre aplausos e críticas. O projeto foi apresentado à Câmara a dez de outubro de 1906, antes da posse de Afonso Pena. Alcindo Guanabara o defende: "Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar em defesa da Pátria e da Constituição." O *Correio da Manhã*, com Edmundo Bettencourt; o *Século*, com Brício Filho; a *Gazeta de Notícias*, com Rui Barbosa, acusam o movimento de belicista e anulador da personalidade individual.Operários e populares formam uma Liga Antimilitarista, numa "total repugnância com que parte da opinião pública recebeu a lei do sorteio".

AFONSO PENA E O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

CAPÍTULO XXIV

Afonso Pena tivera sua candidatura apresentada normalmente, dentro do esquema em que se processavam as escolhas dos presidentes, nos "conciliábulos" que Borges de Medeiros anatematizara. Sem autoridade, aliás, porque ele próprio era o herdeiro do presidente que o precedeu – Júlio Prates de Castilho – e se perpetuou no poder até que a situação de 23 impusesse o Pacto de Pedras Altas, modificando a Constituição gaúcha e vetando uma sexta "eleição".

Não foi, todavia, tão tranqüila como parece no breve relato dos entendimentos que a precederam e que reproduzimos como a versão corrente, adotada pelos comentaristas políticos da época.

Em sua notável biografia de Rodrigues Alves, Afonso Arinos revela as páginas do "diário" daquele ex-presidente, relíquia de família, porque o escritor é casado com uma neta de Rodrigues Alves, Anah.

Na biografia, enriquecida com a correspondência só agora publicada, há dois capítulos ligados à indicação de Afonso Pena, revelando os compromissos tacitamente assumidos e prevendo as dificuldades que teria de enfrentar, contrariando interesses.

O primeiro é dedicado ao Convênio de Taubaté, sem o qual, possivelmente, teria sido o paulista Bernardino de Campos e não o mineiro Afonso Pena o sucessor de Rodrigues Alves.

Rodrigues Alves podia dar um valioso depoimento sobre aquele acordo, porque assistira, durante a mocidade, o florescimento dos cafezais do vale do Paraíba, subindo os morros de sua Guaratinguetá. Co-

nhecia a história da lavoura que foi a maior do mundo em extensão, desde o desbravamento, à custa do trabalho escravo; depois o deslocamento para o Noroeste do Estado, porque ele mesmo, juntamente com seu irmão Virgílio, auxiliados ambos pelos recursos da tia e sogra, "abriram, no Oeste, as grandes fazendas de São Manuel, Santa Ana, Santa Maria, no paraíso cafeeiro da terra roxa, entre Jaú e Bauru. Nessa época, como ministro da Fazenda, senador ou presidente do Estado, acompanhou as vicissitudes da lavoura cafeeira, aplicando a ação do estadista a um assunto que conhecia bem como particular.

Agora, na Presidência da República, iria defrontar-se com novos aspectos políticos e econômicos desse problema a que estivera ligado de perto durante toda a sua vida privada e pública.

Desde o governo de Prudente de Morais, prenunciava-se a crise do café, através dos primeiros sintomas do que viria a ser sua moléstia crônica, ou seja, a superprodução. Começavam, então, a produzir os novos cafezais paulistas vindos do fim do Império e princípio da República (as fazendas de Rodrigues Alves, no Oeste, vinham do fim do Império) e, com as grandes colheitas, os preços deram sinais de afrouxamento e os estoques não mais se esgotavam.

"Nos primeiros anos", lembra Caio Prado Júnior, "a situação ainda se dissimulará, em parte, com a desvalorização da moeda brasileira; em papel, o preço do café não oscilará muito. É com a estabilização e revalorização da moeda, depois da restauração financeira de 1898, que se sentirá todo o efeito da depreciação. Esta será em 1905, em ouro, de mais de 50%. E, paralelamente, se acumularão estoques cada vez maiores de mercadorias invendável. Eles serão, em 1905, de 11 milhões de sacas de 60 quilos, que representavam 70% do consumo mundial de um ano."

Por meio dessa síntese feliz podemos compreender as razões da crise econômica e política que abalou a segunda metade do mandato de Rodrigues Alves e influiu decisivamente no desenvolvimento posterior da história republicana.

A crise política foi conseqüência da econômica e exprimiu-se na divergência entre os governos paulistas e federal, no tocante à iniciativa da valorização do café.

Acompanharemos sucintamente alguns antecedentes.

Em 1895, o deputado fluminense Érico Coelho apresentou projeto instituindo, em favor da União, o monopólio da exportação do café. Essa medida radical, que só veio a se concretizar muitos anos mais tarde, não teve andamento. Não encontrava, na época, condições favoráveis.

Em 1897, outras tentativas fracassaram no Congresso. O deputado mineiro Idelfonso Alvim tentou, inutilmente, criar uma comissão mista de deputados e senadores que preparasse lei de auxílio à lavoura cafeeira, e a Câmara, aceitando parecer de Calógeras, recusou crédito para a cria-

ção da propaganda do café no Exterior com vistas a aumentar-lhe o consumo. Calógeras apresentou o ponto de vista da economia liberal; para ele competiam à iniciativa privada "as despesas imprescindíveis à conquista de novos mercados, cabendo apenas aos poderes públicos, indiretamente, auxiliar tais tentativas".

Em 1898, Alfredo Ellis, então deputado por São Paulo, propôs que o governo federal nomeasse agentes especializados que estudassem nos mercados de consumo as razões da crise e os processos de debelá-la.

Em 1889, o economista Joaquim Franco de Lacerda apresentou importante estudo sobre o problema. Depois de referir-se à queda dos preços do café, que se acentuava havia três anos, observava: "Dois caminhos temos a seguir (. . .): ou reduzir o total que importamos (. . .) ou então valorizar os preços do café."

O corte nas importações seria ruinoso, segundo Franco de Lacerda, porque os impostos alfandegários (então os mais importantes) declinariam, trazendo o déficit orçamentário, as emissões e a miséria interna. A alta do câmbio, sem o aumento do valor-ouro do café (base da exportação), era também ruinosa, porque, subindo o valor-ouro da moeda, descia, em correspondência, o valor-papel que o importador estrangeiro pagava ao fazendeiro pelo café que comprava. Depois de argumentar longamente com dados técnicos sobre câmbio, emissões e trocas comerciais, apelando para vários exemplos de países estrangeiros, concluía Franco de Lacerda:

"Cumpre, pois, ao governo da União e aos dos Estados cafeeiros estudarem seriamente a situação em que se acham as suas finanças e procurar, na valorização do café nos mercados consumidores, o remédio para solução da crise que ameaça tudo desmoronar no nosso País. Podemos assegurar que a valorização dos preços do café é possível, desde que se estabeleça uma organização comercial que metodize as entregas para o consumo e sustente os estoques disponíveis, tomando, também, outras medidas conjuntamente. Com a valorização dos preços do café, entraremos firmemente em uma nova fase de prosperidade geral."

A campanha da valorização do café teve em Alfredo Ellis (ver Capítulo II), conquistado pelo entusiasmo de Franco de Lacerda, o mais ardoroso defensor no Congresso. Já, então, o presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, engajara-se na cruzada.

Alfredo Ellis aprendera na Europa e nos Estados Unidos as falhas do nosso comércio exportador, sem amparo, sem crédito bancário, preso às especulações dos intermediários, que nas grandes safras jogavam na baixa, acumulando estoques, para vendê-los com enormes lucros nas safras pequenas. São Paulo já plantara 600 milhões de cafeeiros.

AS CARTAS DE RODRIGUES ALVES

CAPÍTULO XXV

A tumultuosa sucessão de Afonso Pena pode ser vista de vários ângulos. Um dos mais valiosos é o que proporciona a revelação da correspondência encontrada no arquivo de Rodrigues Alves e divulgada na biografia que dele fez, em dois volumes, Afonso Arinos de Melo Franco.

Afonso Pena, ao ver-se desamparado, em seu Estado, pela morte do presidente João Pinheiro e pela falta de solidariedade de seu substituto, Bueno Brandão, e do presidente da Comissão Diretora do Partido Republicano Mineiro (PRM), Bias Fortes, tentou uma solução que o salvasse do malogro da candidatura de David Campista. É o que revelam as cartas de Rodrigues Alves: "O Jardim da Infância, ao desafiar imprudentemente Pinheiro Machado, contribuiu para a crise. Por inexperiência e falsa segurança, os jovens líderes daquele movimento, principalmente os amigos inseparáveis Carlos Peixoto e James Darcy, presidente e líder da Câmara, ameaçavam o domínio de Pinheiro Machado no Senado, confiante no apoio de Afonso Pena, no Catete, e de João Pinheiro, no Palácio da Liberdade."

As cisões na Bahia e no Rio Grande foram completando o quadro da crise. A última pôs frente a frente o Bloco e o "Jardim da Infância", no choque entre Pinheiro Machado e James Darcy, do qual o primeiro saiu vitorioso, enquanto o segundo viu-se forçado a renunciar ao mandato e à vida política, em 28 de dezembro de 1907. O Bloco tentou evitar a reeleição de Carlos Peixoto para presidente da Câmara, em maio de 1908, sem

resultado. Afonso Pena deu mão firme ao jovem chefe mineiro. A derrota do Bloco, no importante episódio da presidência da Câmara, consolidou aparentemente a situação. Mas a vitória era, no fundo, ilusória.

A 25 de outubro, João Pinheiro morreu em Belo Horizonte, desabando a mais forte viga de sustenção do domínio mineiro.

O desaparecimento do presidente de Minas implicava, antes de tudo, em esvaziar o quadro sucessório. João Pinheiro seria quase inevitavelmente candidato à sucessão de Pena, dando a Minas a seqüência de poder que São Paulo usufruíra em três períodos.

Afonso Pena cometeu o grave erro de suscitar a candidatura David Campista. O mesmo erro fora cometido por Rodrigues Alves com o nome de Bernardino, mas neste caso a participação do presidente era reflexa, obedecia, na verdade, ao comando de Tibiriçá, enquanto Pena agiu com iniciativa e responsabilidade pessoais. Foi o principal culpado pelo desastroso fracasso que lhe custou a vida. Abandonado por São Paulo e, depois, pelo seu próprio Estado, Afonso Pena viu-se, de repente, cercado apenas pelos jovens do "Jardim da Infância". A própria situação mineira negara-lhe estribo na hora de montar.

De fato, foram Bia Fortes e Francisco Sales que, por manifestações públicas, tornaram extremamente difícil o progresso da candidatura Campista. Seguem-se, então, os costumeiros e confusos conchavos de próceres, nos quais surgem vários nomes, com mais insistência os de Rio Branco e Hermes da Fonseca, sendo que este, desde o começo do ano, era lembrado em reuniões públicas por oficiais do Exército.

No dia 12 de maio, aniversário do marechal, sua candidatura foi lançada, em violento discurso do capitão Jorge Pinheiro. No dia 14, Afonso Pena, vendo desvanecida a candidatura Campista, pediu ao ministro da Justiça, Tavares de Lira, que coordenasse uma solução saída de grandes nomes, entre os quais Rodrigues Alves, Campos Sales e Quintino Bocaiúva.

Mas, naquele mesmo dia, no despacho coletivo, Hermes leu a Lira o seu pedido de demissão, que formalizou junto a Afonso Pena no dia 18, em carta a que não faltaram veladas ameaças. Na véspera. dia 17, oficializara-se a candidatura do marechal em reunião na casa de Pinheiro Machado. Francisco Sales deu-lhe o apoio de Minas, sendo escolhido para, em companhia de Pinheiro, levar a notícia ao premiado.

Candidato oficial a 19. Hermes teve a homologação do seu nome em apressada e transida convenção de congressistas, reunida no dia 22 Era o fim do domínio mineiro.

Peixoto renunciara à presidência da Câmara a 17, sendo substituído por Sabino Barroso, que simbolizava a submissão do PRM, juntamente com Wenceslau Brás, escolhido vice-presidente.

O Bloco estava vitorioso; o "Jardim da Infância", liquidado; e Afonso Pena, na mesma situação de Rodrigues Alves em 1905. A 14 de junho, menos de um mês mais tarde, o presidente, ralado de desgostos e desilusões, morreu no Palácio do Catete.

O barco republicano ficava, agora, sob o comando frágil de Nilo Peçanha. Pela primeira vez, desde 1889, o governo era entregue a um homem que não saía do Exército, nem de um grande Estado, e que, além de tudo, não gozava de especial autoridade pública. A princípio, Nilo não se enquadrou no sistema hermista, tanto assim que o Estado do Rio foi um dos três únicos ausentes da convenção de maio. Segundo tudo indica, procurou ainda encontrar uma solução, e pensou também em Rodrigues Alves. Com esse fim, tentou uma sondagem, em Guaratinguetá. O ex-presidente fornece-nos curiosos dados a respeito, na nota que tomou no seu refúgio, no dia 23 de julho:

"Tive aviso do Rio, de meu filho, que o Medeiros Albuquerque viria conversar comigo. Chegou pelo rápido, à uma e meia; fui recebê-lo na estação. Passou a tarde, jantou e às nove horas foi para o hotel, para esperar o trem noturno de São Paulo. Veio conversar sobre candidaturas presidenciais. Sabia por um amigo que o Nilo, se tivesse a certeza de que teria o apoio do futuro governo para sua direção política e vida futura, abandonaria o nome de Hermes, e, com sua atitude, a opinião dos Estados se modificaria. Se ele pudesse, por sua conta, assegurar que, no novo governo, seria ele (Nilo) o diretor da política na Câmara e no Senado etc. etc., estava certo do êxito. Estendeu-se nestas idéeias, que achava de grande alcance, uma vez que tinha sido abandonada a outra, de embaraçar os meios do governo no Congresso, para forçá-lo a entrar em algum acordo. Disse-lhe que havia uma preliminar decisiva: é que eu não queria ser candidato. Isto mesmo havia dito ao Cassiano e ao Rubião, ao chegar da Europa. Expus-lhe, então, qual era a situação do meu espírito, absolutamente indisposto para a atividade neste momento. Se pudesse aceitar a indicação, o alvitre sugerido não me agradava, porque não compreendo tais subordinações e o meu temperamento repeliria tais conchavos. Nunca trabalhei na política e desacordo com o Nilo e penso, mesmo, que as nossas idéias não combinam, nem os processos de vida política. Não me parece que ele (Medeiros) ficasse muito contente de me ouvir, o que eu não estranhei, porque ele é dos que não acreditam que se não queira ser presidente da República. É possível que, mais tarde, me resolva a entrar em atividade no meu Estado. Disse-lhe ainda que meu filho, no Rio, estava informado do meu pensamento e ficou de lá procurá-lo. Creio bem que isto foi apenas um meio de encerrar a conversação. Disse-me que já tinha feito as pazes com o Rui e que, se fosse eleito o Hermes, iria para a Europa. Só precisava da garantia de 3.000 francos por mês, para lá viver. Pouco adiantou sobre os trabalhos para a convenção que se vai

realizar em agosto. O nome do Rio Branco era talvez o único que poderia ser aceito por todos, mas ele continuava a recusar..."

A tentativa de envolvimento só tinha importância porque a sondagem partia do ocupante do Palácio do Catete.

Nilo Peçanha não pertencia à escola política que Rodrigues Alves respeitasse. O emissário também não lhe merecia confiança, apesar de sempre ter-se mostrado seu amigo. E a trama, enfim, além de ingênua, não lhe parecia correta.

Muito interessante pelo panorama geral que traça da situação, é a carta escrita a Rodrigues Alves pelo senador carioca Tomás Delfino, a 19 de julho. Dela são os trechos que se seguem:

"O dr. Pena teve durante todo o tempo que governou um ponto vulnerável que o deixava mal aos olhos dos imparciais (...). Pareceu um apressado, um ardente, digamos mesmo, pelo mando (...). Ainda ouço o discurso do dr. Murtinho, no banquete das candidaturas, dizendo que a Coligação era isto, era aquilo, era um rosário de coisas e ia governar com aquele programa. Ora, logo, imediatamente, na resposta ao dr. Murtinho, o dr. Pena não pareceu ter ouvido o que era a Coligação, o que ela impunha e proclamava. A seguir fez o seu ministério, sem dar-lhe o caráter partidário claro e firme, e, depois, no banquete em Minas, em resposta ao dr. Pinheiro Machado que era outra afirmação semelhante à do dr. Murtinho e significava também uma reclamação pelo compromisso tomado pelo candidato à Presidência, repeliu a reclamação empregando uma linguagem tão nobre e tão elevada, quanto inesperada e inconseqüente... Assim continuou o seu governo (...). Longe estava a Coligação da candidatura do dr. João Pinheiro, da sucessão dessa candidatura pela do dr. David Campista, dos atos do dr. Peixoto Filho que, este, até, não há muito tempo, quando veio tomar assento no Congresso este ano, afirmou que não via necessidade de partidos para o bom governo da República. Em suma, os coligados nem pessoal (sic) nem por idéias tiveram no dr. Pena o seu homem. Ao contrário, muitas vezes, sobretudo durante a vida do dr. João Pinheiro, poderiam considerá-lo o seu maior inimigo. Por último não reclamavam mais que governasse com eles, gritavam que o presidente da República não devia fazer o seu sucessor, e com este princípio brilhando para o povo, para os ambiciosos, para os trêfegos, conseguiram a crise governamental que se resolveu pela candidatura Hermes (...). A candidatura do dr. David Campista sofreu os mais duros golpes do dr. Afonso Pena e do próprio dr. David Campista, cujos dotes brilhantes de orador e, sobretudo, de ironista prejudicaram o homem de Estado (...). Eu persisto na convicção de que o seu nome é o mais conveniente para candidato neste momento. É o único que tem a aceitação geral dos elementos conservadores, em que as novas instituições se apóiam. No meu espírito tenho fundado este dilema, de que penso que não se sairá: ou

Hermes ou Rodrigues Alves (. . .). Não quero dizer que só pudesse surgir a sua candidatura da convenção de agosto, e só devesse surgir desse modo. Pode ser uma candidatura – ainda pode nesta hora ser – de acordo e conciliação por várias maneiras. Os acontecimentos vão-se precipitando, e cada dia que passa neste país novo, em plena fermentação social, democrática, financeira e até mesmo literária e científica, tem um aspecto diverso. É pena que não possamos talvez ter à frente da República quem pudesse guiá-la na paz para a prosperidade. Precisamos caminhar rapidamente, apressar-nos com energia e ordem. A Nação tem mais aspirações, desejos e veleidades do que forças. Que pode fazer um presidente que nunca tratou as matérias administrativas, que é limitado nos recursos da inteligência, sem prática e especialista por dever de ofício. E mais sinto, muito mais. Mas isto me basta para ver que tenho razão quando não posso me acomodar com a candidatura Hermes (. . .). Persisto no meu dilema, Hermes ou Rodrigues Alves, bem entendido que, entre as duas (candidaturas) sou em absoluto pela sua. E creio que, se consultarmos a opinião, a boa, a sensata, patriótica, esclarecida e imparcial, diria o mesmo."

Junto à carta, que é longa, Rodrigues Alves conservou a minuta da seguinte resposta:

"19 de agosto de 1909.

"Amigo Dr. Tomás Delfino.

"(. . .)

"A sua carta última faz ainda amáveis referências ao meu nome, com apreciações que muito me desvaneceram.

"O meu amigo sabe, entretanto, por cartas anteriores, qual é a minha atitude e o estado do meu espírito neste momento.

"Pois os fatos a que se referiu na sua carta, e os outros que vierem como conseqüências reais, virão convencer-me da necessidade de não abandonar aquela atitude, na qual sinto o dever de me conservar.

"É cedo para formar juízo completo dos grandes acontecimentos políticos da administração Pena. Os seus amigos falavam sempre do entusiasmo das suas expansões logo que se tornou candidato à Presidência da República. Eu procurava explicar esse contentamento pela grande confiança que tinha em si e a esperança de poder realizar as excelente idéias do seu governo. Mas o programa da Coligação, o discurso de Belo Horizonte, a candidatura Campista e os grandes episódios de última hora sugerem reflexões que um homem prudente não deve expressar, aguardando elementos para apreciar bem e sem injustiças tais acontecimentos.

"Não sei se já lhe disse uma vez: a nossa educação política é muito fraca e o personalismo, a vaidade e o aferro a pequenos interesses de zona não deixam que o espírito dos homens políticos se eleve à altura dos grandes interesses nacionais, além de que o imprevisto entra por essas e

outras razões na marcha e soluções dos maiores acontecimentos (...)."

A resposta de Rodrigues Alves, recusando fosse o seu nome envolvido no processo sucessório, era sincera. O ex-presidente aspirava provavelmente a voltar ao Catete. Desde que chagara da Europa, via os jornais e revistas falarem, com nostalgia, do seu "glorioso governo". Mas não se deixaria envolver em aventuras. Sabia que, para voltar ao Catete, o caminho mais curto passava por São Paulo. Daí o seu desabafo, ao relatar a entrevista havida com Medeiros e Albuquerque: "É possível que, mais tarde, me resolva a entrar em atividade no meu Estado." Foi o que fez. Voltou ao governo paulista em 1912, para recomeçar a marcha para o Catete, que a morte interrompeu.

A insinuação de Nilo Peçanha, feita por intermédio de Medeiros e Albuquerque, e o vago convite de Tomás Delfino não podiam, realmente, ser levados a sério. Outra coisa bem diferente era a comunicação constante da seguinte carta de Rui Barbosa, que se desvencilhara de Pinheiro Machado e da candidatura Hermes desde 19 de maio:

"Rio, 12 de agosto de 1909.

"Reservada.

"Exmo. amigo Dr. Rodrigues Alves.

"Consultado por membros da Junta Nacional sobre a candidatura que melhor corresponda, na eleição presidencial de março, às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, respondi que, na série das mais convenientes, políticas e eficazes, a de V.Exa., a meu ver, pesadas todas as circunstâncias atuais, é a primeira. Ouvida com aplauso esta minha opinião aos amigos que me pediram e abraçaram, não pude recusar o encargo, a mim muito grato, de escrever a V.Exa., indagando se podemos contar com a fortuna do seu assentimento, em sendo adotado o seu nome pela convenção de 22 do corrente.

"Desempenhando-me desta incumbência, peço a V. Exa. licença para juntar aos votos desses amigos a expressão dos meus mais instantes desejos, acreditando que V. Exa. não evitará uma ocasião tão verdadeiramente patriótica de ser útil à nossa terra natal. O seu passado o obriga a não recusar este sacrifício ao país, num pleito em que o prestígio do seu nome seria mais um grande penhor de vitória da boa causa. Eleito já uma vez por um partido, sê-lo-ia V. Exa. agora pela Nação, em cuja companhia não se sabe qual maior honra seja, se a de vencer, ou de ser vencido. Com a mais alta estima, de V.Exa. colega e amigo afetuoso e obrigado.

Rui Barbosa."

José Marcelino tentou, sucessivamente, obter o assentimento de Rio Branco e de Rosa e Silva, mas não teve êxito. O movimento em favor de Rio Branco extravasou os conchavos políticos e provocou manifestações populares no Rio. O barão, porém, liquidou-o indo, pessoalmente à resi-

dência de Hermes na rua Guanabara (atual Pinheiro Machado) pedir-lhe que aceitasse a candidatura! Capangas armados, sob comando do já referido Pinto de Andrade, o agitador da Revolta da Vacina, agrediam na rua os supostos adversários do marechal. Somente então pensou-se em Rodrigues Alves, cuja candidatura não foi, assim, a primeira, como asseverou Rui.

A resposta de Rodrigues Alves a Rui Barbosa foi a seguinte:

"Guaratinguetá, 13 de agosto de 1909.

"Exmo. amigo Dr. Rui Barbosa.

"Meu filho foi portador da carta reservada de V. Exa. de 12 do corrente, na qual teve a bondade de me comunicar que, consultado por membros da Junta Nacional sobre a candidatura que melhor corresponda, na eleição presidencial de março, às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, V. Exa. respondera que, na série das mais convenientes, políticas e eficazes, pesadas todas as circunstâncias atuais, a minha era a primeira, não podendo V. Exa. recusar, aos amigos que aceitaram essa opinião, a tarefa de saber se poderão contar com o meu assentimento, se for adotado o meu nome pela convenção de 22 do corrente.

"Fiquei extremamente desvanecido com a honra dessa comunicação e a benevolência com que V. Exa. se referia ao meu nome, sendo profundo o pesar de não poder aquiescer à lembrança de V. Exa. que os dignos membros da Junta tiveram a generosidade de acatar.

"Desde que dirigi o governo, tomei a resolução de me afastar da atividade política. É escusado indicar a V. Exa a série de motivos que têm influído no meu espírito para adotar essa atitude e nela me conservar.

"Constando, ao regressar da Europa, que se falava no meu nome como candidato possível à sucessão presidencial, preveni, sem demora, os meus amigos, de que deviam arredar qualquer indicação que porventura aparecesse nesse sentido. Os fatos políticos subseqüentes, em vez de me aconselharem outra norma de conduta, fortaleceram a convicção de que não posso, nem devo, abandonar aquele propósito. Peço, pois, a V. Exa. e aos ilustres membros da Junta que me relevem o pesar de não puder, ainda com sacrifício, corresponder aos seus votos generosos, anuindo a uma indicação tão honrosa para mim.

"Afastado do movimento político, não tenho o espírito preparado para entrar em atividade no atual momento, e, em tais condições, é impossível aceitar os encargos e as responsabilidades de uma candidatura.

"Apresento a V. Exa. e aos membros da Junta a expressão do meu profundo reconhecimento, muito agradecido especialmente a V. Exa, de quem sou, com o mais elevado apreço, afetuoso amigo e colega admirador. F. P. Rodrigues Alves."

Ninguém pode assegurar que a aceitação de Rodrigues Alves mudasse a face das coisas. Minas já tinha aderido à candidatura Hermes, com Wenceslau (o "Judas Wenceslau", como foi então chamado) na vice-presidência. A Bahia dividira-se, com Seabra na liderança da candidatura Hermes. O Rio Grande era uma trincheira inexpugnável. Em São Paulo, o grupo hostil ao governo Rodrigues Alves, grupo poderoso, entrara no dispositivo hermista. Todos os outros Estados haviam aderido, inclusive o do Rio de Janeiro, quando Nilo sentiu a inviabilidade da sua tentativa. O próprio Rui, no final da sua carta, mostra claramente que não esperava a vitória, ao falar-lhe da honra de ser derrotado.

Foi nesse ambiente, dez dias antes de se reunir a convenção oposicionista, que Rui se lembrara dele. Era inevitável a recusa. Os coligados da junta tentam ainda demovê-lo, apelando para a intercessão do presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, que não aceitara no nome de Hermes. Mas Rodrigues Alves havia tomado uma atitude definitiva.

ÍNDICE

Afonso Pena

6º Presidente
do Brasil
1906-1909